UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS EM INGLÊS

Jaime Cará Junior

SUJEITOS VIRTUAIS E SEUS EFEITOS DE PRESENÇA:
RELAÇÕES DE PODER NO CIBERESPAÇO

São Paulo
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS EM INGLÊS

Jaime Cará Junior

**SUJEITOS VIRTUAIS E SEUS EFEITOS DE PRESENÇA:
RELAÇÕES DE PODER NO CIBERESPAÇO**

Dissertação apresentada ao Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração

Estudos Linguísticos e Literários em Inglês

Orientadora

Anna Maria Grammatico Carmagnani

São Paulo
2011

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL
DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL
OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA,
DESDE QUE CITADA A FONTE

Cará Junior, Jaime.

Sujeitos virtuais e seus efeitos de presença: o poder na
formação online de professores de inglês / Jaime Cará Junior ;
orientadora Anna Maria Grammatico Carmagnani. -- São Paulo, 2011.

148 f.

Dissertação (Mestrado em Letras – Programa de Pós-
Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês. Área de
concentração: Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) --
Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia Letras e
Ciências Humanas, Universidade de São Paulo).

**Dedicado a
JAIME CARÁ
(1930 - 2005)**

**Agradeço especialmente
a Anna Maria Carmagnani, Maria Iara
Porto da Costa e Natália Milano Leal Cará
pelo apoio, ajuda e paciência. Também
agradeço aos queridos colegas do grupo
de estudos e aos amigos das duas últimas
instituições franqueadoras de escolas de
línguas estrangeiras onde trabalhei,
com quem aprendo muito.**

RESUMO

CARÁ JR., Jaime. **Sujeitos virtuais e seus efeitos de presença: o poder na formação online de professores de inglês**. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Este trabalho é desenvolvido sob uma perspectiva da Análise do Discurso, sobretudo os trabalhos de Foucault e Maingueneau, e tem uma espécie de etnografia virtual (THOMSEN et al., 1998) como metodologia para coleta do material que compõe o corpus. Essa etnografia acontece em um curso *online* voltado para formação de professores de inglês. O curso reúne cinco participantes alunos, um tutor, e uma série de observadores. É realizado um trabalho de campo por todo o ambiente do curso *online* (*chats*, *emails*, portfólios) para observação não-participativa e reflexiva e para coleta de dados a partir dos quais é feito o recorte do corpus que é analisado discursivamente.

Tirando proveito de sua característica interdisciplinar, junto a alguns dos principais conceitos da Análise do Discurso trabalhamos alguns outros, entre os quais destacamos a noção de efeitos de presença. Construímos a hipótese de que diferentes modos de presença podem indicar diferentes mecanismos disciplinares, nos quais a visibilidade dos corpos presentes constitui um fator estratégico de exercício e resistência. Nesse sentido, a reflexão acerca dos efeitos de presença é muito produtiva na constituição do dispositivo de análise usado para compreender as relações que se estabelecem entre os sujeitos, bem como o exercício do poder disciplinar em um ambiente virtual como o que está em análise neste trabalho.

Para a análise discursiva da presente dissertação, os efeitos de presença estão sempre ligados a um acontecimento discursivo aqui e agora, tornando mais ou menos visíveis os sujeitos que exercem o poder e aqueles sobre os quais ele é exercido. Em outras palavras, em alguma medida, compreender os efeitos de presença no evento discursivo é também compreender certos domínios das relações de poder e das relações entre sujeitos que nem sempre se mostram tão evidente aos olhos. Levar em conta que há um nível de presença contingente dos

sujeitos e do poder que por vezes escapam à captura do que é possível “ver” ou “tocar” pode contribuir para a análise discursiva das relações de poder no ciberespaço.

Tal análise se orienta pela tentativa de responder **quais são as estratégias de exercício de poder disciplinar** no curso *online* voltado para formação de professores de inglês e **como se constituem os sujeitos** no referido ambiente virtual. Tais perguntas, por sua vez, convergem para **o objetivo de compreender a articulação entre os efeitos de presença, a constituição de subjetividades e as relações de poder que se estabelecem no curso online para professores de inglês**. Sob a perspectiva teórica adotada, refletimos sobre como essas relações se estabelecem ou são materializadas no recorte que é feito aqui, focalizando o caso particular do *chat* e das interações via *email*, além da própria arquitetura virtual do curso *online*.

Palavras-chave: efeitos de presença, virtualização, poder, ciberespaço, global-local

ABSTRACT

CARÁ JR., Jaime. **Sujeitos virtuais e seus efeitos de presença: o poder na formação online de professores de inglês**. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

This dissertation is developed from the perspective of Discourse Analysis, namely the work of Foucault and Maingueneau, and has a type of virtual ethnography (THOMSEN et al., 1998) as methodology to collect the material that constituted the corpus. This ethnographic work comes to be in an online course that was meant to be a pre-service course or the initial part of the continuing education of teacher of English. The course gathers several participants, five of which are students, one is a tutor, and there are others who play the role of observers. However, not all interactions were observed, only the ones involving the tutor and the students. There is field work throughout the online course environment (chatroom, email boxes, portfolios) seeking for reflective and non-participatory observation for data collection, from which we constitute the corpus.

In an attempt to make good use of the interdisciplinary feature of discourse analysis, we bring other references to work with some of its key concepts. Among these other references, the notion of presence effects should be highlighted. We elaborated the hypothesis that different modes of presence can indicate different disciplinary mechanisms, in which the visibility of bodies is a strategic factor for the exercise of power and resistance. In this sense, the debate about the presence effects is very productive for the constitution of the analysis apparatus that is used to understand the power relationships established between subjects as well as the exercises of disciplinary power in a virtual environment such as the one under consideration in this work.

As far as this dissertation is concerned, the presence effects are always implied in a discursive event (attached to “here and now”), making subjects who exercise power and those over whom it is exercised more or less visible. In other words, to some extent, understanding the presence effects in a given discursive

event also means to understand certain grounds of power relations and relations between subjects.

This dissertation attempts to answer two questions mainly. Firstly, **what are the strategies for the exercise of disciplinary power in the online course that was observed?** Secondly, **how are subjects constituted in such virtual environment?** We articulate these questions together so they can converge to the **goal of understanding the relationship between the effects of presence, the formation of subjectivities and the power relations that are established in the online course for teachers of English.** From the theoretical perspective adopted here, we reflect on how these relationships are established or how they are materialized in the online course, focusing on its very architecture, and on the particular cases of interactions via chat and email.

Key-words: presence effects, virtualization, power, cyberspace, global-local

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Objetivo, hipótese e justificativa	010
--	-----

CAPÍTULO 1

Princípios metodológicos	16
1. Análise discursiva	17
1.1. Discurso	18
1.2. Formações Discursivas e Formações Ideológicas	19
1.3. <i>Ethos</i>	21
1.4. Sujeito	22
1.5. Solutos e solventes em uma solução não saturada	23
2. Causalidade, responsividade e criticalidade	25
3. Etnografia Virtual	32

CAPÍTULO 2

O poder e os efeitos de presença:

estratégias de exercício e resistência no curso <i>online</i>	36
1. O que é, afinal, o Virtual?	36
2. Efeitos de presença	45
3. Efeitos de presença para a compreensão do corpus e a análise discursiva	54
3.1. Ordem do Discurso e a determinação do sujeito	54
3.2. Relações de poder e a visibilidade do sujeito	60
3.3. Relações de poder, presença e procedimentos de construção enunciativa	63

CAPÍTULO 3

Condições de produção, análise e outras reflexões	66
1. Condições de produção do discurso e do corpus	67
1.1. Transformações globais e a noção de tempo/espço	67
1.2. A constituição do sujeito em crise	73
1.3. Contexto imediato do curso online	77
2. O discurso e a presença no <i>chat</i>	80
2.1. Relação de forças: quem pode falar o que para quem	80
2.2. Poder, discurso e o <i>chat</i> como aparelho de exame	88
3. O ambiente do curso online como texto	97
3.1. Arquitetura virtual: onde estão as paredes?	97
4. O discurso e a presença nos <i>emails</i>	109
4.1. Um por todos e... onde estão todos?	109

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contribuição, crítica e possibilidades	124
Referências Bibliográficas	131
Anexos	136
Anexo I: Chats	136
Anexo II: Emails	140
Anexo III: Questionários	144

INTRODUÇÃO

OBJETIVO, HIPÓTESE E JUSTIFICATIVA

Muito do que nos leva ao tema deste trabalho e ao objetivo e perguntas de pesquisa que o norteiam está ligado à experiência durante nossa iniciação científica (CARÁ JR., 2006). Ainda antes disso, algumas questões já chamavam nossa atenção, sendo que a maior parte delas é resultado de uma inquietação diante de um caso que, já então, achávamos muito interessante. Trata-se da observação de uma pessoa ao telefone celular, justamente enquanto líamos uma passagem de alguma forma relacionada ao evento. Observando essa pessoa ao telefone celular, mesmo sem conseguir ouvir devido à distância, era possível inferir que se tratava de uma briga. Em poder fazer essa inferência, cremos, não há nada de inesperado. Ao contrário, é bastante comum interpretarmos o tom ou o assunto de uma conversa apenas observando as expressões faciais, a postura, os gestos e outros sinais. Essa observação ganhou um sentido diferente quando nos deparamos com a seguinte passagem:

A crítica de Guillaume chega a formular uma hipótese fatal: “quanto mais se é interativo, menos se existe”. Ou seja, “quanto mais se participa de redes interativas, interpondo *softwares*, centrais de comunicação, telas, mais é necessário colocar em suspenso sua existência objetiva e contingente para aceitar as codificações de todas as interfaces”. (SILVA, 2000: 161)

O trecho não trata exatamente da situação explicitada anteriormente, mas ainda assim é possível se perguntar: se a pessoa estava discutindo ao telefone com alguém que não estava ali, para quem ela gesticulava? Seria mesmo possível dizer que esse alguém era destituído de uma existência objetiva e contingente? Que tipo de materialidade(s) está(ao) implicado(s) na “existência objetiva” que Silva, citando Guillaume, menciona? Essas perguntas nos capturaram irremediavelmente, e passamos a fazer associações com outros interesses, principalmente com a questão das relações de poder na formação de professores em cursos à distância.

Já envolvidos com o tema, inclusive profissionalmente, posto que entre nossas atribuições profissionais na época estava a autoria e a tutoria de cursos à distância, foi justamente sobre relações de poder na formação de professores em tais cursos que nos debruçamos na iniciação científica. Focalizando a ferramenta de *chat*, esse trabalho partiu da hipótese de que as relações que se estabelecem entre os sujeitos, bem como o exercício do poder disciplinar em *hosted chats* temáticos¹ mediados no ciberespaço estão submetidos ao caráter da linguagem e à condição virtual da presença dos participantes. As conclusões mais relevantes daquele trabalho de iniciação científica foram três.

Primeiramente, a linguagem em *chats* não se constitui por uma combinação entre fala e escrita (ou uma espécie de escrita oralizada), apesar de ter características tanto de uma quanto da outra. Essa linguagem tem características que não aparecem nem na fala nem na escrita porque decorrem, todas elas, de uma condição que lhe é própria. Os tipos relativamente estáveis de enunciados em *chats* se constituem não apenas para comunicar e interagir, mas é também através da fala que se faz presente o sujeito.

Em segundo lugar, no *chat*, a presença é uma virtualidade que se atualiza no discurso. Em outras palavras, a atualização da presença ocorre exclusivamente por meio do discurso, de modo que a enunciação constitui, ao mesmo tempo, discursos e corpos, ou corpos que se manifestam intangivelmente na materialidade do discurso. Tal é a natureza da linguagem em *chats*, segundo a qual é fundamental criar estruturas e formas que assumam também a função da expressão corporal e de contribuição para os efeitos de presença. Oralizações e

¹ Conferências eletrônicas síncronas sobre um tema preestabelecido, com a presença de um mediador.

rupturas com normas ortográficas e sintáticas são antes parte desse processo de presença, que oralizações da escrita.

Em terceiro lugar, é possível identificar estratégias de exercício de poder e resistência no jogo virtual/atual da presença nos *chats*. Notamos, por exemplo, que a atualização pode ser uma “escolha” do sujeito e que seu acontecimento ou não tem efeitos relevantes nas relações de forças. Usamos a palavra escolha entre aspas para indicar que reconhecemos que há algum grau de intencionalidade envolvido, mas que ela é também sujeita. Ou seja, há forças que pretendem dominar a dimensão do acaso dessas escolhas.

Esse caminho percorrido nos mostrou outros pontos para reflexão e, também, que as questões sobre as quais já havíamos refletido talvez precisassem ser revistas, principalmente a relação dos dispositivos disciplinares com as condições de presença e visibilidade. Seria importante compreender melhor o que é a presença no e pelo discurso, pressupondo que há uma estreita relação entre a questão da visibilidade e as estratégias de exercício de poder e resistência.

Assim, o presente trabalho herda o tema e muitas das inquietações que impulsionaram o anterior, bem como muitos dos pressupostos teóricos. Para elaboração da hipótese, esta dissertação parte de quatro principais pressupostos teóricos:

- Qualquer forma de poder ou força é já **relação** (DELEUZE, 1986/2005:97); o poder não pode ser apreendido como algo único e localizado, e é exercido em práticas sociais inacabadas, díspares, heterogêneas, e **constituídas contextualmente** (FOUCAULT, 1979). Tal complexidade e tal determinação contextual do exercício de poder implicam especificidades, que podem ser estudadas e analisadas para ajudar nossa compreensão das relações de forças.
- As ferramentas e tecnologias **modificam fundamentalmente** a(s) ação(ões) que medeia(m), deslocando o centro de gravidade ontológico da(s) ação(ões) considerada(s) (LÉVY, 1996). Em outras palavras, uma mesma ação com ou sem uso de ferramenta ou com ferramentas diferentes não é de fato a “mesma” ação. O calcular usando uma máquina não é o “mesmo” daquele “de cabeça”.
- O discurso não **materializa** apenas o contato entre o ideológico e o linguístico, que por sua vez interpelam e assujeitam o indivíduo

(BRANDÃO, 1999/2007). Ele também materializa certa corporalidade (MAINGUENEAU, 1987/1997), sendo que sua presença não deve ser entendida como um pólo dicotômico e de mútua exclusão na relação presença/ausência (CARÁ JR., 2006).

- O exercício de poder disciplinar está intimamente relacionado a princípios de visibilidade, sendo que o olhar hierárquico é um dos pilares centrais do poder disciplinar (FOUCAULT, 1975/ 1997). Procedimentos como os de separação e exclusão estão submetidos à condição de corpos mais ou menos visíveis e que podem ser dispostos no espaço.

A partir desses pressupostos construímos a hipótese de que diferentes modos de presença podem indicar diferentes mecanismos disciplinares, nos quais a visibilidade dos corpos presentes constitui um fator estratégico de exercício e resistência. Nesse sentido a reflexão acerca dos efeitos de presença pode ser muito produtiva na constituição do dispositivo de análise discursiva usado para compreender as relações que se estabelecem entre os sujeitos, bem como o exercício do poder disciplinar em um ambiente virtual como o que está em análise neste trabalho. Para a análise discursiva da presente dissertação, os efeitos de presença estão sempre ligados a um acontecimento discursivo aqui e agora, tornando mais ou menos visíveis os sujeitos que exercem poder e aqueles sobre os quais ele é exercido. Em outras palavras, em alguma medida, compreender os efeitos de presença no discurso é também compreender certos domínios das relações de poder e das relações entre sujeitos. Levar em conta que há um nível de presença contingente dos sujeitos e do poder que por vezes escapa às materialidades pode contribuir para a análise discursiva das relações de poder no ciberespaço.

Ao tratar mais específica e profundamente dessa hipótese, algumas reflexões deleuzianas (DELEUZE, 1988/2006) são importantes referenciais teóricos. Deleuze traça distinções entre os termos virtual, atual, real, e possível, as quais são decisiva para a conceituação da noção de efeitos de presença. Uma vez que o termo “efeito de presença” é usado em outras áreas dos estudos da linguagem, na tentativa de evitar dubiedades a campanha de conceituação estabelecerá aspectos distintivos em relação a outros usos do termo. Reconhecendo que a categoria presença/ausência é mais intimamente ligada ao “discurso filosófico sobre a existência” (FONTANILLE e ZILBERBERG, 2001: 123),

nos apropriaremos de regiões desse discurso para constituir o conceito de efeitos de presença de forma a contribuir para a análise discursiva e das relações de poder.

Além disso, ainda a respeito da conceituação de efeitos de presença, é preciso enfatizar que ela é pivotal nesta dissertação e ocupa uma posição essencial na hipótese. Ao mesmo tempo, a análise não tenta provar o conceito; ela utiliza as reflexões a partir dele para compreender determinadas relações de poder e para constituir o próprio dispositivo de análise. O conceito de efeitos de presença funciona quase como pressuposto fundamental da hipótese, mas se constitui ao longo do desenvolvimento teórico deste trabalho. Ou seja, por um lado, o conceito cumpre o papel de uma proposição possível ou provável e que ao mesmo tempo ocupa lugar privilegiado. Por outro lado, na hierarquia dos conceitos que edificam este trabalho, ele funciona como pressuposto ou princípio teórico do dispositivo de análise, de forma que a análise não demonstra o conceito, usa-o.

O dispositivo de análise ao qual nos referimos é constituído sob a perspectiva da Análise do Discurso e a metodologia para coleta de material que compõe o corpus (em alguma medida) é feita como uma etnografia virtual (THOMSEN et al., 1998) em um curso *online* voltado para formação de professores de inglês. Resumidamente, a metodologia para coleta de dados se baseia em um trabalho de campo por todo o ambiente do curso *online* (*chats*, *emails*, portfólios) para observação não participativa e reflexiva, e para coleta de dados a partir dos quais é feito o recorte do corpus (um *chat* e alguns *emails*) que é analisado discursivamente. Tal análise se orienta pela tentativa de responder **quais são as estratégias de exercício de poder disciplinar** no curso *online* voltado para formação de professores de inglês, e **como se constituem os sujeitos** no referido ambiente virtual.

Conjeturamos que tais perguntas convergem para o **objetivo de compreender a articulação entre os efeitos de presença, a constituição de subjetividades e as relações de poder que se estabelecem no curso online para professores de inglês**. Sob a perspectiva da Análise do Discurso, refletimos sobre como essas relações se estabelecem ou são materializadas no recorte que é feito aqui, focalizando o caso particular do *chat* e das interações via *email*, além da própria arquitetura virtual do curso *online*.

Esta dissertação responde as perguntas de pesquisa e alcança seu objetivo organizando-se em três capítulos. No primeiro deles, trabalhamos e explicitamos os princípios metodológicos que orientam a coleta de dados, o recorte que compõe o *corpus* e a perspectiva de análise. Para a coleta de dados, nos orientamos por uma etnografia virtual. Com relação ao *corpus* e à análise, adotamos a perspectiva da Análise do Discurso, sobretudo os trabalhos de Foucault e Maingueneau.

No segundo capítulo, desenvolvemos os conceitos teóricos que se articulam com aqueles apresentados no capítulo 1 para constituir o dispositivo de análise do *corpus*. No processo, elaboramos a noção de efeitos de presença, cujo papel se mostrou essencial para a análise. Outros conceitos importantes são os desenvolvidos por Foucault em torno da teorização sobre o poder. Já nessa fase do trabalho, é possível identificar relações bastante produtivas entre esses conceitos e também iniciar reflexões teóricas que são retomadas na análise.

No terceiro capítulo, realizamos a análise do *corpus* e refletimos sobre questões implicadas ou que giram em torno da análise. Para tanto, discutimos (a) o contexto histórico do *corpus* e da análise, problematizando questões relacionadas à globalização e constituição do sujeito na chamada pós-modernidade; e (b) o contexto imediato do *corpus* e da análise, expondo fatores situacionais que influenciam as relações e construções discursivas que são analisadas. No desenvolvimento da análise e das reflexões, é possível compreender o caráter contingente e ideológico dos efeitos de presença, bem como os mecanismos de controle da presença.

Nas considerações finais, resumimos os pontos mais importantes que surgiram ao longo do desenvolvimento da dissertação e apontamos outras possibilidades de estudo e questões que podem ser abordadas.

CAPÍTULO 1

PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

A presente dissertação se orienta metodologicamente pela perspectiva da Análise do Discurso, usando algumas estratégias etnográficas para a coleta de dados. Na esteira de Orlandi (1999), entendemos que, para a Análise do Discurso, o método não é fixo ou anterior à análise, porque a teoria se impõe justamente na medida em que o analista tem um objeto a ser analisado (ORLANDI, 1999). Nesse sentido, alguns conceitos serão mais importantes do que outros e a característica interdisciplinar da Análise do Discurso abre possibilidades muito produtivas na discussão.

Principalmente nas reflexões teóricas do processo de elaboração de dispositivo de análise, há diversas tentativas de situá-las de maneira inventiva neste trabalho. Tendo Foucault como importante intercessor², preferimos um tipo de criticidade que assume sua subjetividade como tentativa de recusá-la para reinventá-la. Mesmo presumindo que o objetivo da tentativa é utópico, entendemos que é possível sustentar esse posicionamento como uma estratégia possível de resistência às técnicas de individuação, de normalização e de controle das subjetividades. Ou seja, não é o produto da reinvenção que importa (mesmo que

² Principalmente sobre as últimas obras de Foucault, é possível concluir que, para o autor, as lutas de resistência às técnicas de controle, normalização e individuação não pedem uma busca para descobrirmos quem somos, mas, ao contrário, pedem que recusemos a ser o que somos, inventando nossa subjetividade.

ele fosse possível), mas sim o exercício da tentativa, algo que pode funcionar como pulsão produtiva de análise e reflexão.

Já para a coleta de dados a partir dos quais é feito o recorte do corpus que é analisado discursivamente, há um trabalho de observação hierárquica e invisível, mas não necessariamente imperceptível pelo ambiente do curso *online* (*chats*, atividades, vídeos, etc.). Como orientação para este trabalho de observação e coleta de dados, servimo-nos de alguns princípios do que vem sendo chamado de etnografia virtual (THOMSEN et al., 1998).

Em suma, as breves seções que seguem têm como objetivo explicitar, mais pontualmente, (a) quais são os conceitos da Análise do Discurso que foram mais produtivos para a análise, (b) quais são os princípios teóricos da forma de criticidade que permeiam as reflexões teóricas, e (c) qual foi a orientação teórica para a coleta de dados a partir do qual constituímos o corpus desta dissertação.

1. Análise Discursiva

Neste trabalho, a perspectiva geral de análise e reflexão é a Análise do Discurso, articulando conceitos para constituição do dispositivo de análise de forma distinta do que se propõe a análise de conteúdo. Nesta, o texto é concebido em sua transparência, algo como uma projeção de uma realidade exterior ao discurso. Nesse caso o texto poderia conter os sentidos, os fatos e a verdade. A análise do discursiva, aqui, tem a preocupação de fazer análises voltadas ao texto considerado em sua opacidade, ou seja, o texto como algo que não pode ser atravessado rumo aos sentidos ou em favor de uma verdadeira compreensão deles. Não há sentidos por detrás do texto, senão efeitos produzidos pelo discurso e sua materialidade. Para a perspectiva da Análise do Discurso, assume-se que a análise é interpretativa e que ela deve levar em conta o modo de funcionamento linguístico textual dos discursos e o exercício da língua em um determinado contexto histórico de produção. A Análise do Discurso seria então como um nó, no qual língua, história e sujeito se fazem intrincados (MALDIDIER, 2003). Pouco a

pouco e cada vez mais, desde Michel Pêcheux³, os estudos discursivos procuram “compreender a língua não só como uma estrutura, mas sobretudo como um acontecimento” (ORLANDI, 1999: 19).

Alternativamente à imagem do lugar teórico do discurso como um nó (língua, história e sujeito), conforme sugere Malidier (2003), ficaremos com a metáfora de uma solução química, na qual todas as grandes questões sobre língua, história e sujeito são solutos e o sujeito-analista é o solvente. Assim, temos pelo menos duas implicações importantes: (a) na solução há espaço para outros solutos, desde que dentro do limite da concentração do solvente para que ela não fique saturada; e (b) o analista de discurso não é externo em relação à sua análise porque (b.1) tem suas próprias condições de produção – e portanto é também afetado pela linguagem e ideologia – e (b.2) a teoria vai se impondo justamente porque o analista tem um objeto a ser analisado (ORLANDI, 1999).

Nesta parte desenvolvemos então uma visão geral sobre os principais solutos ou conceitos básicos que, articulados de forma específica para este trabalho, constituirão o dispositivo de análise discursiva.

1.1. Discurso

Dito de modo sobremaneira simples, discurso é a prática social de produção de textos, entendendo texto como objeto empírico que impõe uma certa unidade de sentido, ou como a construção sobre a qual se debruça o analista. Isso implica que o discurso é acontecimento social, não ato individual. “O discurso propriamente não é individual. Ele é a manifestação atestada de uma sobredeterminação de toda fala individual (MAZIÈRRE, 2005: 13)”. O discurso é portanto histórico, ideológico, e intimamente ligado a uma concepção dialógica da linguagem.

Neste trabalho, até onde interessa à Análise do Discurso, nos valeremos da noção de linguagem que toma o sujeito falante em sua singularidade e pertinência, criando interfaces com a sociologia e a psicanálise, em contraste com a noção saussuriana de língua encarada em si mesma e por si mesma. Não se trata de negar que as materialidades de base de alguma forma “permitem” os discursos,

³ Atraído pelas questões linguísticas, o filósofo francês é apontado como pioneiro na vertente francesa da Análise do Discurso.

mas sim de reconhecer que as sistematicidades não existem sob a forma de uma ditadura homogênea.

Em seu quadro teórico, nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos. (ORLANDI, 1999: 22)

Complementando, ainda que muito brevemente, a definição simplificada de discurso na abertura desta parte do texto, faz-se importante diferenciar discurso e enunciado. Segundo Mazière, “enunciados e discursos são dois termos, por vezes equivocadamente confundidos em Análise do Discurso” (MAZIÈRE, 2005: 14). Quando falamos em enunciado, referimo-nos a uma unidade linguística produto da enunciação, que é “um acontecimento em um tipo de contexto e é apreendido na multiplicidade de suas dimensões sociais e psicológicas” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004/2008: 193).

Por sua vez, na esfera de algo que é ato sócio-historicamente determinado, “um discurso é um conjunto de enunciados que têm seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 1969: 146). Discurso é, assim, um produto construído no processo de interlocução, como um conjunto ou uma família de enunciados que remetem ou respondem a uma mesma formação discursiva.

É justamente essa responsividade às formações discursivas que nos permite falar, por exemplo, em “o discurso da mídia”, “o discurso da escola”, ou “o discurso do professor”. Ao mesmo tempo em que os discursos são uma dispersão, “formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade” (BRANDÃO, 2004: 32), respondem a regras de formação (FOUCAULT, 1969) e há uma ordem do discurso que controla o que pode e deve ser dito (FOUCAULT, 1971/2008), possibilitando a passagem da dispersão para a regularidade, sendo ponto de articulação entre os fenômenos linguísticos e ideológicos.

1.2. Formações discursivas e formações ideológicas

As noções de Formação Discursiva e de Formação Ideológica são fortemente articuladas e têm em comum o fato de se constituírem por regularidades que, de forma nenhuma, são simples e completamente sujeitas ao acaso. No caso

das Formações Discursivas, são as referidas regras de formação que as constituem.

Num caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (FOUCAULT, 1996/2004: 43).

Já sobre as formações ideológicas, Haroche (HAROCHE et al., 1971 apud BRANDÃO, 2004: 47) explica que

falar-se-á de formação ideológica para caracterizar um elemento (...) susceptível de intervir como uma força confrontada com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado; cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas em relação às outras.

Sendo o discurso um dos aspectos materiais da ideologia, é legítimo afirmar que “os discursos são governados por formações ideológicas” (BRANDÃO, 2004: 47). No caso desta dissertação, alternativamente, compreenderemos que a relação entre formações discursivas e ideológicas não é de governança uma sobre a outra, mas sim de tensão, implicação e articulação.

Ainda baseado nas definições acima, também é legítimo afirmar que esse “conjunto complexo de atitudes e de representações” só pode ser ideológico porque significa. Não há separação entre ideologia e linguagem (BAKHTIN, 1929/1973), de modo que os discursos não devem “obediência” às ideologias. Assim, é possível concluir que as formações ideológicas não “incluem” as formações discursivas, nem que constituem um conjunto maior ou “anterior” a elas. A concepção que coloca formações discursivas e ideológicas em perspectiva hierárquica pode deixar de abordar algumas estratégias ou modos pelos quais as ideologias se transformam. Se formações ideológicas são conjuntos complexos de atitudes e representações,

que outro modo de transformação ideológica há, que não nas e pelas atitudes e representações?

Assim, compreendendo que a palavra é o signo ideológico por excelência (BAKHTIN, 1929/1973), que o discurso é a palavra em movimento (ORLANDI, 1999), e que as atitudes e representações interessam à Análise do Discurso justamente à medida que significam, neste trabalho entenderemos que Formações Discursivas e Formações Ideológicas se governam mutuamente. Em outros termos, presumiremos que, se é convincente que as Formações Discursivas determinam o que pode e deve ser dito em nome de Formações Ideológica(s) que as articulam, é igualmente evidente que a desobediência, a resistência e a subversão em relação à imposição das Formações Discursivas deslocam e transformam as ideologias. Creio que, assim, nos aproximamos da pergunta retórica posta por Foucault: “o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente?” (FOUCAULT, 1971/2008: 8). Se tomarmos como pressuposto que o signo é por natureza ideológico, qualquer produção textual é também produção ideológica.

Para os fins deste trabalho, enfim, abdicamos da noção de formação ideológica, principalmente pelo enigma operacional que essa noção traria para a análise. Não negligenciaremos, porém, a questão da ideologia. Assumiremos, simplesmente, que as formações discursivas são constitutivamente ideológicas.

1.3. *Ethos*

A noção de *Ethos* pode ser considerada relativamente recente para as análises discursivas, mas com outros sentidos remonta aos retóricos antigos, como Aristóteles, quando então significava algo próximo de “caráter” (por falta de palavra melhor), ou a impressão de caráter construída pelo orador de forma mais positiva possível, para ser também o mais convincente possível. Ou seja, o que o orador realmente é, nesse sentido, importa menos que o que ele aparenta ser.

Com alguma lapidação teórica, a noção de *Ethos* passa a ser fértil para os estudos da linguagem e, para os fins desse trabalho, especialmente para a Análise do Discurso. Maingueneau (1987) considera essa noção como uma das preocupações da Análise do Discurso, tendo em mente que não poderia escapar ao estudo do analista o fato de que todo texto traz um “tom” geral ou uma construção

de imagem. Esse tom ou imagem não é resultado direto do que é dito, mas sim resultado de um conjunto de estratégias de discurso. Essas estratégias envolvem o que é dito e determinada forma de dizer, bem como a maneira como o texto em análise se relaciona com outros textos (intertexto) e sentidos pré-existentes (pré-construído e interdiscurso). Todos esses fatores contribuem para a construção de uma imagem de si ou produzem efeitos de sentido que permitem que o *Ethos* seja apreendido desta ou daquela forma, positiva ou negativamente. A imagem de um dado locutor, por exemplo, não se constrói apenas pelo que ele próprio fala de si, mas também pelo modo que ele diz e se porta, e por como seu discurso se relaciona com outros discursos num dado contexto.

1.4. Sujeito

A noção de sujeito não deve se confundir com a de *Ethos*. Não se trata de efeitos de sentido que constroem uma imagem de si, tampouco da transcendência do *ego*, mas de uma relação dialógica entre o “Um” e o outro, ou entre o “Eu” e o “Tu” que constitui o sujeito. Daí decorre que o sujeito seja descentrado:

Para ela [Análise do Discurso], o centro da relação não está nem no “eu”, nem no “tu”, mas no espaço discursivo criado entre ambos. O sujeito só constrói sua identidade na interação com o outro. E o espaço dessa interação é o texto. (BRANDÃO, 2004: 76)

Nota-se então que essa visão dialógica não concebe o sujeito simplesmente como uma estrutura dual, mas sim como algo marcado pela contradição e pela incompletude, de forma que o desejo de ser “inteiro” é traço constituinte do sujeito. Este é precisamente o espaço teórico fértil para a aproximação com a noção de sujeito da psicanálise lacaniana que desenvolvemos mais adiante.

Além de descentrado e disperso, o sujeito é também assujeitado pela ideologia. Dito de forma simples, fora da linguagem o sujeito seria “apenas” indivíduo. É precisamente a “entrada” do indivíduo na linguagem que o marca espacial e temporalmente, constituindo o princípio segundo o qual se afirma que sua fala é um recorte de um tempo histórico e espaço social determinados,

situando seu discurso em relação aos discursos do outro. O sujeito não é fonte absoluta dos sentidos que produz.

O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Partindo da afirmação de que a ideologia e o inconsciente são estruturas-funcionamentos, M. Pêcheux diz que sua característica comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, entendendo “subjetivas” não como “que afetam o sujeito”, mas, mais fortemente, como “nas quais se constitui o sujeito”. (ORLANDI, 1999: 46)

O sujeito, enfim, é disperso, descentrado, assujeitado pela ideologia; entidade que surge da entrada do indivíduo na linguagem – e, portanto, da sua determinação histórica e ideológica – e da divisão consciente/inconsciente. É essa noção de sujeito histórico/psicanalítico que levo adiante como pressuposto para as reflexões e dispositivo de análise.

1.5. Solutos e solventes em uma solução não-saturada

Diferentemente da escola francesa dos anos 60 e 70, hoje toda situação de discurso pode ser submetida à análise. Os *corpora* analisados discursivamente não são mais quase que exclusivamente verbais e a noção de texto torna-se mais heterogênea e complexa. Isso certamente amplia possibilidades e cria novos problemas e questões.

O mundo também continua mudando e, especialmente nas últimas décadas, mudou drasticamente. Uma mudança talvez comparável a da Revolução Industrial, supondo – talvez inconsequentemente – que o surgimento da Internet também tenha constituído alguma espécie de revolução. Mesmo sem aprofundar essa discussão, ou mesmo independentemente dela, é legítimo afirmar que esse mundo pós-Internet fez emergir novas modalidades de linguagem, novos gêneros de textos e, evidentemente, novos discursos. Todas essas transformações evidenciaram, em várias esferas, que muitas das fronteiras não eram mais válidas do modo como as conhecíamos, inclusive em relação às disciplinas. Termos como “multidisciplinar”, “pluridisciplinar”, “interdisciplinar”, e “transdisciplinar” são exemplos disso. Os objetos de estudo transitam mais livremente entre diferentes

áreas do conhecimento, também abrindo novas possibilidades e, principalmente, criando novos problemas e questões.

O campo teórico da Análise do Discurso é interdisciplinar e, ao mesmo tempo em que pode assumir várias fisionomias, apresenta uma identidade comum constituída pelo jogo entre seus fundamentos na linguística e pela preocupação com o lugar sócio-histórico e ideológico onde são produzidos os discursos, apreendendo a linguagem também como lugar de investimentos de sujeitos que interagem em situações concretas. Nesse campo interdisciplinar, ao menos na Análise do Discurso praticada no Brasil, há bastante espaço para outros conceitos de áreas diversas do conhecimento. Frente a tantas questões que se impõem como novas, e levando em conta que um lugar teórico interdisciplinar na cibercultura pode ganhar fronteiras ainda mais fluidas, supomos que um descuido quanto a um recorte teórico judicioso possa ter ocasiões mais propícias nos dias de hoje.

Neste trabalho, servimo-nos fartamente desse campo interdisciplinar, trazendo o conceito de “virtual” e certa noção dialética de devir. Com isso, pretendemos responder às questões que se impõem pelo assunto, pelo contexto sócio-histórico, pelo corpus e pelos interesses e desejos (conscientes ou não) do sujeito-pesquisador. Nesse processo, objetivamos também evitar a armadilha da tentação de articular conceitos com a pretensão de constituir alguma espécie de modelo de análise repetível, contínuo ou rígido. Buscamos, ao contrário, constituir um aparato teórico que consiga responder ao *corpus*, levando em conta as condições de produção da própria análise.

Seria possível trazer para este aparato uma série de outros conceitos, mas tentar incluí-los todos seria como tentar esgotar o inesgotável. É quase uma obviedade dizer que o recorte é tanto necessário quanto inevitável. Alguns dos conceitos presentes aqui, no atual aparato teórico, constituem uma tentativa de resposta a certo “novo”: relações de poder em um determinado espaço virtual. Certamente, há outras respostas possíveis, bem como outros “novos” a serem estudados e analisados. Basta que continuemos a nos fazer perguntas, e a tentar responder novamente àquelas que já “têm” respostas.

2. Causalidade, responsividade e criticalidade

Ainda na esteira da orientação teórico-metodológica da Análise do Discurso, sobre levar em conta as condições de produção da própria análise, esta breve seção é dedicada a explicitar o modo que as reflexões e proposições deste trabalho se conjecturam críticas.

Compreendemos que levar em conta as condições de produção da própria análise não deve ser entendido apenas como forma de assumir que o sujeito-analista também é afetado pela ideologia (em um nível fora de seu controle) e ocupa um lugar histórico-social, mas também assumir que tem desejos conscientes e inconscientes que interferem em seu olhar para o *corpus* e no seu recorte e composição. Assumimos tais desejos e, como forma crítica e cientificamente produtiva de posicioná-los (ao menos aqueles que podem deixar marcas mais explícitas no discurso), organizamos as proposições em relações de mútua implicação ou de uma espécie de **causalidade não-linear**, mostrando quase sempre de forma marcada os intercessores, os problemas e os conceitos aos quais as proposições e reflexões desta dissertação respondem. Expomos os gatilhos das proposições com marcas que deixam mais visíveis a responsividade ou o tipo de relação causal em tais proposições. Nesse sentido, faz-se relevante uma breve discussão sobre como compreendemos causalidade aqui. Acreditamos que esse tipo de criticidade acaba por assumir sua subjetividade como tentativa de recusá-la para reinventá-la, sustentando esse posicionamento como uma estratégia imaginável de resistência às técnicas de individuação, de normalização e de controle das subjetividades.

Com frequência, a causalidade é diretamente associada à linearidade como oposição à dinâmica complexa não-linear. Ora, essa associação, cumpre notar, é ela mesma resultado de reflexões lineares. Com essa afirmação não pretendemos apenas defender que a oposição entre causalidade e complexidade deve suscitar perspectivas não-excludentes, mas também que a negação da mútua exclusão entre esses termos deve ser em favor da **negociação** e **não da soma** das perspectivas. A ideia de que essas perspectivas **juntas** poderiam explicar ou compreender **mais** fenômenos se filiaria a princípios filosóficos que apregoam o conhecimento como algo cumulativo e progressivo. Assim, em vez de relativizar a relação de oposição entre os termos “causalidade” e “complexidade”, objetivamos

problematizá-los, entrevendo uma causalidade complexa e um princípio causal no caos.

Talvez uma das razões para a associação entre causalidade e linearidade seja a proximidade semântica entre “causa” e “origem”. Essa proximidade implica (usando uma lógica dedutiva) a relação causal linear e previsível, a mesma que afasta as possibilidades de ruptura ou criação. A partir de uma lógica original (um ponto que é dado) seria possível, dedutivamente, antecipar qualquer estado ou condição “posterior”. Ou seja, entendida assim, a relação causal não marcaria apenas uma origem ou origens; marcaria também fenômenos que se organizam em “sequência” e de forma “contínua”. Se os fenômenos já estão previamente no *script*, se estão portanto na ordem da seleção, não se pode romper ou criar. Tudo já seria dado e algumas coisas apenas insistiriam em existir, submetendo-se à seleção.

Por outro lado, se compreendermos que causalidade também pode ser uma lógica dialética de transformação ou um devir, estaríamos aproximando os termos “causa” e “coerção”, e não mais “causa” e “origem”. Nesse caso, temos uma noção de causalidade na qual há determinação, mas que escapa ao determinismo, abrindo espaço para a ruptura e a criação. A relação causal entre duas entidades pode ser como **uma** solução para um problema: as soluções de certa forma são determinadas pela problemática na medida em que respondem a ela, mas não podem ser previstas no enunciado. Ao mesmo tempo, o problema não é exatamente **anterior** às soluções. Eles se constituem e se redefinem mútua e continuamente. Não há pontos de origem, mas pontos rizomáticos⁴ que se relacionam.

A dinâmica complexa não-linear, por sua vez, é frequentemente associada às teorias do caos. Ecoando ou indo ao encontro da crítica de Fleischer (2009) sobre falsidades a respeito do caos, é possível construir as seguintes proposições:

⁴ Entendemos Rizoma conforme Deleuze (1980/2000). O termo se refere a uma estrutura não definida que expressa os agenciamentos que se produzem nos acontecimentos, constituindo-se de novas formas a todo instante, escapando à ordem da seleção (configurações prévias, dadas). Elaborando seis princípios do Rizoma (conexão, heterogeneidade, multiplicidade, ruptura significativa, cartografia e decalcomia), Deleuze e Guattari se dispõem a reconhecer as multiplicidades e os devires. O rizoma se conecta de um ponto qualquer a outro ponto qualquer, de forma que não se constitui de unidades, mas de dimensões. O múltiplo, assim, não deriva do Uno, nem é acrescentado a ele, pois seria então dado, pré-determinado (n+1). Ao contrário, a única forma em que o múltiplo faz parte do Uno é estando subtraído dele. “É somente assim que o uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído dele. Subtrair o único da multiplicidade a ser constituída; escrever a n-1. Um tal sistema poderia ser chamado de rizoma. (DELEUZE & GUATTARI, 1980/2000: 15)”. As linhas do rizoma não são apenas do tipo contínuas, mas há também linhas-de-fuga, nas quais a multiplicidade se transforma, rompe e metamorfoseia-se.

- a) O caos não significa absoluta incerteza ou indeterminação. Ou seja, não é o mesmo que aleatoriedade.
- b) A relação causal não significa necessariamente absoluta certeza ou determinação. Ou seja, não é o mesmo que linearidade.
- c) A oposição entre as perspectivas do caos e da causa e efeito não pede soma ou relativização, mas sim negociação de princípios teóricos.

Diante de um dado evento, se quiséssemos determinar suas causas, impetuosamente poderíamos procurá-las “atrás” desse evento, na forma de outros acontecimentos que o tenha causado, gerado, produzido. Se esse ímpeto for muito intenso, podemos nos esquecer de procurar no próprio evento, na forma de um princípio problemático cuja solução é o próprio acontecimento. Nesse caso, não podemos afirmar que evento e causa são a mesma coisa, mas tampouco podemos dizer que causa e efeito são dois pontos em uma linha reta. Ou seja, nessa relação causal, o resultado não é algo previamente selecionável ou antecipável, como seria outro ponto na mesma reta. O resultado seria uma criação, no sentido forte da palavra.

Fairclough (2000) afirma, mais ou menos explicitamente, que há relação causal entre questões econômicas e a inquietude da vida social das sociedades chamadas globalizadas e também que essas mudanças são, em parte, mudanças na linguagem. Segundo Fairclough,

this radical unsettling of social life is driven by economic change and the search for profit; (...) In part these fundamental changes are changes in language, involving the breakdown and redrawing of boundaries between different language practices understood in the broadest sense.
(FAIRCLOUGH, 2000: 163)

Perguntas como “por que há tal busca por lucro?” ou “quem busca lucro dessa forma?” rapidamente expõem as questões para as quais chamo a atenção. Aparentemente, ao estabelecer essa relação de causalidade, Fairclough acaba por subestimar a importância de outros aspectos implicados no processo de *meaning-making*, e superestimar ou quase que idealizar o caráter criativo desse processo. Fairclough defende em outro trabalho (FAIRCLOUGH, 1992) – e é amplamente

aceito na área dos estudos da linguagem – que o sentido não é dado ou pronto. O sentido não é portanto da ordem da seleção, mas sim construído no ato mesmo da interação na linguagem. Ou seja, não apenas a leitura, mas também a “produção” de um texto (unidade de sentido) são necessariamente um processo interpretativo. Certamente, há algo de criativo nesse processo. Como Fairclough (2000: 162) propõe, *“what is implied here is a conception of language which centres difference, change and creativity”*. No entanto, tão importante quanto a criatividade é sua responsividade. Esse processo de criação não é acidental, aleatório ou livre. Ao contrário, trata-se de uma resposta a um problema. Evidentemente, o problema, de início, não guarda em si sua resposta, mas reduz a dimensão do acaso. As respostas são também problemas e assim mantêm o sentido sempre adiado. Em outras palavras, há algo de intangível (ou inalcançável) ao que o sentido há sempre de responder, e o processo de construção de sentido é o movimento de se responder criativamente a esse intangível.

Fairclough (2000: 162) discorre sobre *Marketisation* para “ilustrar” como essas mudanças sócio-econômicas fundamentais são em parte mudanças na linguagem. Por outro lado, se é possível falar marketização, podemos similantemente falar, por exemplo, em psicologização. Termos como complexo, trauma, inconsciente, racionalização e neurose são hoje popularizados, presentes em muitos e em cada vez mais lugares de prática de linguagem. Assim, a marketização não ilustra (*“illustrate”*) apenas a ligação com as mudanças econômicas, mas talvez principalmente que há algo a que tanto as mudanças econômicas quanto as na linguagem respondem, fazendo-as parte de um mesmo rizoma.

É importante observar que Fairclough afirma que a construção de sentido é a **aplicação criativa de recursos existentes** e também menciona o caráter repetitivo e a previsibilidade dessa construção de sentido, mas atribui a esses aspectos uma menor importância.

This is not to deny the repetitiveness and predictability of mundane aspects of live and meaning-making, but to treat them as the limiting case rather than the model for meaning-making in general. (FAIRCLOUGH, 2000: 162)

Enfatizar ou dar tamanha importância ao aspecto criativo sem tomar em conta esse princípio responsivo pode produzir um efeito parecido com o que a lógica do neoliberalismo produz. Tal lógica promove uma ordem fundada no

individualismo e no culto de um tipo de liberdade que, então, passa a ser sinônimo de isolamento. Se compreendermos a criação como ato bruto, salto da não-existência para a diferença, não haveria qualquer princípio teórico que impedisse a conclusão de que a criação é, ou ao menos pode ser, um ato individual autônomo. Se a linguagem é dialógica (BAKHTIN, 1970), mesmo a mais criativa construção de sentido é responsiva, no mínimo, a uma alteridade. Se entrarmos no imaginário de que “somos livres para fazer/criar qualquer coisa”, nos alienamos dessa alteridade. Por um lado, o “somos livres para fazer outra coisa” nos constitui e constitui os efeitos de sentido no e pelo outro, já que a “outra coisa” pressupõe a “uma”. Por outro lado, o “somos livres para fazer qualquer coisa” não nos deixa outra opção senão “constituir” aquilo que já é dado. Neste caso, quanto mais pretendemos nossa individualização, mais nos tornamos meros reprodutores do coletivo; espécie de sujeitos quase translúcidos que os discursos quase que simplesmente atravessariam. Dessa forma, reconhecer o caráter responsivo da criatividade é reconhecer sua “verdadeira” potência criativa.

Nesse movimento da causalidade à criatividade há uma conexão com uma ideia de **críticidade** que acreditamos ser uma das mais importantes para este trabalho, por sua relevância nas relações de poder. Tendo Saviani (2007) como importante intercessor, quando escreve sobre a tendência crítico-reprodutivista entre as teorias de Educação, passamos a refletir sobre até que ponto uma crítica poderia ser reprodutivista. Não se trata de negar a importância dessa tendência. Ao contrário, podemos dizer que as contribuições não foram modestas:

O mérito da tendência crítico-reprodutivista foi dar sustentação teórica para a resistência ao autoritarismo, para a crítica à pedagogia tecnicista e para desmistificar a crença, bastante comum entre os educadores, na autonomia da educação em face das relações sociais. (SAVIANI, 2007: 395)

Também cumpre notar que o adjetivo “reprodutivista”, conforme Saviani, deve-se a algo específico: “é reprodutivista porque suas análises chegam invariavelmente à conclusão que a função básica da educação é reproduzir as condições sociais vigentes” (SAVIANI, 2007: 393). À parte de uma crítica que concorre para a reprodução de determinado modelo, mas que produz deslocamentos importantes em regiões desse mesmo modelo, o termo nos levou a refletir sobre o tipo de reprodutivismo que se pretende crítico e a importância do

caráter criativo da crítica. Argumentamos que a criticalidade, no sentido forte da palavra, não reproduz; ela desloca, subverte, transforma, rompe, (re)inventa, ao mesmo tempo em que compreende. Compreender criticamente certamente envolve a aplicação de habilidades analíticas e avaliativas. Isso por si só é importantíssimo. Mas sem ênfase em seu caráter criativo, a crítica pode se contentar em conhecer aquilo que **é**, que **está**; aquilo que, enfim, é dado – ou imposto, principalmente por relações de poder. É como se a crítica pretendesse conhecer mais ou melhor uma verdade, uma realidade. A tentativa de meramente conhecer um fenômeno sem reinventá-lo é também uma tentativa de esgotá-lo ou matá-lo. Já a criticalidade criativa compreende que não se trata de falar **do texto**, mas sim da problemática à qual o texto responde e também à “nova” problemática criada por ele próprio. Os sentidos ou os fenômenos não são dados e o conhecimento não é neutro. Criticar um texto não é olhar por outro ângulo – porque isso pressupõe o olhar sobre o “mesmo” objeto –, mas é olhar **diferente**. Diferente é outro, não o mesmo por outro ângulo.

A negligência em relação à responsividade criativa se mostra de outras formas na crítica. Se é possível afirmar que na vida contemporânea mudanças e instabilidade são experiências primordiais (FAIRCLOUGH, 2000: 163), também é possível sustentar que *instability* e *change* coexistem com *sameness* e *homogeneity* em uma relação de mútua implicação. Construir sentido criticamente, assim, pede a compreensão de que uma determinada posição é um nó problemático de coerções para determinados sentidos (sempre adiados), os quais são negociados em relação a uma alteridade, tornando **outro sentido** – mas não “qualquer um” – sempre possível. De forma semelhante, a compreensão de que uma determinada posição/lugar no mundo é um nó problemático de coerções para determinados sujeitos (também sempre adiados), é sempre possível recusarmos ser o que somos para (re)inventarmos nossa subjetividade.

Essas (re)invenções respondem à problemática desse determinado lugar, mas ela não é determinista pelas seguintes razões:

- Esse lugar não é “anterior” à cultura, a sociedade, ao sentido, ao sujeito. É, portanto, construção provisória ou indefinidamente inacabada.
- A problemática não é “anterior” às soluções porque (a) não é tangível, tampouco tem possibilidades selecionáveis; e (b) as soluções são, como

em uma espiral dialética, um remontar inventivo de uma solução à problemática, modificando-a.

É certamente um desafio criticar criativamente sem manter-se amarrado a uma origem, ou sem a ilusão de estar constituindo uma origem. Ao mesmo tempo, também é desafiador admitir que mesmo a ruptura seja algo que responde (criativamente) a uma problemática. Talvez a expectativa em regiões da academia ainda esteja demasiadamente presa ao ideal da objetividade e (por vezes secretamente) esperançosa com relação à “descoberta da verdade”. Não nos enganemos, porém, com a ideia de que somos livres para criar. As coisas do mundo desenharam nosso ser. Por outro lado, também desenhemos as coisas. Toda posição, todo lugar que ocupamos impõe restrições. Mas é justamente ao reconhecê-las que conquistamos ou fazemos uso da liberdade para transformar e criar.

Este trabalho se propõe criativamente crítico, do modo como defendemos até aqui. Assim, expomos sempre mais ou menos explicitamente nossos intercessores, mesmo que em alguns momentos possa ser argumentado que alguns não tratam do “mesmo” objeto. Ao articular conceitos para constituir um dispositivo teórico e de análise, sempre há tensão e conflito. A tensão, o conflito e a violência entre os conceitos trazidos para a construção deste trabalho são devidos, em grande medida, à própria condição de ocuparem posições na estrutura ou sistema conceitual (DELEUZE, 1972/1981). Inevitavelmente, a estrutura conceitual desta dissertação tem sua própria hierarquia, de forma que determinados conceitos ocuparão posições mais centrais e outros, mais periféricos, mesmo sendo também muito relevantes. Quase como um primeiro passo de desconstrução, expor a tensão e os conflitos entre os conceitos que aqui se coordenam e se compõem também pode ser uma forma de levar em conta, no momento mesmo de produzir este trabalho, as condições de produção da análise. De qualquer forma, é importante ter em mente que, ao mesmo tempo em que não torna esta estrutura conceitual mais sujeita à perturbação do que qualquer outro sistema conceitual instituído, tal exposição abre espaço para criação de outros conceitos, diante do reconhecimento do potencial criativo desses conflitos e tensões.

3. Etnografia Virtual

“Etnografia virtual” tem se tornado um termo e uma perspectiva de pesquisa cada vez mais comum. Grosso modo, a etnografia virtual é entendida como método de pesquisa etnográfica quando adotada para estudos do ou no ciberespaço, no mundo virtual. A etnografia virtual cumpre todos os passos de qualquer outra etnografia, onde o método da observação (participativa ou não) realizado dentro de um ambiente **virtual** (*chat, blog, email*, etc.) leva-nos a compreender determinado grupo social, inclusive usando análise do texto ou do discurso para compor um estudo qualitativo (THOMSEN et al., 1998). Especificamente sobre estudo qualitativo, quando tratando de tradições de pesquisa em Linguística Aplicada, Nunan diz que

pode-se argumentar que a análise do discurso e da interação são os métodos de coleta de dados em vez de tradições de pesquisa distintas em seu próprio direito. Na verdade, esses métodos podem ser (e foram) utilizados pelos pesquisadores para trabalhar em [...] tradições etnográficas. (NUNAN, 1992: 3-4)⁵

No entanto, neste trabalho, o termo não terá o *status* de método de pesquisa, e sim o de método de coleta de dados. Isso porque a partir dessa coleta, a transformação desses dados em corpus já se deve ao fato de o analista ser orientado pelos princípios teóricos da Análise do Discurso. Assim, utilizamos princípios do método de estudo etnográfico virtual para realizar o trabalho de coleta de dados, mas não como uma técnica para estudar um determinado objeto por vivência direta da realidade onde ele se insere.

Sendo específicos sobre a forma e a perspectiva sob a qual os dados foram coletados, explicitamos que houve um triplo movimento. Em primeiro lugar, há um movimento de observação do “outro”, do estranho, daquilo que não é familiar. Nesse sentido, o esforço é para manter todos os sentidos atentos aos traços que causam algum tipo de estranhamento ou, dito de outra forma, aos traços que

⁵ Tradução livre de: “It could be argued that discourse analysis and interaction analysis are methods of data collection rather than distinct research traditions in their own right. In fact these methods can be (and have been) utilised by researchers working in [...] ethnographic traditions.” (NUNAN, 1992: 3-4)

puderam ser percebidos como diferentes em relação àquilo que é cristalizado ou naturalizado aos olhos do observador nesse dado contexto. Esse foi provavelmente o movimento mais imediato e espontâneo, devido ao inevitável choque de referenciais. Ainda assim, é preciso estar atento a esse processo interpretativo, já que pseudo-semelhanças entre referenciais podem contribuir para que sejam negligenciadas certas coisas que poderiam ser relevantes. Nesse sentido, respondemos a um ponto típico dessa perspectiva etnográfica, que é a imersão em regiões do meio virtual. De fato,

[...] o trabalho do etnógrafo virtual é o de imersão em um local específico do espaço virtual (fórum de discussão, lista de discussão, chat, blog, etc.) durante um determinado período de observação, interagindo com seus informantes e construindo um detalhado quadro das formas pelas quais este meio é usado para criar e sustentar relações. (HINE, 1998)

Thomsen et al. (1998) também afirmam que a pesquisa etnográfica virtual é caracterizada pela imersão no grupo e envolve algum nível de engajamento, observação (participante ou não) e coleta de dados (que podem ser coletados diretamente dos membros do grupo por *email, chats, forums, blogs*, etc.).

No caso deste trabalho, a maior parte da coleta de dados consiste na observação do ambiente e dos participantes que não necessariamente passa despercebida por eles. Os participantes sabem que um pesquisador está coletando dados, mas não é possível afirmar *a priori* se eles se sentem ou não observados.⁶ Resumidamente, esse passo se baseia em um trabalho de observação por todo o ambiente do curso *online*, mas uma observação não participativa, apenas como recurso para coleta de dados a partir dos quais fazemos o recorte do corpus. A mecânica dessa parte é bastante simples operacionalmente, já que a própria plataforma do curso *online* cuida de registrar os eventos discursivos, no formato de arquivos eletrônicos ou páginas em codificação para leitura de softwares de navegação na Internet.

Essa parte da coleta se caracteriza por um baixo grau de seletividade e de controle. Propomo-nos a observar e registrar, sem qualquer tentativa de interferência no ambiente. Além disso, também não há seleção sobre o que será

⁶ É possível sustentar que não se sentem observados apoiando-se nas reflexões e análises desenvolvidas ao longo desta dissertação.

observado e o que não será ou, em outras palavras, não determinamos *a priori* quais são os aspectos, variáveis ou ocorrências mais significativas ou importantes.

Nos termos de Van Lier (*apud* NUNAN, 1992: 6-7), que aborda métodos de pesquisa a partir do jogo de intersecções entre os parâmetros de grau de intervenção e de seletividade (conforme ilustra o gráfico), essa primeira parte corresponde ao espaço “*watching*” ou “observação”:

Fig. 1

(VAN LIER *apud* NUNAN, 1992: 6-7)

Em segundo lugar, há um movimento de observação de coisas que parecem incrivelmente familiares. Nesse segundo movimento, a ênfase está na tentativa de observar com olhos estranhos aquilo que é “conhecido”, mas sem negar o conhecimento que contribui para a criação da imagem e sensação de familiaridade.

Na introdução, mencionamos que nosso envolvimento com o tema desta dissertação é também profissional. Há pelo menos oito anos, lidamos com as problemáticas de cursos *online* para formação de professores, alternando entre os papéis de aluno, de gerenciador do sistema do curso⁷, de tutor e de elaborador. Essa proximidade com a modalidade de curso *online* é trabalhada de forma a tirar o máximo proveito de referências e conhecimentos ligados a tal experiência, ao mesmo tempo em que há um constante esforço para lançar olhares mais ingênuos e ignorantes, como quem mantém sempre em mente a pergunta “como é que

⁷ O sistema ou, dito de forma simplificada, o programa do curso é conhecido como LMS (*Learning Management System*) ou AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem).

perceberíamos isso se nunca tivéssemos visto algo parecido?”. Muito provavelmente, não é possível ocupar o lugar do outro nesses termos, mas a tentativa de fazer isso pode ser produtiva ao contribuir para desconstrução de conceitos cristalizados ou fossilizados.

Concluindo a triangulação etnográfica, há um movimento que constitui uma postura de observação que pretende dar “voz” aos sujeitos que são observados ou, dito de outra forma, que usa a visão do sujeito de pesquisa como referencial. Tal movimento corresponde à fase de coleta de dados que tem como instrumento um questionário com três perguntas:

- 1) Qual é a principal diferença entre um curso presencial e um curso a distância?
- 2) No curso que você fez, como foi a vez em que você mais se sentiu presente no curso? Explique.
- 3) No curso que você fez, como foi a vez em que você mais sentiu outra pessoa presente no curso? Explique.

Fazendo referência aos já mencionados parâmetros propostos por Van Lier (*apud* NUNAN, 1992), o questionário ocupa o espaço “*measuring*” ou “medição”. Os participantes respondem as perguntas (Anexo 1) após o final do curso online. No questionário, direta ou indiretamente, são selecionadas algumas questões ou dados e, necessariamente, outros são negligenciados. Isso implica um maior grau de seletividade, ao mesmo tempo em que mantém pouca ou nenhuma tentativa de intervenção por parte do observador-pesquisador.

CAPÍTULO 2

O PODER E OS EFEITOS DE PRESENÇA: ESTRATÉGIAS DE EXERCÍCIO E RESISTÊNCIA

Este capítulo é dedicado aos principais conceitos e reflexões teóricas acerca da virtualidade, das relações de poder e da análise discursiva deste trabalho. O objetivo não é apenas refletir sobre os três objetos e buscar relações, e sim, alternativamente, refletir sobre a virtualidade, levantando questões teóricas da noção foucaultiana de poder que podem ganhar novas cores na cibercultura e levando em conta aquelas que podem mais interessar à análise discursiva. Nesse processo reflexivo surge a noção de **efeitos de presença**. Tal noção tem lugar importante no dispositivo de análise principalmente por nos ajudar a lançar outros olhares sobre as feições teóricas dos conceitos que articulamos aqui.

1. O que é, afinal, o Virtual?

Esta seção, como sugere o título, é uma breve reflexão acerca de definições sobre o que é o virtual. Propomo-nos a “refletir”, e não a “definir” o que é o virtual, por duas razões. Primeiramente porque a tentativa de **definir** com frequência pretende um produto final; tenta trilhar um caminho que leve a uma afirmação **definitiva**. Apesar de reconhecer a importância das definições, proponho algo sutilmente diferente. Por tratar-se de um termo de uso corrente ou mesmo de

um lugar comum, será mais produtivo problematizar algumas concepções para compreendê-las e, finalmente, chegar à concepção (uma tentativa de compreensão que assume seu caráter provisório) a partir da qual parte considerável deste trabalho se desenvolve. Em segundo lugar, e talvez principalmente, porque neste caso a definição importa menos que o questionamento do senso comum e a maneira como nos apropriamos do termo para construir um instrumento de análise. A “definição” do termo não é decisiva para nosso dispositivo de análise, ao passo que a problematização de ideias recorrentes e a reflexão na direção de uma concepção deixarão evidentes justamente aqueles que mostrarão ser os aspectos mais importantes para elaboração dos princípios teóricos que sustentam a análise.

O senso comum, assim, é um bom ponto de partida. Em uma pesquisa rápida no *site* de busca *Google*, comparamos o número de ocorrências apenas em “páginas do Brasil” das palavras “futebol” e “virtual”. Na primeira obtivemos 23 milhões de resultados; na segunda quase a metade: 11 milhões de ocorrências. Leve-se em conta que a pesquisa foi feita em 24/11/2009, época de definição do título do campeonato brasileiro de futebol e não muito tempo após o anúncio do Brasil como país-sede de uma Copa do Mundo; quando, portanto, houve uma enorme proliferação de *hotsites*, reportagens e postagens em *blogs* sobre o assunto “futebol”. Sobre o termo “virtual”, a partir da leitura de inúmeras dessas páginas da Internet, mesmo sem método científico que qualifique ou quantifique essa leitura, destaco três referenciais de sua(s) concepção(ões): iminência, intangibilidade, e simulação.

Um dos sentidos mais frequentes do termo parece estar atrelado a uma espécie de iminência. Nesse sentido, virtual é um potencial no sentido de algo que está **prestes a se realizar**. É algo que **antecede** a “realidade”, de certa forma como oposição a essa realidade, já que o que o faz ser chamado de virtual é justamente a não confirmação ou a não certeza de que se trata de algo real. Ainda falta algo para chegar “lá”. Pode-se falar, por exemplo, em “virtual campeão” (mais de 200 mil ocorrências no *Google* em 24/11/2009):

Yago é virtual campeão

Dois jogadores chegam na[à] última rodada com chances de ser o campeão: o pernambucano MF Yago Santiago (foto) e o potiguar MF Carlos Alberto. Todavia, há algo curioso. No *Pernambucano 2009*, segundo explicou o

presidente da FPEX, Alex Costa, **Carlos Alberto** (RN) e Luismar Brito (PB) **não concorrem ao título de campeão.**⁸

Outro sentido dos mais recorrentes é associado àquilo que não é físico; ou que não é concreto, no sentido de não ser palpável. Estabelece-se como parâmetro de “realidade” a concretude ou a tangibilidade, implicando que o virtual é algum tipo de oposição ou então de abstração do “real”. Nessa perspectiva, uma loja na Internet é virtual porque lhe falta a superfície tangível. Pode-se tocar a tela ou aquilo que se compra na loja virtual, mas não a própria loja.

Virtual, finalmente, está ligado no senso comum à simulação eletrônica. Novamente, algum tipo de oposição ao “real”. A simulação da “realidade” não é a própria “realidade”, ao mesmo tempo em que pode-se pretender substituir a primeira pela segunda. Aumentando a proporção desse paradoxo, a simulação, com a conotação de virtual, por vezes não parece concorrer com o “real”: vive-se o virtual como uma realidade ou como parte dela. Assim fala-se, por exemplo, em “realidade virtual” ou “sexo virtual”. Insistindo no primeiro exemplo, creio que não seja absurdo inferir que o “*Second Life*”⁹ possa ser na verdade a primeira ou principal vida na percepção de alguns usuários dessa plataforma na Internet. No caso do sexo virtual, pode até haver a tangibilidade dos corpos, porém separados por alguma distância espacial. Nesse caso, é o ato (o fazer sexo) que seria simulado.

A partir dos três referenciais, agora buscando um tratamento mais próximo do discurso científico sobre o termo virtual, levanto duas questões: (1) a relação entre virtualidade e realidade e (2) as direções do processo de transformação de um modo de ser num outro.

A primeira questão evidencia que a compreensão do que é virtual é também a compreensão do que é real. Para a Análise do Discurso, tratar da realidade é quase uma impossibilidade teórica. Isso principalmente porque, como vimos muito brevemente no capítulo anterior, a Análise do Discurso trabalha com uma abordagem dialógica e ideológica da linguagem, concorrendo para o princípio teórico de que o discurso é uma **construção ideológica** da realidade, e não a

⁸ Blog: Reino de Caíssa. Disponível em <http://reinodecaissa.blogspot.com/2009/08/yago-e-virtual-campeao.html>. Último acesso em junho de 2011.

⁹ **Second Life** (abreviado **SL**) é um plataforma *online* que simula um ambiente tridimensional e alguns aspectos da vida social do ser humano. Pode ser acessado em <http://secondlife.com>.

realidade ela própria. Toma-se como pressuposto que há o real da língua e o real da história, mas ao mesmo tempo entende-se que a linguagem, enquanto discurso, é “elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade” (BRANDÃO, 2004: 11) e a Análise do Discurso só aborda o real na medida em que os “fatos” reclamam sentidos. Assim, aquilo que o senso comum frequentemente chama de “realidade” ou “fatos” (uma notícia jornalística, uma fotografia) são, para a Análise do Discurso, textos ou construções (ideológicas).

A exemplo de outras áreas dos estudos da linguagem, como a Semiótica Greimasiana, recorremos à Filosofia para falar do real e sua relação com o virtual; noções que, segundo Lévy (1996: 12), muitos filósofos já trabalharam. Para Deleuze (1988/2006), real pode ser definido na relação com outros três modos de ser: possível, virtual, e atual. O autor fala das oposições entre o atual e o virtual, o real e o possível e, sobre este último par, pergunta-se

que diferença pode haver entre o existente e o não existente, se o não existente já é possível, recolhido no conceito, tendo todas as características que o conceito lhe confere como possibilidade? A existência é a **mesma** que o conceito, mas fora do conceito. (...) A diferença só pode ser então o negativo determinado pelo conceito: seja pela limitação dos possíveis entre si para se realizarem, seja a oposição entre o possível e a realidade do real. (DELEUZE, 1988/2006: 298)

No pensamento deleuziano, com efeito, o possível em nada se diferencia do real, senão por faltar-lhe a existência ou a realidade do real. Ou seja, o possível é algo como a forma latente do real, já que sua realização não modifica sua determinação. Como já está todo “constituído” ou “determinado”, o par real-possível constitui um pólo da ordem da seleção, das coisas, das substâncias. Nesse pólo, o real é manifesto e o possível é latente.

O virtual, por outro lado, certamente não é manifesto. Ao mesmo tempo, o virtual “existe” tanto quanto qualquer realidade, mesmo que, às vezes, falte-lhe uma superfície tangível: “o virtual possui uma plena realidade como virtual” (DELEUZE, 1988/2006: 294). Diferentemente do real, o virtual não deve sua realidade à substancialidade, mas a um problema, uma problemática, uma latência que pede uma solução criativa. O processo de **criação** dessa solução é a atualização, e o par

virtual-atual constitui um pólo que é da ordem da criação, do problemático. Nesse pólo, o atual é manifesto e o virtual é latente.

Dessa forma, ao contrário do que nos diz o senso comum, não há oposição entre o virtual e o real, mas entre o virtual e o atual. Enquanto o virtual existe em estado latente, o atual é a existência manifesta em ato ou o latente atualizado. Na esteira de Deleuze, Lévy (1996) afirma que

Contrariamente ao possível, estático e já constituído, o virtual é como o complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização. (LÉVY, 1996: 17)

Se por um lado o real se assemelha ao possível, por outro lado “nunca os termos atuais se assemelham à virtualidade que eles atualizam” (DELEUZE, 1988/2006: 299). O atual não se parece com o virtual porque aquele é uma criação ou algo como uma resposta que se inscreve no tempo e no espaço e que não estava contida ou prevista no problema. “A atualização é criação, invenção de uma forma a partir de uma configuração dinâmica de forças e de finalidades” (LÉVY, 1996: 16). Por exemplo, processos de interpretação ou de construção de sentido e rupturas são atualizações; enquanto que os sentidos, eles mesmos, são virtuais.

Do virtual, é preciso dizer que ele

tem a realidade de uma tarefa a ser cumprida, assim como a realidade de um problema a ser resolvido; é o problema que orienta, condiciona, engendra soluções, mas estas não se assemelham às condições do problema. (DELEUZE, 1988/2006: 299).

O virtual é, por exemplo, parte própria do objeto real “texto”. Trata-se do problema da significação do texto, já que o sentido não está **contido** na forma, nem no sujeito inserido em um contexto; o sentido está em forma latente em um não-lugar espacial. A historicidade e o dialogismo do sentido o problematizam, e ele então pede para **acontecer** em um aqui e agora. Em outras palavras, “o espaço do sentido não pré-existe à leitura. É ao percorrê-lo [o texto], cartografá-lo que o fabricamos, que o atualizamos” (LÉVY, 1996: 36). No processo de construção de sentido que responde à problematização posta pelo virtual, através do qual os nós

de coerções e de finalidades que inspiram os atos se desfazem, há uma passagem do virtual, algo desterritorializado, para um aqui e agora.

A esta altura é oportuno explicitar a relação dialética entre atual e virtual. A partir da reflexão nos últimos parágrafos, poder-se-ia crer que o virtual é origem ou algo anterior ao atual. Grande engano. Só é possível sustentar que o virtual é anterior ao atual caso essa anterioridade seja referida como um recurso didático para explicar que há um problema que, de alguma forma, engendra ou inventa o atual. A relação atual/virtual é de mão dupla; são duas entidades que se implicam e se redefinem em uma espécie de espiral dialética: “a atualização ia de um problema a uma solução. A virtualização passa de uma solução dada a um (outro) problema. Ela transforma a atualidade inicial em caso particular de uma problemática mais geral” (LÉVY, 1996: 18). Tomemos, novamente, o caso da linguagem. Se as práticas sociais em uma dada língua de alguma forma respondem a uma série complexa de formas, também modificam, transformam tais formas. É a latência de uma criação/transformação presente na forma que caracteriza o virtual, ao passo que, exatamente por sua particularidade inscrita como um acontecimento em um aqui e agora, a atualização modifica a configuração dinâmica na qual ela significa (ou ganha significação). Em poucas palavras, a atualização não é, de forma nenhuma, a única ou sequer a mais importante dinâmica do par atual/virtual: a virtualização tem igual importância. Vamos a ela:

A virtualização pode ser definida como o movimento inverso da atualização. Consiste em uma passagem do atual ao virtual, em uma ‘elevação à potência’ da entidade considerada. A virtualização não é uma desrealização (a transformação de uma realidade num conjunto de possíveis), mas uma mutação de identidade, um deslocamento do centro de gravidade ontológico do objeto considerado: em vez de se definir principalmente por sua atualidade (“uma solução”), a entidade passa a encontrar sua consistência essencial num corpo problemático. (LÉVY, 1996: 17).

Tomemos como exemplo a máquina calculadora. A ação ou a atividade cognitiva de calcular é virtualizada. Na calculadora, o calcular é uma ação em estado latente e é razão de existir ou a consistência essencial da máquina. Essa ação latente não tem qualquer ligação com um aqui e agora porque só existe um calcular ausente e ao mesmo tempo onipresente, que não está em lugar nenhum e

ao mesmo tempo materializa-se na máquina; só há, enfim, um calcular virtualmente presente em milhões e milhões de calculadoras em todo o mundo e que podem ser usadas a qualquer momento. Cada vez que alguém utiliza essa ferramenta, o virtual (ação de calcular) é atualizado. Cada ato utilizando a calculadora é subjetivo, localizado no tempo e no espaço. Se, enquanto substância, a calculadora é real e existe graças à escolha de um volume, de uma forma, de determinadas matérias-primas – em detrimento de vários outros “possíveis” –, enquanto acontecimento ela é tanto a virtualização da atividade cognitiva de calcular tomada como caso particular de uma problemática mais geral, quanto as respostas a essa problemática. É importante notar que a atividade cognitiva de calcular, dialeticamente, é também uma atualização, algo que acontece em um aqui e agora em ato subjetivo.

Vejam os mais um exemplo, o caso do martelo. A razão de ser dessa ferramenta, a latência do martelar consiste em um nó de tendências desprendido do aqui e agora. Cada martelada é diferente e particular, de modo que o nó se desfaz de forma única a cada martelada. A ação de cada martelada se atualiza e prende-se a uma subjetividade e a um aqui e agora. No caso do martelo, a ação de bater “é separada de um agregado particular de carne, ossos e neurônios” (LÉVY 1996: 74), para então ser materializada na forma do martelo. Esse processo de virtualização envolve a separação de uma experiência interior e subjetiva; uma passagem do particular ao público, como um “efeito Moebius” (LÉVY 1996: 24). Em outras palavras, há uma passagem do interior (experiência subjetiva de bater) para o exterior (virtualização da ação e sua tangibilização na forma da ferramenta martelo), e do exterior (técnica coletiva de martelar) para o interior (experiência subjetiva de bater/martelar). Como em uma espiral dialética, aquele “agregado particular de carne, ossos e neurônios” se (re)apropria da ação de bater, mas ela não é mais a mesma. Nesse sentido, usar uma ferramenta não é fazer **a mesma coisa mais eficientemente**, mas sim **fazer outra coisa**.

O virtual e o possível se aproximam no sentido de que ambos constituem o pólo latente, em contraste com um pólo tangível (o atual e o real). Em contrapartida eles se diferenciam pelo fato de que o possível é algo que ainda não existe – se existisse seria real, que está no pólo tangível – e cuja realização não envolve um processo de criação no sentido mais amplo da palavra. O virtual, por sua vez, existe – e pode mesmo ser materializado – como nó problemático e, a cada vez

que esse nó se desfaz, o virtual se atualiza, passando do pólo latente ao manifesto através de um processo subjetivo de resolução. Assim, o virtual pode ter várias – ou até infinitas – atualizações diferentes.

Conforme é possível observar, retomando o conceito de virtual mais próximo do senso comum, não há apenas diferenças entre virtual, iminência, intangibilidade e simulação. Há algo de iminente no virtual, no sentido de que ele pede uma solução criativa, como um nó que pede para ser desfeito. Também há algo de intangível no virtual já que pode ser latente em uma materialidade, mas nunca é a própria materialidade. No caso da calculadora, por exemplo, como objeto (ou seja, sua substância, sua materialidade), ela é real; virtual é a **ação de calcular latente** na substância. A simulação eletrônica também não está tão distante do virtual se levarmos em conta os processos subjetivos envolvidos, como a projeção (no sentido psicanalítico) ou o efeito de presença (noção que veremos a seguir).

Fig. 2

(LÉVY, 1996: 145)

Desta seção, assim, levamos para o restante da dissertação aqueles aspectos do virtual que mais se aproximam do senso comum e aqueles que mais se distanciam dele. Mais importante que tentar apreender todas as questões ligadas a esse conceito do discurso filosófico é compreender simplesmente que, enquanto entidade problemática que possui plena realidade, o virtual existe e **anuncia sua presença** mesmo que **não tenha uma materialidade presente**. A figura 2 resume esta seção

2. Efeitos de presença

Enquanto nos perguntávamos se duas pessoas ao telefone poderiam ou não estar presentes no mesmo lugar ao mesmo tempo, a noção de virtualidade funcionou como combustível para essa reflexão que evidencia as limitações da ideia de presença e ausência como dois termos que se excluem mutuamente.

Essa problematização do par presença-ausência não é novidade para os estudos da linguagem. A semiótica, grosso modo, compreende a presença como efeito de um “objeto de saber para um sujeito cognitivo” (FONTANILLE & ZILBERBERG, 2001: 124). Dessa forma, uma determinada entidade se faz presente quando sua materialidade produz efeitos de sentido que são interpretados ou experienciados cognitivamente por um dado sujeito. Dando um passo a mais, a semiótica das experiências sensíveis, preconizada no Brasil por Eric Landowski, trata a presença como uma dimensão sensível do sentido ou “um sentido que se dá, nos termos de Landowski, por *contágio*” (FECHINE, 2006: 6) no encontro direto e imediato entre instâncias enunciativas **em ato**, em um **aqui** e **agora**. Esse é, sem dúvida, um passo importante.

Aqui, tiramos proveito desses desenvolvimentos. Mas não fazemos isso nos apropriando do conceito conforme é desenvolvido na semiótica, e optamos por nos fazer perguntas semelhantes, como a que questiona quais são as instâncias da presença que escapam ao sentido. Com esse tipo de pergunta diante do *corpus* e dos princípios teóricos deste trabalho, temos respostas diferentes das que vêm sendo úteis a outras análises da área dos Estudos da Linguagem. Essa ideia de presença como uma espécie de co-presença entre coisas ou sujeitos não é abandonada completamente, mas é problematizada para que explique as relações entre sujeitos cuja materialidade é essencialmente um problema, uma problemática. Aqui, espera-se que o conceito seja suficiente para explicar a presença que não tem qualidades materiais (seja como *soma* ou como *physis*) ou, em outras palavras, que não tem corpo de superfície tangível. É preciso abordar essa dimensão da presença: uma problemática à qual respondem a própria efemeridade e a irrepetibilidade desse encontro entre instâncias enunciativas.

Nesse sentido, é possível refletir sobre a presença também como um campo problemático produzido por forças virtualizantes que desterritorializam

corpos tangíveis e projetam criativamente subjetividades. Mesmo sob o risco de estar negligenciando outros aspectos decisivos, esta parte assume dois modestos objetivos: problematizar o par presença-ausência e distinguir as condições ou os fatores virtualizantes da presença.

Na introdução desta dissertação, mencionamos a vez em que observávamos uma pessoa ao telefone celular e as perguntas que, quase imediatamente, vieram à nossa cabeça. Não apenas por talvez ter sido uma importante faísca para reflexão, mas também por ser exemplar, insistiremos no caso do telefone para problematizar o par presença-ausência.

Quando duas pessoas conversam ao telefone, a sensação é de proximidade, mesmo que a distância seja grande. Digamos que essas duas pessoas estejam separadas por alguns quilômetros. Quando estão em **contato** via telefone, é como se todos aqueles quilômetros fossem achatados. Essa percepção é possível devido à **virtualização da presença**.

O canal de comunicação síncrona, através dos aparelhos e cabos telefônicos, projeta os dois corpos em um não-lugar, ou em um lugar desterritorializado. De forma latente e problemática, a presença das duas pessoas passa a existir fora de corpos de carne e ossos. O telefone virtualiza a presença, desprendendo-a da substancialidade de corpos tangíveis.

De forma alguma, pela própria condição do virtual, poder-se-ia afirmar que essas pessoas virtuais são destituídas de uma existência objetiva e contingente. A cada fala de cada um dos interlocutores, esta presença latente torna-se manifesta, impressiona o aparelho auditivo. Ou seja, no exato ato da fala nesse canal de comunicação, a presença se atualiza. O corpo tangível está aqui, enquanto **sua presença acontece** – desdobrada – aqui e lá ao mesmo tempo, materializada na voz. Muitas pessoas gesticulam enquanto falam ao telefone, como se estivessem face a face com seu interlocutor.

Esse processo de virtualização-atualização não projeta apenas corpos, mas também subjetividades. É comum construirmos uma imagem sobre como é alguém (não apenas no sentido físico) com quem conversamos ao telefone quando não nos conhecemos “pessoalmente”. Em suma, com as falas se entrecruzando nessa interação síncrona, ambos os interlocutores estão aqui e lá, com um cruzamento na distribuição dos seus corpos. Esse acontecimento discursivo nesse não-lugar constrói sujeitos virtuais-atuais, ou sujeitos que não apenas **são** ou **estão**

construídos no e pelo discurso, mas sujeitos que **acontecem** produzindo efeitos de presença. Voltaremos à questão desses efeitos na seção seguinte. Atendo-nos à noção de presença, a afirmação que segue é a de que o telefone é uma ferramenta que transporta não só uma representação da voz, mas a própria voz (LÉVY, 1996).

Sendo mais agudos quanto ao conceito que vem sendo desenvolvido até aqui, trataremos da presença em dois eixos que se articulam. Associemos a **presença substancial** ao que chamaremos **corpo tangível** ou simplesmente **corpo**, e a **presença acontecimento** ao termo **corpo presente** ou simplesmente **presença**. A complexidade da noção de presença, aqui, não permite a dissociação desses dois eixos. Ainda sobre o caso do telefone, há um corpo tangível que está relacionado ao par potencial/real (a presença substancial é a representação da voz); e há um corpo presente ligado ao par virtual/atual (a presença acontecimento corresponde à latência criada pelo não-lugar e às atualizações no e pelo acontecimento discursivo).

A presença substancial está ligada ao par potencial/real porque, quando falamos ao telefone, há uma transformação, uma potencialização da nossa voz: ela passa de energia acústica a energia elétrica, em um processo de codificação que ocorre no aparelho. No ponto receptor, nova transformação: agora de energia elétrica para energia acústica. Nesse processo, a energia acústica é transformada em um código elétrico que o aparelho telefônico pode “ler”. O código é a potência da voz que, com a decodificação do telefone, se realiza. Em outras palavras, o telefone transforma nossa voz em uma reserva potencial de energia elétrica codificada e, do outro lado da linha, esgota essa reserva transformando-a em voz manifesta. Corpo tangível, assim, é o corpo que está presente enquanto substância, algo da ordem do manifesto, da seleção, do objeto, que tem uma superfície visível. Evidentemente, podemos problematizar a unidade do corpo tangível e entendê-lo complexamente. Os cabelos, a pele, e toda a superfície do corpo o tornam visível, mas os implantes e as próteses confundem a fronteira entre o que é mineral e o que está vivo. De qualquer forma, essa problematização não é significativa para nosso propósito aqui. Conforme é desenvolvido na seção seguinte, esse eixo da presença é particularmente importante à análise discursiva porque essa substancialidade é principalmente o que torna os corpos mais ou menos “visíveis”.

Paralelamente ao processo de potencialização/realização, a conversa ao telefone envolve o par virtual/real. Ao desterritorializar a voz, o telefone transforma a presença em um corpo problemático ou um nó de tendências que pode se manifestar aqui e lá ao mesmo tempo através dos fios, cabos e aparelhos. É, portanto, uma presença (latente ou manifesta) que é indissociável do canal de comunicação, que só existe nele e por causa dele. Assim, corpo presente é uma entidade que está na esfera da criação, do problemático (um nó de tendências), do aqui e agora, que está presente ora de forma latente, ora manifesta. Trata-se de um corpo virtual/real, conforme terminologia de Lévy (1996). Um corpo que sai de si, se desterritorializa, constitui não uma alteridade biológica, um desaparecimento ou uma desmaterialização; ao contrário, constitui uma elevação à potência do corpo tangível; um desdobramento que é presença virtual, latente, que fica na ordem dos acontecimentos e que se atualiza nas interações enquanto o canal de comunicação está aberto, passando assim a ser uma presença manifesta. Também conforme é desenvolvido na seção seguinte, esse eixo da presença é particularmente importante à análise discursiva porque permite conceber que a presença produz seus efeitos mesmo antes de acontecer no e pelo discurso já que, mesmo sem sua substancialidade, ela **está lá**.

Neste ponto é possível sustentar de forma mais alentada que **estar presente** e **estar ausente** não são condições que se excluem mutuamente e, no limite, que sequer são condições. Alternativamente, seriam **efeitos** produzidos por determinadas relações, materialidades e acontecimentos. No exemplo acima, as duas pessoas ao telefone estão presentes e ausentes ao mesmo tempo, em um evento complexo que envolve tanto corpos tangíveis como corpos presentes.

Essa abordagem sobre a presença nos permite conceber uma presença na ausência ou uma ausência na presença. Tal relação, ao contrário do que se possa imaginar *a priori*, não é observável apenas nesses tempos das novas tecnologias da comunicação. Basta pensarmos em situações cotidianas, como a de uma conversa informal entre duas pessoas, quando uma delas não está prestando atenção e está pensando em alguma outra coisa. Nessas situações, é comum expressões como “estar no mundo da lua”, “estar fora do ar” ou “estar em outro lugar”. Todas essas expressões, e outras, remetem a uma presença tangível (o corpo da pessoa empírica) e a uma presença distante (a falta de atenção, o pensamento focalizado em outro assunto). A presença na ausência e a ausência na

presença são justamente articulações entre um corpo tangível, uma presença virtual (latente) e uma presença atual (manifesta).

Além de conceber a presença na ausência e a ausência na presença, essa abordagem sobre a presença nos permite, ainda, pelo menos três afirmações fundamentais. Primeiramente, podemos dizer que a presença **é** substância e acontecimento. O corpo tangível é uma presença da ordem das substâncias. Por sua vez, o corpo presente é da ordem do acontecimento. Enquanto este acontecimento é latente, a presença é virtual; no momento em que se manifesta, é atual. A presença virtual é desterritorializada, desprendida do espaço-tempo, enquanto a atualização dessa presença a prende a um tempo e espaço determinados.

Em segundo lugar, a dicotomia presença/ausência não pode ser vista como uma relação de mútua exclusão e deve ser entendida de forma mais complexa. Se considerarmos a presença apenas em sua instância tangível, podemos afirmar que a relação presença/ausência é de mútua exclusão: ou o corpo está presente, ou não está. Já no caso do corpo presente, como ele é um acontecimento, sua recorrência e sua forma de produzir efeitos são os fatores fundamentais.

A questão do corpo é também fundamental porque está diretamente associada à visibilidade. Falamos aqui não apenas de um fator decisivo para produção de efeitos de certa **intensidade**, mas também de uma tipologia desses efeitos. Em nosso trabalho de iniciação científica (CARÁ JR., 2006), referindo-nos à presença em *chats*, afirmamos que

“a presença pode ser quantificada, sendo que a unidade de medida é o número de atualizações: quanto mais vezes a presença virtual se atualiza, mais presente a entidade pode ser considerada.” (CARÁ JR., 2006: 27)

Parece-nos, revisitando agora o conceito, que afirmar que a presença pode ser calculada baseando-se apenas em determinadas ocorrências foi uma conclusão apressada. Não refutamos a ideia de que seja possível estar ou ser percebido mais ou menos presente (aspecto quantitativo), mas é preciso reconhecer que há um aspecto **qualitativo** da presença. A percepção desse qualitativo impõe uma dimensão subjetiva à quantidade. Ou seja, os efeitos de presença são percebidos mais ou menos intensamente também em função dos tipos de efeitos. Assim, os efeitos de presença não estão **contidos** nos corpos, nos sujeitos, nas situações ou

em qualquer outra coisa, nem acontecem em um único sentido e direção. Eles são produzidos dialógica e dialeticamente na relação mesma entre sujeitos e objetos.

No caso de uma arquitetura panóptica em funcionamento – como aquela que Bentham (1785) descreve (apud. FOUCAULT, 1975/1997) – o vigia está sempre presente, e grande parte dessa quase onipresença se deve justamente a ele não estar nunca visível. Inversamente, para o vigia, os prisioneiros só são ou estão presentes enquanto estiverem ao alcance de seu olhar.

Com isso em mente, até que ponto podemos afirmar *a priori* que um curso presencial não acontece a distância? Ou ainda, até que ponto um curso *online* é de fato à distância? Os recursos variam de um curso para outro, e eles têm papel importante na questão distância/proximidade, na medida em que favorecem a produção de intensidades e tipos diferentes de efeitos de presença e visibilidade. Um vídeo tem muita visibilidade, mas geralmente produz pouco em efeitos de presença. Um *chat*, por sua vez, produz mais efeitos de presença do que materialidade visual dos corpos. Já uma conferência eletrônica com vídeo produz efeitos de presença e torna os corpos mais visíveis.

No curso *online* que observamos mais de perto¹⁰, os cinco sujeitos de pesquisa responderam a três perguntas de um questionário proposto como instrumento de coleta de dados¹¹. Nesses questionários, os participantes responderam sobre em que momento mais sentiram a presença de mais alguém. As chamadas ferramentas interativas desse curso eram vídeos (palestras ou monólogos de um especialista gravados em arquivo de vídeo), *chatrooms* e fóruns. Já na elaboração da pergunta, suspeitávamos que algumas ferramentas seriam mais mencionadas do que outras. Os vídeos eram gravações de pessoas que eram apresentadas, tratadas pelo nome, e falavam voltados de frente para a câmera e, portanto, de frente para quem assiste. A pessoa no vídeo tem uma superfície visível que se submete aos olhos de quem assiste. Há também movimento, sons e cores, aproximando-se muito do que seria assistir a uma palestra presencial. No entanto, essa é justamente a ferramenta que é menos mencionada como uma das oportunidades em que os participantes mais sentiram alguém mais presente.

Isso ocorre porque, como dissemos, a visibilidade é um fator importante, mas sozinha não produz efeitos “convincentes” de presença. Os fatores são

¹⁰ Referir-se à seção “Etnografia virtual”, em “Princípios Metodológicos”.

¹¹ Referir-se a “Anexos”, “questionários”.

complexos e de difícil generalização, salvo outros dois pontos fundamentais: a sincronicidade e a responsividade ou reatividade. Resumidamente, dizemos então que a intensidade dos efeitos de presença compreende a relação entre os eixos sincronicidade, responsividade e visibilidade. Quanto maior a intensidade desses fatores, maior a intensidade dos efeitos de presença. No caso desses vídeos, há muita visibilidade, mas pouca ou nenhuma sincronicidade e responsividade. Trata-se de uma gravação, e não uma interação em tempo real; e essa gravação não pode responder a estímulos de quem assiste. Esses vídeos, em resumo, são textos pouco eficientes na produção de efeitos de presença.

Com isso compreendemos que os efeitos de presença mais convincentes são tridimensionais, nos termos dos três eixos mencionados. Vejamos esses três eixos na representação dos vídeos do curso *online*.

Fig. 3

Com dois eixos iguais a zero, não temos três dimensões, nem mesmo um plano. Apenas um ponto no eixo Y¹². O caso do *email* seria parecido, mas com uma articulação de eixos diferente: alguma responsividade, mas pouca ou nenhuma sincronicidade ou visibilidade. A produção de efeitos de presença em dois eixos (plano) é mais convincente que o ponto, e a tridimensional é a mais eficiente.

Fig. 4

¹² Poderíamos expressar esses efeitos de presença pela equação $z^2 = x^2 + y^2$, sendo que a intensidade da presença seria proporcional ao tamanho da esfera. Mas, como dissemos, a pura e simples quantificação da presença seria um reducionismo, já que estaríamos negligenciando ou descartando o caráter qualitativo dos efeitos de presença.

efeitos de presença
em plano

efeitos de presença
em três dimensões

Nesse sentido, uma “coisa” também pode produzir algum tipo de efeito de presença. Uma atividade *online* pode produzir algum nível de efeitos de presença ao incluir um determinado jogo de imagens, cores e sons, e reagir aos cliques instantaneamente. Certamente, reações mais mecânicas (nas quais a artificialidade do retorno é mais evidente) serão menos eficientes, e respostas mais complexas produzirão efeitos mais convincentes. Os efeitos em três dimensões nos capturam e nos desterritorializam. Levam-nos para o lugar onde as coisas estão **acontecendo** e que, de fato, não estão nem lá, nem aqui. Não surpreendentemente e sem qualquer estranhamento, nos vemos presentes tanto lá quanto aqui.

Notemos que no caso dos *chats* podem ser produzidos efeitos de presença em plano, ou até em três dimensões, mas com muito pouca visibilidade. Isso fica claro no trecho que segue de um *chat* do curso *online*.

Tab. 1

10:47:47 AM	Dilma Exigeant: sorry for taking so long
10:48:16 AM	Dilma Exigeant: hope you're still there
10:58:16 AM	Dalva Welles: hi all, still there?

Dilma e Dalva pedem confirmação da presença de outros participantes, porque a presença aqui nunca está definitivamente, ela acontece como *flashes* que precisam ocorrer com regularidade para que sejam eficientes. Quanto mais intensa

é a dinâmica do *chat*, maior será a intensidade da responsividade e da sincronicidade, compensando, ao menos em alguma medida, a falta de visibilidade.

Talvez essa dinâmica do *chat* tenha sido a razão de essa ferramenta ter sido a mais mencionada pelos participantes do curso ao contarem sobre o momento em que mais sentiram a presença de alguém¹³. De fato, apenas os participantes do curso que não estiveram em *chats* mencionaram o fórum (razoável responsividade e pouca ou nenhuma sincronicidade ou visibilidade). Mas é importante localizar parte dessas conclusões. Não é possível, de antemão, tirar as mesmas conclusões de qualquer vídeo, *chat* ou fórum. Por exemplo, um fórum no qual os participantes têm suas imagens/fotos associadas a suas postagens provavelmente produz efeitos diferentes (em termos de visibilidade) em relação àquele que não tenha tal recurso.

¹³ Referir-se a “Anexos”, “questionários”.

3. Efeitos de presença para a compreensão do corpus e análise discursiva

A noção de efeitos de presença interessa à análise discursiva deste trabalho em dois pontos fundamentais. O primeiro deles diz respeito à ordem do discurso e o segundo às relações de poder e à operacionalidade do sujeito nos mecanismos disciplinares aos quais sua visibilidade o submete. Considerando que o discurso é “aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1971/2008: 10) e que o poder produz sujeitos (FOUCAULT, 1979/2008), nesta seção discutimos o que há de particular na constituição do sujeito e na ordem do discurso no ciberespaço (e especificamente nos cursos *online*) e que interessa à compreensão de relações de poder.

3. 1. A Ordem do Discurso e a constituição do sujeito

Foucault (1971/2008) chama de Ordem do Discurso o mecanismo complexo que funciona por princípios que tratam de regular, selecionar, organizar e redistribuir a produção de discursos, conjugando poderes e perigos.

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1971/2008: 8-9)

Esse controle e essa delimitação do discurso têm procedimentos internos (comentário, princípio de autoria, e disciplinas) e externos (interdição, separação/rejeição, e vontade de verdade). Nesta parte, argumentamos que há particularidades nos procedimentos de controle e delimitação do discurso no ciberespaço. Compreendemos que esses procedimentos que põem em jogo o poder (disciplinar) envolvem em alguma medida princípios de visibilidade, e que a presença tem modos distintos de acontecer no ciberespaço. Senso assim, é permitida a afirmação que esse algo de particular no ciberespaço precise ser

estudado para melhor compreensão da forma como acontece o controle e delimitação do discurso nesse meio digital.

Os procedimentos internos de controle e delimitação do discurso se constituem pelos princípios do comentário, da autoria e da disciplina que, por sua vez, funcionam como princípios de classificação, ordenação e distribuição dos discursos. Esses princípios não são impactados pelas especificidades da presença no meio virtual, nem se exercem de modo particular no caso de práticas sociais emergentes da cibercultura. Isso porque eles não põem em jogo o poder exatamente, mas submetem a dimensão do acontecimento e do acaso por meio do próprio funcionamento interno do discurso.

Já entre os procedimentos internos de controle e delimitação do discurso, ao menos à primeira vista, parece haver uma fratura ou afrouxamento entre eles. Como se daria o exercício de poder sobre sujeitos que são, ao menos em alguma medida, anônimos, indefinidos ou invisíveis?

Os procedimentos internos também possuem três princípios: um deles é a **interdição**. Segundo esse princípio, “não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar tudo em qualquer circunstância, qualquer um não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1971/2008: 9). Assim, a interdição determina a articulação de três tipos de interdições. O tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado do sujeito que fala “se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que está sempre a modificar-se”.

Outro princípio é o da **separação e rejeição**. Há a separação e a rejeição do discurso do louco, fazendo com que este discurso seja impedido de circular como o dos outros. Uma voz que não é ouvida ou que é tida como palavra de uma verdade que os indivíduos normais não percebem. Um discurso que nada vale ou que não é verdade, nem tem importância.

Finalmente, Foucault aponta como terceiro princípio a **vontade de verdade**. Este é o princípio que atravessa e fundamenta os outros três, de modo que a desejada verdade é exatamente o que justifica a interdição e define a loucura (Foucault, 1971/2008: 20). Essa vontade é, portanto, um sistema de exclusão que determina quais são os discursos que estão no verdadeiro, e quais não estão.

“Se nos situarmos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem

modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se nos situarmos em outra escala, se levantarmos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se.” (FOUCAULT, 1971/2008: 14)

Mas como, afinal, funcionam os três grandes sistemas de exclusão (palavra proibida, segregação da loucura, e vontade de verdade) no ciberespaço? Como operam as contingências históricas e o sistema institucional complexo que impõem e conduzem os procedimentos de controle e delimitação do discurso no ciberespaço? Esse é um lugar (ou melhor, um não-lugar) comumente tido como livre, aberto, sem amarras ou interdições; onde, enfim, os discursos poderiam proliferar livremente. Seria de muita brandura crer que o poder não circula nesse espaço, ou que os sujeitos são menos sujeitos nele.

Certamente, há muito que ser analisado em relação à Ordem do Discurso na cibercultura (o princípio de autoria e o hipertexto, o princípio da disciplina e a transdisciplinaridade, etc.). Por uma opção de recorte, tratamos dos procedimentos externos e, dos três grandes sistemas de exclusão, passamos agora a focalizar a **interdição**.

Dos três tipos de interdições que se cruzam – tabu do objeto, ritual da circunstância e direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala –, o terceiro nos interessa mais urgentemente por sua relação direta com a contingência de um sujeito **visível e localizável**. Como sustentar que qualquer um não pode falar de qualquer coisa se, em muitos ambientes virtuais, todos são qualquer um? Ou quando, no ciberespaço, esses sujeitos são desterritorializados? Quem são? Onde estão?

No caso do *chat*, por exemplo, o sujeito virtual não tem outro corpo que não a materialidade do próprio acontecimento discursivo. No *chat*, a interconexão síncrona de interlocutores mantém aberto um canal de comunicação que virtualiza a presença. Esta, por sua vez, torna-se manifesta a cada ato discursivo. Os interlocutores estão presentes e presenciam tudo no discurso e a partir dele. O ato do discurso é o ato mesmo da presença, de modo que a presença manifesta seja

quase que indissociável do discurso. É no discurso que o sujeito acontece e torna-se identificável, como se os corpos estivessem no nível dos enunciados.

Embora essa maneira de compreender a presença no ciberespaço de forma nenhuma implicasse o desaparecimento dos sistemas de exclusão, é certo que os suportes institucionais, sobre os quais se apóiam esses sistemas, apressaram-se em cuidar da ordem do discurso e impedir que os discursos proliferassem indefinidamente. No ciberespaço, os sujeitos podem estar em mais de um lugar ao mesmo tempo e dotados de uma temível **mobilidade**, advinda de processos de virtualização que desdobram sua subjetividade. Para uma precisa distribuição dos corpos no (ciber)espaço, além de identificar e localizar os sujeitos no processo mesmo de individualização, **seria preciso controlar as condições de tal mobilidade**. Este trabalho não se propõe a desenhar disposições precisas sobre essa questão, mas a análise que desenvolvemos mais adiante deixa entrever **princípios de controle da virtualização da presença**.

No ciberespaço, quem é que pode dizer o quê? Quais os discursos que merecem ou podem ser ouvidos? Como se dá o exercício de poder se o sujeito puder se tornar anônimo? Será possível para o sujeito virtual escapar à investida do poder? Argumentamos que não. Certamente, há todo um sistema institucional, histórico-social, que não é menos eficiente quando se trata do mundo digital. Há artifícios tecnológicos de identificação e localização (por exemplo, as conexões na internet possuem uma espécie de número de identidade: o IP, ou *Internet Protocol*) e, cada vez mais, esses artifícios vêm se aperfeiçoando. Os sites de compra podem identificar os usuários de seu domínio, mesmo antes de fazerem *login*, e outros ainda conseguem desenhar uma espécie de perfil individual desses usuários, para que as ofertas sejam as mais customizadas possíveis, criando o sedutor efeito de exclusividade. De fato, essa é a primeira razão para refutar a ideia de que esses procedimentos possam estar realmente abalados. Os *sites*, os provedores de acesso, os ambientes virtuais no geral esforçam-se cada vez mais para tornar identificável e localizável quem poderia resistir pelo anonimato de sua presença e para forçar uma relação de equivalência entre a presença tangível e a virtual. Através da vigília sobre o sujeito virtual, pretende-se vigiar o sujeito empírico de carne e osso.

Porém, há outros artifícios mais diretamente associados ao discurso e é sobre eles que trataremos. Eles estão ligados às formas e intensidades de

manifestação da presença, porque ela é justamente o **desdobramento** de corporalidades e subjetividades. É esse desdobramento que produz efeito de mobilidade, o que constitui fator determinante em relações de forças. Talvez alguém inferisse que os sujeitos virtuais não guardam qualquer relação com os “outros” sujeitos que os projetam no ciberespaço; ou que os sujeitos virtuais têm sua própria formação identitária e seu próprio processo de subjetivação, independentemente dos sujeitos que se conectam à Internet. Não nos enganemos, entretanto, com as argúcias da virtualidade. A virtualização da presença, como discutimos, não projeta uma representação do corpo, mas o próprio corpo. Da mesma forma, os sujeitos virtuais não são simplesmente representações daqueles presenciais, nem mesmo prolongamentos deles. Os sujeitos virtuais são desdobramentos. De forma particular, a virtualidade talvez apenas acentue a já consensual heterogeneidade, descentralidade e complexidade do sujeito e do processo de formação identitária, mas certamente não cria indivíduos “menos sujeitos”.

Eis o processo de desdobramento: no jogo de interconexão síncrona de interlocutores que mantém aberto um canal de comunicação virtualizante, a presença **acontece** lá e aqui, as corporalidades se **materializam** lá e aqui e as subjetividades se **constituem** lá e aqui. Se os co-enunciadores estão presentes e presenciam tudo no discurso e a partir dele¹⁴, e se a presença não é uma representação de outra, ela também não poderia ser a presença da representação de outro sujeito. Não argumentamos que se tratem das mesmas presenças, corpos e sujeitos. Eles certamente são outros. Outros no sentido de que são devires, ou outras respostas para a problemática da subjetivação.

Parte da problemática da subjetivação é posta pelo poder. Se ele produz sujeitos (FOUCAULT, 1979/2008), não o faz de maneira determinística. A determinação do poder é algo constituído pela tensão na relação de forças e pela coerção ou violência que essas relações produzem como efeito. Esse “produto” sujeito é, assim, uma resposta criativa ao jogo de forças e coerções individualizantes. Ao mesmo tempo, fazendo uma aproximação com a psicanálise lacaniana, se essa subjetividade se constitui em relação a uma alteridade (LACAN, 1998), essa constituição não é simplesmente uma reprodução, nem mesmo uma

¹⁴ A afirmação se sustenta pelo argumento de que a presença, nesse caso, é um acontecimento discursivo. O ato do discurso é o ato mesmo da presença.

produção de seu avesso. Essa alteridade é algo que nos habita e constitui um nó problemático de pulsão, o desejo (desejo de ser Uno), ao qual respondemos criativamente. Em qualquer um dos casos, a constituição do sujeito é, por sua própria natureza, uma criação.

Essa criação, como vimos, não tem origem em si. Ela é historicamente determinada, afetada pelo inconsciente e, destaquemos, (a) é justamente esse processo criativo que é objeto do poder, na medida em que “o poder não se exerce senão sobre ‘sujeitos livres’ e enquanto são ‘livres’” (FOUCAULT, 1971/2003: 237); e (b) o princípio da criação está lá onde não penso, já que “naquilo que penso, nunca faço senão constituir-me como objeto” (LACAN, 1998: 111). Ora, como poderia então o sujeito escapar à individuação do poder e ao desejo do inconsciente? Poderia constituir-se um sujeito virtual que, por seu anonimato, fosse invisível e não localizável, e, por ser uma projeção de “outro” sujeito, lhe faltasse o inconsciente?

Sem dúvida, nem todas as faces dessas perguntas são aprofundadas nesta dissertação. Elas podem constituir problemas e questões de pesquisa produtivas para o entendimento da constituição do sujeito no ciberespaço, mas grande parte de sua abrangência não é comportada neste trabalho. Por exemplo, a questão da constituição da identidade e seus processos de identificação, supomos, poderia ser mais produtiva em estudos que focalizam redes sociais ou *sítes* de tipo semelhante (Orkut, Facebook, Twitter, blogs, etc.), apenas para citar algumas possibilidades. Por uma opção de recorte, concentrar-nos-emos em aspectos da subjetividade mais próximos da questão do poder disciplinar.

Em resumo, o sujeito é, de saída, identificável e localizável por sua inscrição na história e por sua constituição em relação a uma alteridade. Mas essas condições não são determinísticas, de forma que o problema de como elas determinam o sujeito está sempre posto, e as resoluções remontam ao problema. Essas resoluções não estão contidas no problema, respondem criativamente a ele. Dessa forma, as resoluções ou criações são justamente quando somos mais livres e mais sujeitos aos efeitos do poder. Se, por um lado, “a força só tem como objeto e como sujeito a força”¹⁵ (DELEUZE, 1986/2005: 97), e se é a violência que se

¹⁵ Tendo em mente que “qualquer força é já relação, ou seja, poder” (DELEUZE, 1986/2005: 97).

exerce sobre os corpos¹⁶, os modos de constituição da **corporalidade** estão diretamente ligados aos modos de controle do corpo, ou seja, o poder disciplinar. Esse tipo de poder, cujo exercício “se dá mediante métodos e estratégias que efetuam o controle do corpo”, apoia-se em modos de presença e, no limite, são justamente esses modos de presença que colocam em funcionamento os mecanismos disciplinares. Principalmente por seu aspecto qualitativo, diferentes articulações de diferentes tipos de efeitos de presença podem estar associadas a diferentes estratégias de exercício de poder. Em um texto científico tradicionalista, por assim dizer, o sujeito – que constitutivamente é inapreensível (BRANDÃO, 2004) – produz menos efeitos de presença e de certo tipo que o permite resistir pela construção de imagem objetiva e que contribui para a filiação do dado discurso ao verdadeiro. É como se o sujeito ficasse menos visível ao olho do poder. Em outra ponta, por exemplo, no caso do *email* o sujeito produz certos efeitos de presença que materializam uma corporalidade mais localizável e identificável: o efeito de correlação deste sujeito com um indivíduo empírico é mais forte, tornando-o mais visível às estratégias de exercício de poder disciplinar.

Neste ponto, já é possível entrever a relação mais direta com a questão da visibilidade dos sujeitos e suas corporalidades. Vejamos mais de perto esse processo de constituição do sujeito no que ele interessa à compreensão de seus desdobramentos e efeitos de presença no ciberespaço.

3. 2. Relações de poder e a visibilidade do sujeito

Muito do funcionamento do poder disciplinar envolve certa dinâmica de presença e visibilidade. Nessa dinâmica, a presença é condição, e o princípio de visibilidade é parte da estratégia ou do mecanismo. Conforme dissemos, a visibilidade não é pressuposta na presença. Ou seja, nem toda entidade presente é visível. Por outro lado, a visibilidade pressupõe efeitos de presença, se não se resumir a representação de algo ou alguém que poderia ou deveria estar presente. Esses são fatores que interessam à disciplina por seus papéis na distribuição dos indivíduos no espaço e na submissão ao olhar hierárquico.

¹⁶ Compreendendo que a violência é “um concomitante ou um conseqüente da força, mas não seu constituinte” (DELEUZE, 1986/2005: 97).

O poder disciplinar distribui indivíduos no espaço, impondo mecanismos de objetivação e individuação. Essa organização dos espaços, conforme Foucault (1979/2008), não é necessariamente repressiva. Ao contrário, ela é com frequência produtiva. Nesse caso, o poder disciplinar visa aumentar a produtividade dos corpos, enquanto diminui sua força política. Em vez de se apropriar e retirar, o poder disciplinar tem como função maior “adestrar” para que, assim, possa retirar e se apropriar ainda mais e melhor (Foucault, 1979/2008). No caso de um curso a distância, espera-se justamente que os corpos produzam muito, desde que seus discursos não proliferem indefinidamente.

Segundo Foucault,

o exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam. (FOUCAULT, 1979/2008: 153)

Tudo pode ser alvo do controle. O contacto com os demais indivíduos, as opiniões, a troca de informações, a arquitetura do espaço. A disciplina às vezes usa alguma espécie de cerca ou muro; às vezes aproveita a especificação de um local comum a todos, outras vezes emprega todo um sistema de mecanismos latentes em uma dada arquitetura. Em todo caso, há ao menos alguma instância em que o poder submete pelo jogo do olhar em uma distribuição espacial estabelecida. O poder “individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações” (FOUCAULT, 1979/2008: 125).

Nessa rede de relações, aqueles mais **localizáveis** são também mais **fixos**, ou os que conseguem mobilizar menos poder. Da mesma forma, os que se fazem presentes sem nunca serem vistos causam efeitos de visibilidade naqueles mais fixos, mesmo que não estejam, de fato, sendo observados. A vigilância, assim, não depende diretamente do ato de vigiar. Na verdade, ela é tão eficiente quanto são os efeitos dos mecanismos que a promovem. Dito de outra forma, em última instância, frequentemente não são indivíduos que vigiam; **são os mecanismos que criam efeitos de vigilância sobre sujeitos visíveis**. A distribuição dos indivíduos no espaço os expõe ao olho do poder, mesmo que não sejam efetivamente vistos por outros indivíduos, enquanto a vigilância deve ser o mais **presente** possível.

O poder disciplinar [...] se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória. É o fato de ser visto sem cessar, de sempre poder ser visto que mantém sujeito o indivíduo disciplinar. (FOUCAULT, 1975/2008: 156).

Outra questão importante é a imposição da presença na vigilância. Não basta ou, de fato, não importa se o indivíduo está ou não sendo vigiado. É preciso que ele **saiba** que está ou que pode estar sendo vigiado. Ou seja, é preciso que a presença do olhar que vigia seja objeto de uma percepção cognitiva, porque são precisamente os efeitos dessa presença que produzem a sensação de se estar sob esse olhar. Se o olhar hierárquico não produz efeitos de presença, do ponto de vista do vigiado, ele não existe ou, no mínimo, não está lá. Eis o papel dos tipos de efeitos de presença: fazer o olho do poder constantemente presente e, ao mesmo tempo, esconder a visibilidade de sua corporalidade.

A vigília do corpo leva a um processo de submissão e domínio do comportamento e, “em vez de emitir os sinais de seu poderio, em vez de impor a sua marca aos seus súditos, [o poder] capta-os num mecanismo de objetivação” (FOUCAULT, 1979/2008: 156). O poder disciplinar é exercido com sutileza, mas encontra-se constantemente presente.

A imposição, por exemplo, de uma relação de utilidade e obediência pressupõe que o poder opere certa distribuição de lugares e ajuste de diferenças, e essa operação ocorre, em grande medida, pelos efeitos da presença de sujeitos e pelo jogo de visibilidade e localidade que se instala. Por exemplo, uma dada arquitetura panóptica é concebida para produzir corpos dóceis pelo jogo do olhar, ou seja, o olho do poder disciplinar opera justamente na articulação de princípios de visibilidade. Trata-se de uma arquitetura simples: uma torre no centro de uma construção em anel formado por celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção. Cada cela tem duas janelas, uma voltada para a torre e a outra para o exterior do anel, permitindo que a luz atravessasse a cela de lado a lado. A torre, por sua vez, é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel, mas são cobertas com persianas e, por dentro, há separações que cortam a torre em ângulo reto, prevenindo a visibilidade de uma sobre a outra ou do efeito de contra-luz. A arquitetura pretende tornar os atores sempre visíveis e, ao mesmo tempo, fazer indecível a presença ou ausência do vigia (FOUCAULT, 1975/1997). Os efeitos disso são que o vigia está sempre presente, e que os atores na periferia se sentem

constantemente vigiados. Ora, a arquitetura cria as condições, mas é o jogo dos modos de presença que efetivamente exerce o poder disciplinar. Exatamente pelo vigia não estar nunca visível é que se faz sempre presente. Já para o vigia, os prisioneiros só estão presentes enquanto estiverem ao alcance de seu olhar. Assim, a arquitetura em si torna latente o exercício de poder disciplinar, mas são os modos de presença que atualizam tal exercício, pondo os mecanismos em funcionamento.

Como se pode concluir, estar presente não pressupõe visibilidade. Similarmente, se não produzir efeitos de presença, a visibilidade se torna apenas uma representação de algo que deveria ou poderia estar presente. De fato, o estudo dos modos de se projetar a presença de um olhar hierárquico pode significar um ponto importante para a compreensão das estratégias de exercício de poder disciplinar e de resistência.

3. 3. Relações de poder, presença e procedimentos de construção enunciativa

Ao trabalharmos o conceito de efeito de presença, concluímos que há uma esfera quantitativa da presença e outra, qualitativa. Reducionista, a esfera quantitativa permite quantificar a presença com base no número e na frequência de atualizações. Mais complexa, a esfera qualitativa permite criar categorias que ajudem a compreender tipos ou modalidades de presença. Nessa última esfera, de imediato, exploramos seu aspecto dimensional, contrastando a presença em plano ou em três dimensões. Levando esse aspecto em conta, resta-nos investigar relações entre os efeitos de presença e os procedimentos linguísticos, principalmente nas construções enunciativas que envolvem mais marcadamente relações de forças.

Na enunciação, são decisivas as posições que os interlocutores ocupam em relação um ao outro, e também em relação ao que um e outro dizem. Tais posições não são dadas, preestabelecidas. Elas são construídas no ato mesmo de enunciação. O problemático aqui é que essas posições podem ser mais ou menos visíveis e só “existem” na medida em que estão presentes. Assim, a enunciação é

também o ato de fazer e se fazer presente e de fazer e se fazer mais ou menos visível.

Tomemos o discurso acadêmico, no qual predominam categorias modais delocutivas. As asserções são geralmente tidas como constatações, evidências, probabilidades ou qualquer outra coisa que ganhe investidura de objetividade e de discurso verdadeiro. Estes são alguns exemplos: “Admite-se que...”; “É possível que”; “É evidente que”; “Efetivamente, observa-se que”. Notamos que há um apagamento dos interlocutores e dos vestígios de subjetividade. Com interlocutores invisíveis, não resta nada além dos “fatos”. Ou seja, essa forma de invisibilidade apaga o “ponto de vista” e cria a ilusão de que o dito é a constatação de como o mundo se impõe. Não há efeitos de presença, senão o de um registro, com **o que** não se poderia interagir. Como é percebido como algo que simplesmente **é** e **está** diante de nós, o registro não responde a nossas atitudes ou qualquer outro tipo de estímulo. O registro não tem irritabilidade, ou seja, não responde “organicamente” a estímulos “externos”.

Já em discursos nos quais as modalidades elocutivas são predominantes, o modo de dizer cria mais possibilidades de efeitos de presença. Categorias linguísticas elocutivas (“eu sei onde é”, “acho isso ótimo”, etc.) conferem certa corporalidade ao locutor ou, dito de outra forma, projetam uma presença que pode ser mais ou menos visível. Por outro lado, o interlocutor é apenas implícito ou subentendido, mas que não tem corporalidade, não produz efeitos de presença. O locutor opina, aprecia, promete, concorda, discorda ou faz qualquer tipo de afirmação, sempre sob os holofotes. Apesar de ser difícil estabelecer parâmetros precisos ou qualquer tipo de equivalência, podemos sustentar que há relação entre modos de dizer que marcam mais explicitamente a subjetividade e o quanto o corpo é visível. Modos de dizer que mais marcam o lugar de enunciação também tornam a corporalidade mais visível. A principal variável que nos impede de enxergar nisso uma relação de equivalência é o contexto imediato de produção do discurso. Esse é um complexo de fatores que inclui o suporte material da linguagem. O enunciado como “Eu vi que seu carro tem um pneu furado” envolve diferentes efeitos de presença se considerarmos um contexto no qual esta é uma mensagem enviada por *email* por um mecânico ao dono do carro, e outro contexto no qual o mecânico conversa com o dono via Skype. Neste segundo caso, a presença é tridimensional.

Sem dúvida, há outros modos de dizer nos quais há formas mais intensas de presença. No caso das modalidades alocutivas, há uma relação de forças mais explícita e corporalidades mais perceptíveis. Enunciados como “eu permito que você faça isso” e “você pode me ajudar com essa tarefa” estabelecem mais claramente a posição dos interlocutores em relação um ao outro. Esse é um traço importante do efeito de presença. Produzir efeitos de presença sem referenciais seria como mensurar o peso de uma massa sem o dado da gravidade. Como discutimos anteriormente, a presença não **é**, ela **está**. Não é uma coisa, é um acontecimento. Tal acontecimento, que pode ser uma enunciação, produz efeitos de presença por referenciais mais ou menos tangíveis e localizáveis. No primeiro enunciado, o locutor se coloca em posição de superioridade em relação a seu interlocutor. No segundo enunciado ocorre o inverso: o locutor se coloca em posição de inferioridade em relação ao seu interlocutor. Em qualquer um dos casos, os interlocutores se inscrevem em uma relação em que há mútuo reconhecimento de suas respectivas posições¹⁷. Os interlocutores produzem efeitos de presença um em relação ao outro. Constroem, enfim, um a presença do outro, principalmente ao se interpelarem mutuamente.

Curiosamente, mesmo marcas linguísticas alocutivas ou elocutivas podem perder muito ou todo o potencial de produção de efeitos de presença. Basta que a sincronicidade presumida em certo contrato não exista mais, e teremos o efeito de que não estamos em ato de comunicação, mais sim diante do fóssil de um ato de comunicação. Ao participar de um *chat*, nos implicamos no ato e implicamos o outro. Interpelamos e somos interpelados. Ao ler a transcrição de um *chat* quando ele já terminou é estar diante do registro de algo que já aconteceu. Ninguém **está** aqui ou lá.

¹⁷ Evidentemente, não estamos diante de algo dado ou permanente. Há uma relação de força na qual **está** em jogo a negociação dessas posições.

CAPÍTULO 3

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO, ANÁLISE E OUTRAS REFLEXÕES

Neste capítulo, tratamos das condições de produção dos discursos em análise e do recorte do *corpus* tanto em sentido amplo quanto em sentido restrito. No sentido mais amplo, focalizaremos duas questões essenciais e correlacionadas do contexto sócio-histórico: globalização e constituição do sujeito. Grosso modo, as condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação (ORLANDI, 1999/2009: 30). Na esfera da situação, fazemos uma reflexão e uma análise sobre alguns dos fenômenos em escala mundial que são agrupados sob o termo globalização. Com isso pretendemos chamar a atenção para o conflito entre o global e o local, problematizando o discurso da mobilidade e enfatizando os modos de presença que viabilizam a dominação do global, ou daquilo que se apresenta com mobilidade em escala mundial. Na esfera dos sujeitos, voltamo-nos para o discurso do sujeito em crise, levantando suspeitas de que há estratégias mais gerais de subjetivação e individuação na contemporaneidade. Tais suspeitas surgem da reflexão sobre as posições mais ou menos centrais que o Outro (tomando o termo conforme a Psicanálise lacaniana) ocupa nos tempos atuais e sobre o que vem sendo apontado como evidência de que o sujeito está em crise.

Já no sentido mais restrito, falaremos do contexto imediato de produção dos discursos no curso *online*, do qual participamos na posição de observador e,

em alguns poucos momentos, na posição de avaliador anônimo. É importante destacar que essa parte terá um tom predominantemente descritivo.

Neste capítulo conduzimos também a análise do *corpus*, em três partes. Na primeira delas, nos concentramos em uma seção de *chat* entre alguns alunos do curso *online* e um dos observadores do curso. Nessa análise, levantamos traços de princípios de controle da atualização da presença, por seu caráter material e temporal. Na segunda parte, nos voltamos para o espaço que é ocupado e onde se atualizam as presenças. A análise da arquitetura virtual do curso mostra evidências de princípios de controle da presença, por sua própria virtualidade. Na terceira parte, analisamos algumas trocas de mensagens por correio eletrônico e identificamos possibilidades de articulação entre o discurso e os fatores virtualizantes da presença, e como essa articulação está intimamente ligada às relações de poder.

1. Condições de produção do discurso e do *corpus*

1.1. Transformações globais e a noção de tempo/espaço

Na visão foucaultiana, o poder não é um “objeto”, uma coisa. O poder, como **ser**, só tem a relação (DELEUZE, 1986/2005: 98). O poder tem como único objeto o próprio poder, de forma que qualquer “força” é já relação. Nesse sentido, dizer “relações de poder” seria quase que um pleonismo. No entanto, falamos nas “relações” como forma de apontar que focalizamos aqui a mobilização, o exercício de poder e a pressuposta resistência. Ou seja, falamos do poder como prática social. Como tal, é legítimo afirmar que o poder tem mecanismos e estratégias que existem em relação à história, o que torna relevante uma reflexão sobre o contexto histórico atual, procurando problemáticas às quais o exercício de poder pode responder. Refletir sobre a questão da globalização levanta aspectos que podem ajudar a evidenciar tais problemáticas.

São muitos os termos que têm sido cunhados para nos referirmos à contemporaneidade. São expressões como “pós-modernidade”, “modernidade tardia”, “modernidade líquida” ou outros termos que põem em questão rupturas ou

grandes transformações sócio-culturais e históricas. Certamente, essa discussão terminológica poderia se desenvolver de modo a ocupar toda a extensão de uma dissertação – principalmente porque, evidentemente, ela não é apenas terminológica – então é importante carregá-la apenas à extensão e à profundidade de sua relevância para esta dissertação, ao mesmo tempo em que estabelecemos os limites de nossas proposições.

Grande parte das referências deste trabalho problematiza, de diferentes formas, a conjuntura sócio-histórica da nossa contemporaneidade. Tem sido cada vez mais comum os trabalhos acadêmicos que tratam da contemporaneidade se referirem a ela ora como uma época de mudanças, ora como uma mudança de época. Seja implícita ou explicitamente, os textos com frequência atribuem às mudanças qualidades relacionadas à **descentralidade**, geralmente com uma conotação negativa. Em outra ponta, com um tom quase profético (em alguns casos a palavra “quase” poderia ser suprimida), argumenta-se que a **interconexão** em escala mundial é potencialmente o gatilho para a grande solução do mundo. Temos então dois termos-chave: **descentralidade e interconectividade**, este visto positivamente e aquele, negativamente. Nota-se que descentralidade e interconectividade são imbricados. A interconectividade pressupõe um percurso não-linear entre centro e periferia, o que necessariamente desloca o centro ou o relativiza como apenas mais um ponto de conexão da rede. Há circuitos, mas a rede é complexa. A descentralidade, por sua vez, só existe em relação a um centro anterior ou fundador, constituindo-se em outros centros cujas órbitas não são exclusivas. Ou seja, não se trata da ausência de um centro, mas da **multiplicação** dele e das relações de interdependência que há entre eles.

Assim, apesar das diferentes abordagens e atribuições de valor, os argumentos convergem para apontar, se não para uma ruptura, ao menos para uma dissolução ou, para usar a metáfora de Bauman, a fusão (no sentido físico de mudança de estado) dos alicerces da modernidade¹⁸. De uma forma ou de outra, parece ser consenso que, nas últimas décadas, muitas sociedades vêm passando por um processo que tem afetado paradigmaticamente os modos de pensar e de estar no mundo. Também parece ser consenso que toda essa conjuntura contemporânea está intimamente associada a uma avassaladora aceleração do

¹⁸ Bauman (2001) fala em “modernidade líquida”, na qual tudo é volátil, intangível e instável, comprometendo as relações humanas.

desenvolvimento tecnológico, principalmente quanto às tecnologias de comunicação. Falemos brevemente deles, os consensos, cada um à sua vez.

O primeiro deles, um dos mais enfatizados traços quando se fala em globalização, é a relativização ou mesmo o “falecimento” das fronteiras (BAUMAN, 1999) em favor de uma conexão em rede, daí resultando a proliferação de termos com prefixos como *multi-*, *pluri-*, *inter-* e *trans-*. São comuns afirmações sobre os países não terem mais fronteiras e sobre o mundo ou as distâncias estarem menores. Esse traço, no entanto, deve ser olhado (ainda mais) criticamente para se levar em consideração aspectos que vão além de efeitos de deslocamento de vetores de forma mais eficiente. É verdade que as tecnologias de transporte tiveram grande e rápido avanço e, de certa forma, o mundo parece menor para pessoas que em poucas horas podem cruzar um continente, por exemplo.

Um dos pontos-chave sobre a globalização levantados por Bauman (1999) é o embate entre o global e o local como constituintes de uma nova hierarquia em escala mundial. Bauman problematiza a associação da globalização com a **mobilidade** total. Ele afirma que, de fato, o mercado pede mobilidade, mas apenas como fábrica de imobilidade. O autor sustenta que, no contexto em que os países têm suas fronteiras, sua autonomia e seu poder enfraquecidos por uma corrida mundial de associações e alinhamentos econômicos, emancipando o capital, a mobilidade se torna uma das coisas mais desejadas. Constitui-se toda uma hierarquia social a partir do conflito entre o global e o local. O mercado é global, age mundialmente e, exatamente por isso, submete algo local, fixo, imóvel. Ou seja, a eficácia do capital e dos investidores modernos depende da rigidez da esfera local que, então, não imporá limites à liberdade de manobra desses investidores.

Nessa visão, a condição de ser global seria o encurtamento da relação tempo-espço e o desmantelamento das fronteiras que, no mínimo, ficam mais porosas. É tal condição que permitiria o deslocamento eficiente dos vetores globais, e a falta delas que fixaria o local. No âmbito global, as distâncias são relativizadas: “a distância é um produto social; sua extensão varia dependendo da velocidade com a qual pode ser vencida” (BAUMAN, 1999: 19).

Alternativamente, argumentamos que a questão do deslocamento não se aplica ao mercado. Ou seja, o capital não é precisamente móvel ou dotado de mobilidade. A mobilidade nessa escala e dessa ordem é efeito ou concomitante da

virtualização do capital que se desdobra para estar aqui e lá. Ele não circula de uma parte para a outra do mundo; não é um vetor em deslocamento em velocidade cada vez maior. O capital é eletrônico, virtual. Ele se corporifica em mais de um lugar ao mesmo tempo. De fato, são sua desterritorialização e atualização que, juntos, causam o efeito e a percepção de tal mobilidade.

O capital “móvel” é o eletrônico e, já é quase uma obviedade afirmar, ele não coincide com o dinheiro-papel. Este, para deslocar-se, precisa de carona no bolso, na carteira, na bolsa ou na mala de alguém e, ainda assim, certamente não tem os mesmos efeitos. Onde está o “dinheiro” que é possível ter em contas bancárias? Está nas agências bancárias? Em investimentos especulativos que “o banco” faz? Que banco? O fato é que esse mesmo “dinheiro” que está em outra(s) partes do mundo produz efeitos de presença através dos dígitos que é possível ver no extrato *online*, materializando-o diante dos nossos dedos ao teclar. Não se trata de uma ilusão, já que seria possível, imediatamente, fazer uma transferência ou uma compra a débito automático e ver o valor ser deduzido. O “dinheiro” realmente **está** na nossa conta, se é que podemos dizer que ela possa ser localizada em um espaço determinado. A questão é que ele também está em outros lugares ao mesmo tempo. Quando sacado, o capital perde sua elevação à potência e submete-se à esfera do local, do fixo e das contingências de deslocamento físico.

Considerar essa espécie de elevação à potência do capital ao invés de supor que ele esteja apenas se deslocando nos leva a conclusão de que a modernidade tardia, a pós-modernidade ou, como prefere Bauman, a modernidade líquida tem, sim, um centro. Mas, ao contrário de algumas décadas atrás, não é um centro de materialidade tangível e localizada. É um centro elevado à potência e que, por isso, não pode ser localizado se não por efeitos de presença. O jogo desses efeitos cria a percepção de onipresença e, quando conveniente, de ausência. Tal jogo parece ser pivotante nos mecanismos disciplinares pós-modernos. Nas relações de poder, é muito mais eficiente que o centro se multiplique, porque o efeito de onipresença e intangibilidade o tornam quase inatingível ou inacessível.

Falemos agora sobre o segundo consenso, segundo o qual toda a conjuntura contemporânea está intimamente associada a uma avassaladora aceleração do desenvolvimento tecnológico, principalmente quanto às tecnologias de comunicação. Nessa esteira, fala-se frequentemente em sujeitos defasados,

dissociados e fragmentados (DUFOR, 2003/2005: 118); ou em pessoas não-reais que, apesar de conectadas, não estabelecem relações espontâneas (BAUMAN, 2004/2005: 31); ou que “as práticas escolares tradicionais não vão poder se sustentar na cibercultura” (RAMAL, 2000: 1); ou ainda da “crise da educação” (SILVA, 2000: 157). Afirmções como essas têm motivado muitos estudos sobre, novamente, **transformações** pelas quais devem passar ou já estão passando a escola, os aprendizes e os professores; sobre, enfim, as novas subjetividades e instituições que vêm se configurando na educação. É no mínimo curioso que as reflexões a esse respeito geralmente venham acompanhadas de comparações ora com uma espécie de estado anterior ou com a (construção de uma) conjuntura de um passado próximo que acaba por parecer distante e saudoso; ora com projeções, promissoras ou não. É como se estivéssemos alternando incessantemente a direção dos olhares, para frente e para trás, na tentativa de compreender onde **é aqui**. Aparentemente temos como referência um não-centro e precisamos dela, a referência, para construir valores: a moral é feita sempre “em nome de” (DUFOR, 2005). Como um dos efeitos mais marcantes desse não-centro, nestes tempos a palavra “crise” tem sido largamente usada: crise da educação, da instituição familiar, da economia, da identidade (nacional), do sujeito.

Discute-se também o conceito de “inteligência coletiva”, termo cunhado nos debates promovidos por Pierre Lévy sobre as tecnologias da inteligência. Para Lévy (1997/1999), um novo tipo de pensamento está emergindo sustentado por uma complexa interconexão social, que se torna possível com a utilização das redes abertas de computação da Internet. Nas palavras de Lévy,

inteligência coletiva (...) [é] a valorização, a utilização otimizada e a criação de sinergia entre as competências, as imaginações e as energias intelectuais, qualquer que seja sua diversidade qualitativa e onde quer que esta se situe. (LÉVY, 1997/1999: 167)

Estaríamos construindo e disseminando saberes globais, e as produções intelectuais não seriam obra exclusiva de indivíduos, mas dos crescentes coletivos que têm acesso à Internet. Esses saberes globais requereriam uma mudança de mentalidade (*mindset*) e envolveria o desenvolvimento de todo um conjunto de habilidades de leitura (os chamados novos letramentos). Para tratar desse “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos

de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”, Lévy (1997/1999: 17) fala em **cibercultura**.

É possível sustentar que o desenvolvimento tecnológico é o grande responsável pelas mudanças das quais nos acostumamos tanto a falar. Se por um lado existe um tipo de mudança cultural que é “interna” à própria cultura, ou seja, que resulta da dinâmica inerente do sistema cultural, por outro as inovações tecnológicas têm sido catalisadoras do ritmo dessa dinâmica. A Antropologia tem se debruçado mais sobre um segundo tipo de mudança; o tipo que é resultado do contato de um sistema cultural com outro(s) e das tecnologias que intensificam e transformam esse contato ou que, por elas mesmas, promovem transformação. Laraia afirma que “este segundo tipo de mudança, além de ser o mais estudado, é o mais atuante na maior parte das sociedades humanas” (LARAIA: 1986: 96).

Esse tipo de afirmação pode estar ligado à metáfora, tão disseminada mundo afora, do “impacto das tecnologias” no nosso modo de vida. Talvez inadvertidamente, ao perceber o quanto as tecnologias atuam em nosso modo de vida, estamos tratando-as como se fossem externas à cultura, como se não fossem dialogicamente concebidas e incorporadas culturalmente. É preciso ter em mente que, sobretudo na cibercultura, as evidências dos limites entre um sistema cultural e outro não são mais tão nítidas – tornando muito mais complexa a separação entre os dois “tipos” de mudança cultural – e, seja lá quais forem, as tecnologias da comunicação comumente as medeiam.

Em suma, por enquanto parece não haver um acordo comum, num sentido histórico e filosófico, sobre o termo mais apropriado para designar uma transformação fundamental no conjunto de valores, práticas sociais e modos de ser e estar da modernidade. O termo cibercultura é também usado neste trabalho, porque consideramos que ele não coloca o desenvolvimento das tecnologias da comunicação como causa, como um fator que impacta a cultura, ou como algo autônomo que a atinge de fora; mas como algo que implica e é implicado nessas transformações que têm motivado ou mobilizado tantas pesquisas, inclusive esta.

Parece existir ainda outro consenso, que já foi mencionado, mas ainda sem o devido aprofundamento. Trata-se da crise do sujeito na contemporaneidade. Essa é a questão sobre a qual nos debruçamos a seguir.

1.2. Constituição do sujeito em crise

Nesta parte pretendemos uma aproximação com a psicanálise, tomando emprestado de Lacan o termo “Outro”. O Outro do sujeito da falta-a-ser; aquele que sou eu alienado; aquele com quem me identifico, ou melhor, que me captura; que é uma exterioridade, um lá graças ao qual posso fundar uma interioridade, um “aqui”. Em poucas palavras, o Outro é a condição que está lá para que eu possa estar aqui: “lá onde isso foi, ali devo advir.” (Freud apud Lacan, 1998: 528). Também tomando emprestado esse termo, Dufour (2005) faz uma análise sobre o que chama de sujeito defasado e dissociado. Segundo o autor, o processo de constituição do sujeito estaria abalado e afirma a “falta de referência dos jovens”, referindo-se à nova condição subjetiva que experimentam.

Um dos pontos de partida de Dufour é o artigo intitulado *A essência do neoliberalismo*, de Pierre Bourdieu (1998). Nesse artigo, Bourdieu sustenta que a filosofia neoliberalista constitui um “programa de destruição das estruturas coletivas e de promoção de uma nova ordem fundada no culto do ‘indivíduo sozinho, mas livre’”. Conforme Dufour, é de se esperar que o neoliberalismo pretenda o completo esfacelamento das instâncias coletivas. Indo na mesma direção, Dufour vê na aguda análise de Bourdieu uma implicação crítica para a constituição do sujeito, tomando como pressupostos a referida destruição das instâncias coletivas e o papel dessas instâncias na legitimação ou constituição do Outro:

Que o neoliberalismo pretenda a ruína das instâncias coletivas construídas por longo tempo (por exemplo, os sindicatos, as formas políticas e a própria cultura) é mais do que provável, e sob este aspecto a análise de Bourdieu é bastante penetrante. Mas parece necessário dar outro passo mais nesta direção: como pensar que, enquanto destrói as instâncias coletivas, o neoliberalismo possa deixar intacto o indivíduo-sujeito? (DUFOUR, 2005: 117-118)

Levantando essa proposição, Dufour se questiona se esse esfacelamento também do indivíduo sujeito não poderia explicar a percepção comum em muitas sociedades de que os jovens de hoje não têm referência. Mas, antes de tudo, que significa dizer que os jovens estão sem referência? Será que não têm por que não há, ou por que transformaram sua relação com as tais referências? As conclusões não podem ser precipitadas, mas sabemos que, ao levantar essa questão, já

deixamos entrever nossa suspeita. Ela é mais explicitamente esta: Devido a certo tipo de exaltação da individualidade, ao entrar no imaginário de que “somos livres para fazer **qualquer** coisa”, o indivíduo entra em uma bolha que o afasta do Outro. Na esteira do que já foi discutido até aqui, o “somos livre para fazer **outra** coisa” nos constitui no Outro, já que a “outra coisa” pressupõe a “Uma”. O “somos livre para fazer qualquer coisa”, por sua vez, não nos deixa outra opção senão constituir nosso próprio Outro. De certa forma, é como se, junto ao desejo constitutivo de ser **uno**, o poder impusesse o querer ser **único**, exclusivo.

O sujeito, para ser único, nega ou esconde(-se) (d)o Outro, esse Outro “comum a todos”. Para que o sujeito seja único, seria preciso que ele se identificasse com um Outro só dele. Como resultado, quanto mais pretende sua individualização, mais se torna mero reproduzidor do coletivo. Na tentativa de dizer o “novo”, caso esteja imerso na lógica segundo a qual a criação pode ser um salto da não-existência para a diferença, há intensas condições para que ditos predefinidos e selecionáveis capturem os sujeitos e os convidem a reproduzi-los com a sedutora roupagem de um dito original ou único. Dito de outra forma, em uma aproximação quase metafórica com certos termos de Foucault, criam-se condições para que o comentário possa se passar por texto segundo¹⁹.

Evidentemente, essa imposição de querer ser único é silenciosa. Ela se articula perspicazmente com o discurso neoliberal da liberdade, o qual incita que buscar ser único é um exercício de liberdade. Segundo essa lógica, ser livre é poder optar, de forma que a liberdade é proporcional ao número de opções que se **tem**. No entanto, por toda a argumentação até aqui, não se trata precisamente de um indivíduo isolado, mas livre. Trata-se de um indivíduo que se isola justamente ao exercer certo tipo de liberdade.

Sobre o sujeito ser dissociado, conforme argumenta Dufour, consideramos que também há algo a ser problematizado. Em primeiro lugar, talvez haja outra dissociação, não a da falta-a-ser, mas uma falta da falta-a-ser. O indivíduo precisa de um Outro particular que não permita que ele seja igual aos outros. Se, de saída, sou estranho a mim mesmo e desejo a completude, ou seja, desejo o outro que, por

¹⁹ Grosso modo, texto segundo é algo como um discurso “novo” que responde ao texto primeiro, que são discursos que ocupam lugar de origem de outros atos de fala. Comentários são os discursos corriqueiros e que “passam com o ato mesmo que os pronunciou” (FOUCAULT, 1971/2008: 22). No jogo que há por essa espécie de desnivelamento entre os discursos, o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, se não o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro.

sua vez, é inapreensível e inalcançável, agora não estou sempre em falta apenas pela impossibilidade de ser uno, mas também porque não consigo produzir sozinho o Outro que me falta. Nesse sentido, de fato, vivemos um devir decadente do Outro devido ao grau máximo de certo tipo de exaltação da "liberdade" e do individualismo.

Dufour argumenta que ao longo da história há uma sucessão de submissões a grandes figuras postas no centro de configurações simbólicas (DUFOUR, 2005), como a *Physis* do mundo grego; o Deus dos monoteísmos; o Rei das monarquias; o Povo das Repúblicas; a Raça do nazismo; a Nação, com o advento da soberania; ou ainda o Proletariado no comunismo, sendo que cada uma tinha de se edificar para apoiar com todo o vigor construções e realizações. Mas argumenta também que, na atualidade, não há esse grande sujeito.

que grande sujeito se imporia hoje às novas gerações? Que Outros? (...)
Parece que todos os antigos grandes Sujeitos, todos os da modernidade, estão ainda disponíveis, mas que nenhum dispõe do prestígio necessário para se impor. (DUFOUR, 2005: 58)

Com isso, somos levados a pensar que hoje não há um Outro que possa ocupar uma posição central ou, ainda, que não há centro que possa ser ocupado. Mas talvez estejamos diante de outro efeito dos artifícios do poder, ainda associado à questão da mobilidade e o jogo entre local e global. Argumentamos que a percepção de ausência de um centro que possa ser ocupado está ligado ao surgimento de **mecanismos de subjetivação e objetivação descentralizados, onipresentes e invisíveis**. Em outros tempos, fronteiras mais espessas e delineadas eram capazes de impor mais marcadamente uma unidade e circunscrever a mobilidade, facilitando a distribuição dos corpos no espaço. Se em outros momentos históricos tínhamos um Outro no centro, não é exatamente porque havia apenas este centro ou porque esse Outro tinha necessariamente mais prestígio que outros, mas sim porque a posição estável das coisas nos permitia fixar o olhar; porque os mecanismos de subjetivação e objetivação pela massificação ou homogeneização, fundindo heterogeneidades, impõem também uma certa homogeneização do grande sujeito. Metaforicamente, é como se nossa "localidade" mais fixa nos permitisse ver apenas a primeira montanha da

cordilheira. Mais móveis, aparentemente, aumentamos o espectro de possibilidades nos processos de identificação.

Na cibercultura, também há um centro, mas ele é complexo, problemático e móvel, não nos permite fixar o olhar. Os suportes institucionais então se apressam em reduzi-lo, criando centros de diferenças estereotipadas. No momento histórico em que fica mais evidente que as unidades eram construções e as fronteiras ficam mais porosas, o poder trata também de homogeneizar a heterogeneidade, dessa vez não pela totalização, mas pela exaltação de diferenças estereotipadas. Levando em conta que o Outro funciona como a instância através da qual se estabelece para o sujeito uma anterioridade fundadora (DUFOUR, 2005), a exaltação de diferenças estereotipadas não esfacela a totalidade fundadora; ela multiplica totalidades, individualizando e objetivando mais eficientemente. Engenhosamente, o efeito de massificação também acontece, justamente pela estereotipação das diferenças. O estereótipo é dado, selecionável e reproduzível.

Na medida em que a referência comum a um “mesmo” Outro é que permite aos diferentes indivíduos pertencerem a uma mesma comunidade, a multiplicidade de totalidades, como dissemos, não esfacela o sujeito. Ela esfacela possibilidades de resistência e articulação de forças de diferentes pontos da rede, fazendo o indivíduo **ainda “mais” sujeito**. O poder nos prende em células estanques que promovem o individualismo, o extremo dos mecanismos de separação. Em células ou bolhas de efeito transparente, proporcionam a sensação de falsa liberdade e esconde onde estou na medida em que coloca todos no mesmo lugar. Sistema perverso que não só diminui a força política do sujeito, mas também diminui as possibilidades de articulação entre sujeitos.

O sujeito, enfim, atribui-se a tarefa de ser-si-mesmo, recorrendo à seleção entre uma multiplicidade de “grandes Outros” locais. Evidentemente, não há grandes Outros, assim no plural, mas tal é o efeito dos mecanismos de subjetivação e objetivação. Pela busca desse tipo de individualidade, o extremo dos princípios de separação, ao se apropriar de técnicas para agir sobre si mesmo, o sujeito é separado de tudo e todos, tornando-se distante de si mesmo em relação a si mesmo. Passamos, conforme Dufour (2005) aponta, a usar verdadeiras próteses identitárias.

Nesse sentido, talvez a própria afirmação de lamentação da ausência do Outro possa concorrer para tal processo de individualização. Isso porque, supomos,

ao colocarmos-nos em busca de ser alguém, ou seja, ao nos perguntarmos “quem sou eu?” ou “quem eu quero ser?”, não fazemos senão buscar algo que está na ordem da seleção; algo que não pode ser criação. Alternativamente, ao nos perguntarmos “onde estou?” ou “de que lugar/posição eu falo”, buscamos reconhecer problemáticas às quais podemos responder criativamente.

Torna-se mais cogente que nunca compreendermos que posição/lugar ocupamos no mundo. É preciso resistir a tais sistemas, problematizando as posições de onde falamos, negando as imposições estereotipantes, e pensando criticamente sobre nosso lugar, sobre se queremos continuar nele, sair dele ou transformá-lo. Devemos, enfim, desconstruir o imaginário do “sou livre para fazer qualquer coisa”, já que teremos compreendido que qualquer posição necessariamente nos inclui e exclui de certas coisas. Já teremos compreendido também que muito freqüentemente estamos diante de representações e materialidades que nos impõem verdades e exercem poder sobre nós.

1.3. Contexto imediato do curso *online*

O curso *online* a partir do qual fazemos o recorte do *corpus* deste trabalho é oferecido por um arranjo ou parceria entre duas empresas. A primeira é uma mundialmente conhecida editora de materiais, livros e outros produtos na área de ensino de inglês para falantes de outras línguas. A outra empresa é franqueadora de uma das maiores redes de escolas de idiomas no segmento de *franchising* no Brasil, e é referida como Administração Nacional. Na relação das empresas sobre este curso, a empresa franqueadora é líder do projeto e se coloca na posição de cliente; enquanto a editora se coloca na posição de fornecedora, com o compromisso de ofertar tal curso exclusivamente para a esta franqueadora no Brasil. As instituições têm uma boa parceria há alguns anos e se relacionam em outros projetos e assuntos comerciais.

O objetivo deste curso *online* específico é a realização de pilotagem para estudar as condições e os aspectos positivos e negativos do curso, levantando considerações sobre sua viabilidade e possíveis ajustes para seu oferecimento para toda uma rede de escolas. Trata-se de um projeto para ofertar um curso *online* para professores-em-serviço de toda a rede de escolas da franqueadora. O curso,

em si, propõe-se a discutir aspectos teóricos e básicos da área de ensino de inglês para falantes de outras línguas, mas não seria ofertado como curso inicial porque a franqueadora desenvolveu o seu próprio. Além disso, o curso não seria mandatório, mas sim ofertado por um determinado valor que seria custeado, em princípio, pelo professor interessado. A depender da política ou iniciativa de cada escola da franquia, seria possível supor que algumas escolas custeassem o curso para seus professores. No entanto, por se tratar de uma pilotagem, os participantes especificamente no curso *online* do *corpus* deste trabalho receberam a inscrição como gratuidade.

O curso tem um total de 6 participantes e outros 5 observadores. Dos 6 participantes, 5 ocupam posição de alunos e 1 a de tutor/instrutor/mediador. Os 5 observadores não são de fato apenas observadores, já que, por vezes, acabam participando do processo de avaliação das produções dissertativas dos alunos ou, como ocorreu uma vez, participando de *chats*. Os observadores e o mediador são colaboradores da instituição que oferece o curso, enquanto que os 5 alunos são de escolas de partes diversas do Brasil. Vejamos abaixo o papel de cada um no curso e a instituição e região de onde vem²⁰:

- Ângela Preston, aluna, escola de idiomas, Porto Velho/RO
- Carmem Allen, aluna, escola de idiomas, Cobrasol/PR
- Dilma Exigeant, aluna, escola de idiomas, Araras/SP
- Fiona Fisher, aluna, escola de idiomas, Vivendas/MS
- Vladimir Vasquez, aluno, escola de idiomas, São Paulo/SP
- Dalva Welles, editora, São Paulo/SP
- Mark Hofstadter, franqueadora, São Paulo/SP
- Jaime, Sujeito-pesquisador, franqueadora, São Paulo/SP
- Ana Laura, franqueadora, São Paulo/SP
- Samuel Montes, franqueadora, São Paulo/SP

Sobre o decorrer do curso, resta apenas dizer que era esperado pelos alunos do curso que o mediador e os demais observadores do curso, principalmente aqueles da Franqueadora tivessem maior “presença” no curso. Essa expectativa não foi preenchida. Conforme veremos adiante, os observadores e o mediador produziam pouco ou nenhum efeito de presença tridimensional, criando a

²⁰ Cada um dos participantes recebeu um nome fictício neste trabalho com o fim de preservá-los o anonimato e a confidencialidade de outras informações.

percepção de que observavam e mediavam de fato à distância e reforçando o formato de *self-study* do curso.

2. O discurso e a presença no *chat*

Nesta parte da análise nos debruçamos sobre o discurso no *chat*, na tentativa de compreender **as estratégias de exercício de poder disciplinar**, e **como se constituem os sujeitos** nesse ambiente. Ao longo da análise fica gradativamente mais claro que tentamos compreender a constituição dos sujeitos não por esse processo em si. Aqui, a constituição do sujeito nos interessa mais na medida em que certos lugares de enunciação e determinadas formas de presença do sujeito colocam em funcionamento certos mecanismos disciplinares. Os sujeitos que apreendemos na análise são aqueles que, ao invés de se deslocar pelo tempo e espaço, desdobram sua presença para estar “aqui” e “lá” ao mesmo tempo. Além disso, as estratégias que apreendemos são aquelas que se apoiam em um aparelho de exame, cujas técnicas de vigilância e controle submetem ou pretendem submeter não simplesmente os sujeitos virtuais, mas o próprio princípio que permite o desdobramento de sua presença. As relações de poder tratam de regular esse princípio porque em tempos em que a **mobilidade** é traço distintivo de posições sociais privilegiadas, o efeito de onipresença é catalisador de poder. Esse mecanismo opera, neste caso, à sua própria sombra. Ou seja, projeta o centro de seu funcionamento para o exterior do aparelho justamente para que ele funcione melhor.

2.1. Relação de forças: quem pode falar o que para quem

Conforme dissemos anteriormente, não pode escapar ao estudo do analista o fato de que todo texto traz um “tom”²¹ geral, uma “vocalidade”, uma construção de imagem, um *ethos*. Esse tom não é resultado direto do que é dito, mas sim de um conjunto de estratégias de discurso. Nas palavras de Maingueneau, os *ethé* são

propriedades que os oradores se conferiam implicitamente, através de sua maneira de dizer, não o que diziam a propósito de si mesmos, mas o que revelavam pelo próprio modo de se expressarem (MAINGUENEAU, 1987: 45).

²¹ Falamos em “tom” de um texto da mesma forma que se fala de uma pessoa, entendendo que ele é algo inseparável do “que é dito” (MANGUENEAU, 1987).

O sujeito empírico, no entanto, não é objeto central da Análise do Discurso. Reconhecemos que há arbitrariedade na construção dos textos e dos efeitos de sentido, mas, do ponto de vista da Análise do Discurso, pressupomos que essa arbitrariedade não é abordada como uma intencionalidade individual, mas como imposições de formações discursivas a sujeitos que ocupam lugares de enunciação nessas formações. Principalmente em textos mais dialogais, pode ser um desafio lidar com as determinações do sujeito e a intencionalidade do locutor e do enunciador. Como forma de nos orientar à respeito, optamos por, a partir da análise, construir proposições ora em um sentido discursivo em que privilegiamos as determinações do sujeito; ora um sentido enunciativo, no qual é possível abordar a questão da intencionalidade ao tratarmos de procedimentos discursivos.

Em *chats*, a heterogeneidade da imagem ou do tom do texto pode ser mais marcada do que em textos que não envolvem contexto de comunicação síncrona, na medida em que há construções de unidades para diferentes vozes, e os diferentes lugares de enunciação são nomeados. Vejamos um pequeno intervalo do *chat*²² do curso *online*.

Tabela 2

1	11:01:09 AM	1: Dalva Welles: in the meantime we can exchange some info...
2	11:01:17 AM	Dalva Welles: how are you two doing in the course?
3	11:01:51 AM	Fiona Fisher: well, for me i had some problems going over the units, but I'm almost done on unit 1

Entre as primeiras coisas que saltam aos olhos estão justamente os nomes²³. Eles abraçam os enunciados associados a eles e, em alguma medida, influenciam efeitos de sentidos. Tal influência, por assim dizer, acontece de pelo menos duas formas relacionadas. Primeiramente, os nomes reclamam sentido e, portanto, não se constituem de qualquer tipo de neutralidade. Os nomes têm uma historicidade e estão diretamente implicados no interdiscurso, mais ou menos marcadamente, já que associam “seus” discursos à memória de outros discursos. Por exemplo, no enunciado “Manuel não entendeu”, o nome Manuel se articula com

²² Referir-se a “Anexos”, “*chat*”.

²³ É importante lembrar que, em toda a extensão do corpus deste trabalho, os nomes dos sujeitos de pesquisa são preservados e substituídos por outros nomes quaisquer.

“não entendeu”, remetendo à nacionalidade portuguesa e a certo jogo humorístico, sarcástico e até preconceituoso de anedotas e dizeres que, por brasileiros, são endereçados às pessoas dessa nacionalidade. Certamente, nem todos os nomes estão tão próximos de estereótipos culturais. Ainda assim, é legítimo afirmar que estes também estão associados a outros discursos e que criamos imagens mentais e construímos conceitos (sentidos) sobre eles, ou os associamos a conceitos “pré-concebidos”. Ao mesmo tempo, os enunciados também concorrem para a construção das imagens que terão nesses nomes as marcas da construção de unidades. Os nomes contribuem, assim, para a nomeação dessa espécie de “caráter” do texto ou, em outras palavras, contribuem para a imposição de uma unidade marcada de um conjunto de traços responsivos à estereotipologia cultural e que são atribuídos à figura dos enunciadores (MANGUENEAU, 1987).

Em segundo lugar, nota-se que os nomes na tabela 2.1 são completos: nome e sobrenome. Um dos principais efeitos disso é a intensificação das corporalidades no *chat*. Se o tom do texto por um lado está associado a um caráter, por outro envolve também uma corporalidade. Segundo Mangueneau, essa corporalidade

remete a uma representação do corpo do enunciador da formação discursiva. Corpo que não é oferecido ao olhar, que não é uma presença plena, mas uma espécie de fantasma induzido pelo destinatário como correlato de sua leitura. (MANGUENEAU, 1987: 47)

Entretanto, no pequeno intervalo do *chat* acima, a corporalidade não é, de forma alguma, apenas um “fantasma”. Se, é verdade, o corpo não se mostra completamente ao olhar, ele se insinua em *flashes* de enunciados e projeta sujeitos, senão tridimensionais, ao menos sujeitos de plano mais acidentado. Assim, no *chat*, essa corporalidade não está simplesmente associada ao discurso. Ela é produzida nele e por ele. Não se trata aqui de impor ou reclamar “a integração do discurso ao corpo e à voz, bem como a do corpo e da voz ao discurso” (MAINGUENEAU, 1987: 46), mas sim de reconhecer que, ao menos no *chat* em análise, não há separação a ser integrada. Em outras palavras, o corpo se faz mais ou menos plenamente presente produzindo seus efeitos de presença ao se atualizar no e pelo discurso.

Apropriando-nos da noção de *ethos* de Maingueneau para lançar olhares sobre *chat*, notamos que os enunciadores não são mais tão anônimos, tampouco abre-se muitas possibilidades para que sejam “outras” pessoas. Mesmo que a imagem dos *ethé* seja pouco nítida ou próxima de algum estereótipo ao qual poderíamos recorrer para descrevê-la simplificadamente, ela tem já definida suas fronteiras: o nome ao qual tal imagem é associada.

Mas também é preciso ir da enunciação ao discurso, no qual efeitos de presença impostam uma “voz” e mostram uma corporalidade. Essa articulação entre discurso, enunciação, efeitos de presença e *ethos* é importante porque nossa apreensão do sujeito reclama sentido e também constrói uma imagem dele. Devemos considerar que a enunciação supõe um enunciador que é origem de si (ORLANDI, 1999/2009) ou que, mesmo em uma concepção polifônica da enunciação, como em Ducrot (1984), exclui a noção de história conforme trabalhada na Análise do Discurso (BRANDÃO, 1999/2007). Nesse sentido, ao mesmo tempo em que pretendemos tirar proveito do valor operacional desses instrumentos de análise associados à noção de enunciador, falamos em sujeitos (históricos e constituídos em sua alteridade) cuja presença (em seu aspecto quantitativo e, principalmente, qualitativo) é um acontecimento discursivo e, portanto, remete ao interdiscurso. Assim, é possível evidenciar no *chat* em análise, na esfera da enunciação, enunciadores que constroem *ethé* em torno de si. Na esfera do discurso, a análise evidencia sujeitos cujos efeitos de presença constroem imagens de si e outros efeitos de sentido que impõe uma individualidade e põem em funcionamento uma série de mecanismos, inclusive os disciplinares. É possível identificar como as individualidades impostas e construídas implicam possibilidades e restrições, não só pelas representações associadas aos nomes, mas principalmente porque a presença que constitui essas imagens está inscrita na história.

Voltemo-nos então para a relação entre os efeitos de presença, as imagens de si e o controle do tópico no *chat*, observando quais são as possibilidades e restrições. Na tabela 2.2, nota-se que os comportamentos enunciativos são predominantemente alocutivos²⁴ e os modos de presença indicam intensa, porém sutil relação de força.

²⁴ De acordo com Charaudeau, comportamento alocutivo é uma relação de influência do locutor sobre o interlocutor, na qual “o sujeito falante enuncia sua posição em relação ao interlocutor no

Tabela 3

1	10:47:10 AM	Dilma Exigeant: Hi Fiona... I am from Araras, SP
2	10:47:39 AM	Dilma Exigeant: Just now I figured how to chat to you...
3	10:47:47 AM	Dilma Exigeant: sorry for taking so long
4	10:48:16 AM	Dilma Exigeant: hope you're still there
5	10:58:16 AM	1: Dalva Welles: hi all, still there?
6	10:59:21 AM	1: Dalva Welles: i believe we're still waiting for more people?
7	11:00:41 AM	Fiona Fisher: yes, i've been here waiting for an hour....

Se quisermos avaliar as especificações enunciativas no intervalo em termos de categorias modais, notaremos que:

- há uma configuração implícita de **proposta**: “*Hi Fiona... I am from Araras, SP*”. O que está implícito aqui é algo como “vamos nos apresentar?” ou ainda “vamos quebrar o gelo”.
- em “*Sorry for taking so long*” Dilma modaliza **obrigação**.
- na linha 2 há modalização de **saber**: “*I figured*”.
- Dalva Welles pede confirmação de que as pessoas conectadas estão a frente do computador e, caso estejam, que atualizem sua presença (**interrogação** e **petição**, respectivamente)
- há uma configuração implícita de **injunção** na linha 6, na medida em que Dalva Welles, com seu enunciado, estabelece implicitamente uma ação a se realizar: a presença do mediador.
- há uma configuração implícita de **julgamento** em “*i've been here waiting for an hour...*”. O enunciado poderia ser uma **constatação**, o sinal de três pontos ao final da frase e o tom do texto ao longo do *chat* evidenciam que se trata da expressão modalizada de desaprovação por estar esperando por tanto tempo.

momento em que, com o seu dizer, o **implica** e lhe impõe um comportamento” (CHARAUDEAU, 2008: 82), restando ao interlocutor responder e/ou reagir.

Nas categorias modais que levantamos, a maior parte é alocutiva e ligada à relação de forças (proposta, injunção, interrogação, petição, e julgamento). O intervalo mostra sujeitos que ocupam posições menos privilegiadas no dado evento discursivo. Posições que não permitem, ao menos de saída, o controle ou a condução do(s) tópicos que, supõem, deveria ser mediado²⁵. Passam-se mais de 13 minutos no *chat* sem que nenhum dos participantes pretenda engajar os demais em algum tópico. Nenhum dos sujeitos parece ter legitimidade para fazer isso. Eles aguardam a presença de mais alguém que, este sim, possa fazer isso. O enunciado “*i believe we’re still waiting for more people?*” evidencia esse estado de espera. “*More people*” funciona na verdade como modalização de “*that person*”, alguém especificamente. Alguém que, naquele momento, já deveria estar presente.

O *chat* silencioso é como um *chat* no escuro, onde os sujeitos não são visíveis. A questão é que há um lugar privilegiado no *chat* que está aparentemente desocupado e, se por um lado a visibilidade expõe o sujeito a esse mecanismo controlador, a atualização da presença projeta esse sujeito com uma determinada “voz” (ou “tom”) e imposição (corporal). Notemos que *Dilma Exigeant* tem quatro entradas (*entries*). Nas três primeiras não consegue resposta, mesmo fazendo uma pergunta direta à Fiona Fisher. A pergunta é feita porque o nome “Fiona Fisher” aparece na lista dos que estão conectados ao *chat*. Mas, na quarta entrada, mais de um minuto depois de sua pergunta direta, ela pede confirmação da presença de outros participantes. Também em vão. Apenas dez minutos depois outro participante atualiza sua presença, pedindo confirmação da presença de outros, mas também como que “cobrando” a presença da(s) “autoridade(s)” do *chat*. *Dilma Exigeant* pode apenas ter se passado por invisível, seja por que o sujeito empírico, por exemplo, não estava a ler o *chat* no momento da atualização ou porque não notou o novo texto inserido. Não importa. O fato é que o **efeito** criado é o de que Dilma foi silenciada. Ao passo que, seja porque Fiona acabara de voltar os olhos para o *chat*, ou porque a “cobrança” da pessoa que deveria estar mediando o *chat* a interessou (“*yes, i’ve been here waiting for an hour...*”), *Dalva Welles* tem sua “voz” ouvida e seu corpo visível na atualização de sua presença. Em outras palavras, seja pela contingência da atenção do olhar do outro ou pela eficiência da estratégia de se fazer presente, o **efeito** criado é que *Dalva Welles* impôs sua

²⁵ Nas trocas de mensagens por email há outras evidências discursivas para o estabelecimento da lei de verdade segundo a qual os chats desse tipo são mediados.

presença mais eficientemente. Não apenas sua presença, de fato. Ser bem sucedida em sua pergunta ao questionar a falta de presença do mediador do *chat* a coloca como primeira candidata a essa posição na organização hierárquica latente e que, agora, torna-se mais marcada.

No *chat* em análise, esse processo de constituição dos *ethé* é parte de um mecanismo disciplinar. A identificação pelo nome completo, o contexto institucional, a organização hierárquica e o caráter imposto pela posição-mediador contribuem para a imposição de uma individualidade aos sujeitos, que atribui origem aos enunciados e responsabilidade sobre eles, ao mesmo tempo em que projeta corpos sobre os quais o poder pode ser exercido mais eficientemente. Não se pode mais dizer qualquer coisa a qualquer momento e para qualquer pessoa. Esse tipo de presença, nesse contexto, produz nos sujeitos o efeito de serem completamente identificáveis e visíveis, mesmo quando sua presença não se atualiza. Trata-se de um esforço institucional, apoiado na arquitetura do ambiente virtual, para tornar visível quem poderia se proteger ou resistir pela latência da presença, forçando a relação de equivalência entre a presença tangível face a face e a virtual. Como dissemos, através da vigília sobre o sujeito virtual, pretende-se a carne observada.

Estão assim lançadas as possibilidades de exercício e resistência e, com elas, os espaços para ruptura. Vejamos como essas possibilidades e latências se manifestam no texto. Dalva Welles não pede diretamente a mediação do *chat*, mas, ao menos em alguma medida, coloca-se e é colocada nessa posição. Desde o princípio, a voz de Dalva Welles é privilegiada e sua posição na organização hierárquica se transforma à medida que sua imagem e impostação se transformam, evidenciando a marca “visual” de tal posição, caso houvesse passado despercebida. A marca que nos referimos é o “1:” que antecede o nome “Dalva Welles”. Mesmo que não houvesse passado despercebida, são essencialmente pelos modos de dizer que Dalva Welles faz valer na marca certo sentido de distinção hierárquica.

Assim, nas linhas 6 e 7 da **Tabela 2.2** começa a ficar mais evidente um movimento de ocupação da posição de mediador. Mas esse movimento não é brusco, edifica-se ao poucos. Vejamos como a sequência de enunciados constrói certo *ethos*, ou como certo modo de presença constitui a imagem do sujeito no e pelo discurso:

Tabela 4

9	11:01:09 AM	1: Dalva Welles: in the meantime we can exchange some info...
10	11:01:17 AM	1: Dalva Welles: how are you two doing in the course?
11	11:01:51 AM	Fiona Fisher: well, for me i had some problems going over the units, but i'm almost done on unit 1

Tabela 5

26	11:16:50 AM	1: Dalva Welles: when you say unit 3, do you mean lessso 3?
27	11:17:12 AM	Fiona Fisher: ooops, sorry it`s unit 1
28	11:17:19 AM	1: Dalva Welles: well, i don`t think you need to rush!

Tabela 6

34	11:19:21 AM	1: Dalva Welles: oh, you mean the link before the Fundamentals of ELT
35	11:19:28 AM	1: Dalva Welles: yeah, it`s sometimes confusing...

Tabela 7

52	11:26:20 AM	Fiona Fisher: so Dalva, if i`m in the middle of a lesson and for some reason need to stop is it ok? can i get to it later?
53	11:26:44 AM	1: Dalva Welles: yep!

Tabela 8

62	11:29:09 AM	1: Dalva Welles: but it`s that`s a decision for the isntructors.....
----	-------------	--

Na esfera da enunciação, pode-se dizer que Dalva Welles controla os tópicos. Dalva Welles está constantemente na posição de quem pergunta e tem certo controle sobre a resposta. Raras vezes responde a perguntas e, quando o faz, na maioria das vezes responde como alguém que detém alguma informação privilegiada. De fato, mesmo sendo explícita ao dizer que não é ela quem ocupa por direito o centro (*“that`s a decision for the isntructors”*), Dalva Welles constrói um

ethos que se apresenta como voz de especialista ou de alguém que é confiável pelo que sabe. A sequência dos enunciados constitui um tom que parece sempre estar buscando a precisão (como em “*when you say... you mean...*”, ou em “*oh, you mean...*”) e que se coloca na posição de quem pode apreciar ou avaliar (como em “*well, i don’t think you need to rush!*”). Na linha 52, Fiona Fisher aceita ou reconhece essa imagem de especialista e Dalva Welles transforma-se naquela que, dali em diante no *chat*, seria a quem os demais participantes recorreriam como alguma espécie de líder. É ela quem, ao menos em algum grau, estabelece parâmetros sobre quem deve dizer o que para quem, e em que momento. Inclusive para ela mesmo. Seu direito de palavra não é exatamente privilegiado, a não ser no sentido de que seu “tom” é mais ou menos também o “tom” dos demais. Assim, as linhas 52 e 53 marcam a consolidação de um *ethos* especialista e confiável, ou simplesmente como alguém que merece uma posição central nas interações.

Na esfera do discurso, o aspecto quantitativo ou intensivo da presença constituiu sujeitos tridimensionais, criando grande efeito de realidade presencial e de equivalência entre o que é desterritorializado e o presencial, diante do computador. Ou seja, neste caso principalmente pelo alto grau de responsividade e sincronicidade, os sujeitos se fazem mutuamente presentes e transformam algo que a princípio é um não-lugar em “o lugar” ou o lugar que é comum entre os que estão “lá”. Mutuas relações de intensa presença produzem condições para exercícios de poder igualmente intensos. Em seu aspecto qualitativo, o jogo de presença e a distribuições dos corpos no espaço do *chat* constituem um artificioso mecanismo de exame. É precisamente sobre tal mecanismo que tratamos a seguir.

2.2. Poder, discurso e o *chat* como aparelho de exame

Foucault (1975/2008) aponta que o poder disciplinar funciona por basicamente três instrumentos: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame, sendo que este último é como que a soma dos outros dois. O exame reúne a vigilância, a sanção, o controle do tempo, do espaço, e estratégias de normalização. Sobre o exame como combinação entre a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora, mais precisamente, Foucault diz que se trata de:

um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. (FOUCAULT, 1975/1989: 165)

O exame é implícito e com frequência sutil; não atua diretamente sobre o indivíduo. Ele faz de sua sutileza ou mesmo invisibilidade um fator decisivo de eficácia:

Tradicionalmente, o poder é o que se vê, mostra-se, manifesta-se e, de maneira paradoxal, encontra o princípio de sua força no movimento com o qual se exhibe. (...) O poder disciplinar, ao contrário, se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória. (...) É o fato de ser visto sem cessar, de sempre poder ser visto, mantêm sujeito o indivíduo disciplinar. E o exame é a técnica pela qual o poder, em vez de emitir os sinais de ser o poderio, em vez de impor a sua marca aos seus súditos, capta-os num mecanismo de objectivação. (FOUCAULT, 1975/2008: 156)

O exame é, enfim, um mecanismo para classificar, punir e corrigir. Está presente em praticamente todos os regimes disciplinares e em um curso *online* de formação não seria diferente. Resta compreender como funciona esse mecanismo no *chat*.

Conforme Foucault (1975/2008: 149), “na essência de todos os sistemas disciplinares funciona um pequeno mecanismo penal”, uma espécie de conjunto convencional de formas particulares de sanção e de instâncias de julgamento. As convenções são formadas na tensão entre aquelas já mais cristalizadas pelas práticas nesse dado gênero textual e contexto mais amplo e aquelas mais diretamente relacionadas ao grupo específico que ali interage. Essas convenções remetem a tudo que já foi dito neste ou em contextos parecidos, ou ainda ao que foi dito sobre eles. Parte do funcionamento desse mecanismo penal fica mais evidente ao contrastarmos este *chat* com outros mais “típicos” do gênero.

Diremos que os *chats* são caracteristicamente mais informais, não só em termos de escolhas de linguagem, como também em termos de assunto, escolha

de objeto de discussão. O assunto e mesmo a densidade informacional nas interações tendem a ser mais ralas. Os *chats*, ainda, costumam incluir ícones, animações, ou certas combinações de caracteres para compor o texto, enriquecendo o canal de comunicação. Apesar de seu suporte material ser primordialmente escrito, os *chats*, enfim, tipicamente agrupam uma série de características que são geralmente atribuídas à comunicação oral presencial, levando alguns inclusive a afirmar que a linguagem dos chats é uma “escrita oralizada”²⁶.

Essas características praticamente não aparecem no *chat* em análise e, quando surgem, são submetidas à infra-penalidade. Entre as formas mais comuns – e eficientes – de sanção estão o silêncio e o silenciamento.

Tabela 9

2	10:47:10 AM	Dilma Exigeant: Hi Fiona... I am from Araras, SP
3	10:47:39 AM	Dilma Exigeant: Just now I figured how to chat to you...
4	10:47:47 AM	Dilma Exigeant: sorry for taking so long
5	10:48:16 AM	Dilma Exigeant: hope you´re still there
6	10:58:16 AM	1: Dalva Welles: hi all, still there?
7	10:59:21 AM	1: Dalva Welles: i believe we´re still waiting for more people?
8	11:00:41 AM	Fiona Fisher: yes, i've been here waiting for an hour....

²⁶ Em nosso trabalho de graduação (2006), argumentamos que a linguagem do *chat* não é fundamentalmente uma escrita oralizada. Em alguma medida, a linguagem do *chat* pode inclusive pretender um distanciamento da oralidade e que pode às vezes ser considerada escrita apenas por seu suporte material “escrito” (os caracteres). O fato é que a dicotomização das noções de fala e escrita é enganosa e muito pouco produtiva. Principalmente nas últimas duas décadas de pesquisa na área dos estudos da linguagem, a própria ampliação do conceito de “texto” sinaliza isso. Argumentamos, enfim, que a linguagem em *chats* não se constitui por uma combinação entre fala e escrita, apesar de poder ter características tanto de uma quanto da outra. Essa linguagem tem características que não aparecem nem na fala nem na escrita porque decorrem, todas elas, de um processo devir que lhe é próprio.

Tabela 10

44	11:22:52 AM	Fiona Fisher: so Dilma you are a coordinator at [escola de inglês] Araras right?
45	11:23:23 AM	1: Dalva Welles: there's always a learning period in any tool.
46	11:23:25 AM	Dilma Exigeant: exactly

Notamos que na linha 2, Dima Descartes faz uma tentativa de iniciar um tópico mais “social”, apresentando-se diretamente a Fiona Fisher. Independentemente de a apresentação ter ou não sido vista por Fiona Fisher na tela do computador (a linha 44 evidencia que sim) o efeito é o de que a apresentação não é retribuída; ou melhor, é retribuída com silêncio. Um silêncio que acabou por silenciar qualquer outra tentativa de “socialização” ou de introdução de tópico que não estivesse diretamente associado ao curso. Apenas no final do chat Fiona Fisher faz um convite a Dilma Exigeant:

Tabela 11

63	11:29:25 AM	Fiona Fisher: Dilma, if you want to meet me, i'm in the book that this institution publishes. I hope we meet at the Teachers Conference in January and talk about this online course
64	11:29:35 AM	Fiona Fisher: ok got it Dalva
65	11:32:06 AM	Dilma Exigeant: that's great

Certamente, não há nada de “natural” nas escolhas de tópicos e registros de linguagem mais ou menos formais, mais ou menos “sociais”, etc. Por que não há espaço para a descontração? Se houvesse, por que é que há? Por que não encontramos ícones, ou combinações de caracteres para expressar reações faciais, por exemplo? Por que não há conversas mais “sociais” ou um bate-papo “sobre nada”? Aqui, sustentamos que o certo nível de formalidade e o foco quase que exclusivo nos assuntos do curso são imposições de uma formação discursiva conteudista segundo a qual o professor é “detentor” do conhecimento e a “aula” é momento para se tratar de conteúdo. Falamos do discurso conteudista e da

seriedade na escola, para o qual tudo o que mais importa é o conteúdo e o resultado. Discursos que se materializaram em propostas curriculares que já tivemos e que, ainda hoje, têm grande penetração nas micro-relações em nossa sociedade. Para notar as evidências desse discurso conteudista, basta uma leitura atenta dos modelos mais comuns de vestibular (levando-se em conta que o sucesso de uma instituição escolar é mensurado pelo desempenho dos alunos nos vestibulares) e de publicações de revistas²⁷. É comum encontrarmos edições quase que inteiramente dedicadas ao argumento de que as escolas deveriam se dedicar menos a discussões politizadas e mais a ensinar melhor os “conteúdos”.

De fato, há toda uma memória discursiva em torno da educação como processo de transmissão de conteúdo. A essa mesma região do interdiscurso remetem outros discursos ainda cotidianos e constituintes do senso comum, materializados em enunciados, como “escola é lugar de estudar, não de conversar”; ou “eu converso, mas vou bem na prova”. É uma memória discursiva formada em torno da ideologia da **produção** otimizada, mais eficiente, e para a qual as conversas e brincadeiras são consideradas ações rúpteis ou desvios. As vulgarmente chamadas “conversas paralelas”, assim, aparecem como desvios que devem ser corrigidos por sanções normalizadoras.

As interações mais descontraídas ou menos diretamente associadas ao curso *online* não são os únicos desvios no micro-sistema penal do *chat*. Vejamos o intervalo na tabela 2.11.

Tabela 12

14	11:04:20 AM	Fiona Fisher: so it is really nice to review them in this course. i guess it is going to add up for my coordination with teachers.
15	11:05:27 AM	Dilma Exigeant: Where´s everybody?
16	11:05:36 AM	Fiona Fisher: it is a pity not everyone is getting to chat, I think it would be worthwhile to exchange some ideas...
17	11:06:14 AM	Fiona Fisher: well Dilma, i guess it is just the 3 of us....
18	11:07:58 AM	Dilma Exigeant: let´s do it then!

²⁷ Como a edição 2074, de 20 de agosto de 2008, da revista *VEJA*.

Tabela 13

66	11:33:24 AM	Dilma Exigeant: There was supposed to be a lot more people here, right?
67	11:39:18 AM	Fiona Fisher: sure, specially the people of adm

Na linha 14, Fiona Fisher conclui uma fala (“so”) e seguem sete segundos de silêncio. O enunciado “*Where’s everybody?*” marca a insistência da lei ultrajada: um chat em contexto de curso online, assim como em uma aula presencial “deve” ter um mediador que represente não só a instituição, mas também a instrução do curso. A expressão “*everybody*” é modalização para fazer referência a um grupo específico de pessoas (“*the people off[from] adm*”), de onde viria ao menos um mediador. Assim, nestas duas últimas tabelas é possível levantar evidências sobre pelo menos dois tipos de imposições de formações discursivas. Em primeiro lugar, este lugar de enunciação que pressupõe um centro avaliador – ou melhor, mediador – é constituído, mais uma vez, em uma formação discursiva na qual o professor é centro do processo, alguém cuja falta faz com que o conhecimento e as interações não tenham legitimidade: “*it is a pity not everyone is getting to chat, i think it would be worthwile to exchange some ideas*”. É como se, sem a presença das pessoas da administração, o chat não pudesse acontecer; as ideias não pudessem ser discutidas; ou, ainda, como se tudo isso pudesse sim acontecer, mas sem valor algum. No interior dessa formação discursiva, é o mediador – ou seja, aquele que “está no meio”, que “está entre” – quem avalia e legitima as trocas e o conhecimento. Em tempos de dizeres na correnteza das afirmações de que o mundo é descentralizado, parece-nos que os centros continuam a reivindicar seu lugar de direito. Porém, o fazem mais sorrateiramente.

Como dissemos, o *chat* não tem “o” mediador. Mas o centro foi ocupado. Por que então a sensação de “falta” persistiu? Por que a imposição dos discursos sobre ser preciso haver um centro não se contentou com Dalva Welles? Argumentamos que não estamos diante de um centro que não encontrou forças para se impor como tal (muito ao contrário), mas de um centro que se passa despercebido. Não se trata de um centro necessariamente “menos central” – perdoe-nos a aparente redundância – já que a análise até aqui evidencia justamente o percurso pelo qual o centro é ocupado e como Dalva Welles tem

posição privilegiada nas interações. Alternativamente, talvez seja como se os participantes nem tenham percebido que estavam diante de um centro, e que estavam ocupando posições mais periféricas, submetidos ao controle desse centro. É como se o poder de um centro hierárquico operasse silenciosamente na sombra da aparente falta de um centro.

De fato, que outra forma há para prevenir a resistência mais eficientemente? Basta que o centro torne-se invisível, mas presente, e que os olhares, dispersos, o procurem lá onde não está. Talvez, ainda, a dispersão dos olhares seja ainda mais determinante que a invisibilidade do centro. Caso fosse a invisibilidade o único fator, o trabalho dos olhares logo trataria de construí-lo à imagem que o jogo de pressuposições, antecipações e negociação de sentidos (historicamente determinados) permitissem²⁸. Dito de outra forma, supomos que seja exatamente o deslocamento do centro, sua mobilidade, o efeito de que ele está esfacelado ou simplesmente ausente que cria condições favoráveis à constituição de centros que podem por em funcionamento mecanismos ainda mais sutis de subjetivação e objetivação. Em grande medida, essa sutileza protege o centro presente do olhar atento e sancionador a que essa figura suspeita que é o mediador é submetido, por força do próprio mecanismo disciplinar e implicação da relação de forças.

Conforme discutimos anteriormente, com frequência somos levados a pensar que hoje não há centro que possa ser ocupado, quando na verdade estamos diante de um efeito dos artifícios do poder associado à questão da mobilidade e o jogo entre local e global. A percepção de ausência de um centro que possa ser ocupado está ligada ao surgimento de mecanismos de subjetivação e objetivação descentralizados, onipresentes e invisíveis, como o que analisamos no *chat*. Há um centro no *chat*, mas trata-se de um centro local, fixo. Essa posição não tem necessariamente mais prestígio que outras. O centro do *chat* é também estereotipado, assim como os demais na cibercultura. Como o estereótipo é sempre dado, selecionável e reproduzível, a exaltação de diferenças ou traços que o caracterizam, combinada com a não correspondência de traços entre o centro presente e o centro estereotípico, contribuem para o efeito de invisibilidade.

²⁸ Por exemplo, notemos que, em muitas culturas ao redor do planeta, é muito comum que os religiosos atribuam imagens, formas ou personificações a seus deuses onipresentes, mas invisíveis.

Parece-nos que a análise deste *chat* mostra questões que podem representar alguma forma simplificada de um traço de certa dinâmica social: indivíduos apresentam menos resistência à submissão quando, para eles, o centro não está lá. Não “discutimos” com algo inanimado e, mesmo que o façamos, não esperamos uma ação em resposta. Concomitantemente, **reações** ou respostas à influência de um centro invisível são facilmente percebidas como **ações** ou iniciativas. Ingenuamente, tomamos reprodução por produção.

Outra questão que levantamos a partir das duas últimas tabelas é a sujeição do centro. Como dissemos, há um centro no *chat*, mas trata-se de um centro local, fixo. O lugar do mediador é delineado, marcado, circunscrito não só em relação a seu espaço, mas principalmente em relação a seu estereótipo identitário. Da forma como se constitui o discurso no *chat*, a imagem do mediador é muito similar a do professor mais tradicional. Com uma proliferação de técnicas cada vez mais complexas e numerosas que adestram os corpos e controlam as populações (FOUCAULT, 1988), os próprios professores se tornam sujeitos e objetos de discursos que os legitimam ao mesmo tempo em que os desarmam. No que diz respeito ao professor, trata-se de “uma figura suspeita que requer exame contínuo numa tecnologia do exame (...) que busca estabelecer uma utopia disciplinar baseada num cálculo preciso” (CARMAGNANI, 2004). No nosso caso a tecnologia do exame é o próprio *chat*, mas é por seu modo de funcionamento, seu lugar na arquitetura do curso online, e pela contingência das relações de forças que o centro que controla não ocupa o “centro das atenções” para as sanções normalizadoras, que são dirigidas para o que não está lá: “*specially the people of adm*”.

Em resumo, o mediador é também alvo de observação. Ele é uma figura suspeita que também está sujeita aos mecanismos disciplinares. O professor é peça do mecanismo e não é ele quem exerce mais poder; é o próprio mecanismo. A própria disposição dos sujeitos (capturados em processos de objetivação) no espaço configura o que podemos chamar de arquitetura de poder. É sobre essa questão arquitetural das relações de forças no curso *online* que nos debruçamos em seguida.

Além disso, fica claro que não há liberdade total de atualização da presença. Em sua forma de acontecimento, a presença marca um tempo e um espaço específico, bem como um espaço de enunciação e, com ele, todo um jogo

de forças e coerções. Ao atualizar a presença é preciso, necessariamente, responder a tal tensão de forças e coerções. No *chat* em análise, por um lado, notamos que as presenças se atualizam em posições pressupostas em certa hierarquia. Por outro lado, a hierarquia e a disposição das individualidades são construídas na própria relação entre elas e o discurso. Estes são princípios de controle dos efeitos de presença, de suas ameaçadoras faculdades materiais. Na formação ideológica, se por um lado a ideologia constitui práticas sociais, por outro lado é nas práticas sociais que se transforma a ideologia. Conforme discutimos, a ideologia não está “acima” das práticas. Dialeticamente, ideologia e práticas sociais se constituem mutuamente. Assim, há forças que “determinam” a presença, porém não de forma determinística. Certamente, o letramento e a criticidade criativa são fatores preponderantes para que a resposta às determinações não seja dócil. É possível afirmar, enfim, que produzir efeitos de presença significa posicionar-se ideologicamente e exercer poder.

3. O ambiente do curso *online* como texto

Esta parte traz uma análise do ambiente onde o curso online acontece, no que diz respeito a sua função nas relações de poder. É ponto central da análise que o desenho arquitetônico do espaço virtual é em princípio ideológico e funciona como fator de determinação para os sujeitos que se constituem no referido espaço. No processo, tecemos algumas considerações sobre como o poder pode estar lá, mesmo “antes” da presença de sujeitos.

3. 1. Arquitetura virtual: onde estão as paredes?

A arquitetura do ambiente virtual do curso é relativamente simples. Em um nível mais fundamental, há 3 áreas sobre as quais as demais estruturas se edificam. Na parte superior da tela, em formato de retângulo paralelo e tangente à barra de endereço do navegador da internet, há uma área dedicada às chamadas ferramentas do curso: Notas, *E-mail*, Live (ferramentas síncronas), Arquivos, Caixa de Entrada, Diário, *Weblinks*, Suporte Técnico e Ajuda. Além disso, essa área contém também os nomes dos professores do curso. Na parte lateral esquerda do navegador, tangente ao limite da janela e em formato de retângulo, há uma área com os links de acesso aos itens que compõem o conteúdo, a sequência e os registros de avaliação sobre o desempenho do aluno. Esta é desenhada para ser mais importante que a primeira área que tratamos. Tudo o que é absolutamente mandatório para a conclusão do curso encontra-se nela. A parte do meio da tela (*frame* principal²⁹) é a maior das três e onde as coisas aparecem e acontecem. A figura abaixo apresenta um esquema do nível mais fundamental.

²⁹ Tecnicamente, na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, cada uma das partes que compõe a estrutura de uma página de internet é chamada da *frame*. O *frame* principal é geralmente o lugar onde as páginas de um dado site abrem quando os *links* (no mesmo ou em outro *frame*) que apontam para tais páginas são clicados.

Figura 5

Logomarca das instituições	Nome do Curso <small>Professor: Nomes dos professores (todos eles)</small> <small>Ferramentas: Notas E-mail Live Arquivos Caixa de Entrada Diário Weblinks Suporte Técnico Ajuda </small>
Nome do Curso > Gradebook > Study Plan	<div>frame principal</div>

A partir desse esquema é possível traçar pelo menos duas afirmações, sendo a primeira a respeito do ir e vir do aluno pelo ambiente, e a segunda as relações entre alunos e professores. Sobre a primeira, nota-se que a divisão e distribuição dos acessos são feitas de forma espalhada, evitando organizações em árvore. Consideremos os esquemas abaixo:

Figura 6

A organização arbórea mostra conexões e relações entre conteúdos, temas e recursos, e tem uma estrutura taxonômica que nem sempre é óbvia, intuitiva ou *user-friendly*, como preferem muitos usuários e programadores de Ambientes Virtuais de Aprendizagem. A organização dispersa com uma classificação simplificada, por sua vez, explicita pouca conexão entre conteúdos, temas e recursos, e cria o efeito de um espaço a partir do qual pode-se ter acesso a praticamente qualquer lugar. Consideremos a figura abaixo como uma representação metafórica de tal espaço e notemos como, a partir de “qualquer lugar”, há apenas dois “lugares” que não têm acesso direto (B2a e B2b).

Figura 7

Sobre a relação entre alunos e entre alunos e professores, chama a atenção o fato de não haver comunicação “lateral” prevista. Todos ou quase todos os recursos para comunicação são centrados no tutor e nos conteúdos do curso. Se um aluno tem uma pergunta a fazer, por exemplo, não há um mecanismo que permita que ele verifique se há mais alguém online e envie uma mensagem instantânea para quem estiver, fazendo a tal pergunta. Todos os acessos, invariavelmente, levam a certo item de conteúdo, a certa tarefa individual, ou ao tutor. O *chatroom* e o *email* são os únicos recursos que podem ter participação entre alunos, mas são ambos centrados ou mediados pelas instituições ou pelo tutor. Tal desenho arquitetônico impõe uma organização hierárquica centro e periferia, na qual o centro tudo controla e a periferia é separada em corredores que se ligam ao centro e totem a comunicação em rede. A figura que segue representa tal organização:

Figura 8

Essa configuração coloca o tutor em posição de poder, independentemente de sua vontade ou estratégia. É como se o próprio ambiente exigisse ou reivindicasse, em ato de autoridade, uma posição, a priori, de maior prestígio e

poder para o tutor do curso. Não há outro lugar de presença para o tutor que não seja central; não há outro lugar de presença para um aluno que não o periférico. O ambiente, com seu “enunciado arquitetônico”, estabelece fazeres ou ações a fazer cujas realizações não dependem dele (tutor).

Apressadamente, poder-se-ia afirmar que esse modelo é algum tipo de versão eletrônica do modelo mais tradicional de sala de aula, no qual o professor tem toda a autoridade e é o dono da palavra. Há, entretanto, diferenças cruciais. No modelo mais tradicional, de fato o professor ocupa uma posição central e os alunos, posições periféricas. Mas os alunos são distribuídos em linhas e colunas, de frente para o professor, de modo que ele não tenha a mesma visão sobre os alunos que estão na primeira fileira em relação aos que estão na última. Alguns alunos ficam mais expostos no campo de visão do professor do que outros. Além disso, os alunos também estão no campo de visão uns dos outros, eles se fazem presentes e percebem presença, e podem falar uns com os outros, ainda que a comunicação entre eles possa ser monitorada, controlada, ou não permitida. A figura a seguir representa tal organização:

Figura 9

O ambiente online em estudo praticamente não permite efeitos de presença entre alunos e, conseqüentemente, também não permite o estabelecimento de relação de forças entre eles. Aos alunos raramente são dadas possibilidades de produzirem efeitos de presença que pudessem ser percebidos ou interpretados por outro que não o tutor. Apenas algumas semanas após o início do curso é que dois dos alunos puderam se apresentar.

Tabela 14

2	10:47:10 AM	Dilma Exigeant: Hi Fiona... I am from Araras, SP
---	-------------	--

Essa apresentação só foi possível acontecer no chat – como dissemos, um dos dois únicos recursos que permitiram – e, ainda assim, o tipo de discurso típico de quando duas pessoas estão se apresentando não se desenrolam. O assunto foi dirigido para o curso:

Tabela 15

10	11:01:17 AM	1: Dalva Welles: how are you two doing in the course?
----	-------------	---

A esta altura, há uma regra implícita ou subentendida de que não deve manter conversas “paralelas” ou “laterais”, para a qual a arquitetura do ambiente virtual de aprendizagem contribui decisivamente.

Ao levar em conta que o espaço individual da figura 4 corresponde ao espaço central da figura 3, podemos nos remeter à mobilidade total, problematizada por Bauman (1999). O curso *online*, de certa forma, sugere ou insinua mobilidade, talvez também pela ideia que geralmente se tem sobre o ciberespaço, mas acaba funcionando como fábrica de imobilidade. Neste Ambiente Virtual de Aprendizagem, o conflito entre o global e o local cria o efeito de que as fronteiras ou paredes são fluidas ou enfraquecidas. Ao mesmo tempo, faz separações e constitui condições para a rigidez da mobilidade dos corpos, neste caso virtuais. Os alunos são locais, fixos, quase que imóveis, já que são submetidos à sequência dos conteúdos e das atividades mandatórias, e são limitados por seu espaço. O tutor também não tem muita mobilidade, mas tem uma condição mais favorável que a dos alunos. Ele pode estar em cada uma das células deles, mas cada um dos alunos só pode estar na sua própria. A instituição, o que de fato é mais global, cede ou atribui mobilidade ao tutor apenas na medida necessária para o gerenciamento dos alunos. A lógica de tal gerenciamento, é importante pontuar, escapa quase que completamente à autonomia do tutor (daí sua imobilidade). Tal lógica é imposta pela arquitetura que forma a rigidez da esfera local dos alunos.

De certa forma, o ambiente do curso implicitamente “diz” para os alunos que cada um pode fazer tudo no seu próprio ritmo e que terá os instrumentos que precisa para aprender mais e melhor, sugerindo sensação de autonomia e liberdade. Aparentemente, em algum nível, essa parece ser também a percepção de Dilma Exigeant, uma das alunas:

[A principal diferença entre um curso presencial e um curso a distância é] principalmente a flexibilidade de horários, já que podemos desenvolver as atividades quando for mais conveniente.³⁰

A rigidez da esfera local dos alunos também parece ter sido percebida por Dilma Exigeant: “eu senti falta (...) de poder interagir com outros alunos e professores”.

Evidentemente, essa imposição do Ambiente Virtual de Aprendizagem é silenciosa. Ela se articula perspicazmente com o discurso neoliberal da liberdade, o qual incita – além da questão do ser único – que existe algum tipo de relação direta entre o grau de liberdade e o número ou a qualidade de opções que se tem. Escolher, assim, seria um exercício de liberdade. Conforme discutimos anteriormente, segundo essa lógica, ser livre é poder optar. Neste caso, pode-se optar por **qualquer** horário. Concomitantemente, essa mesma flexibilidade (um traço globalizante) enrijece as paredes entre alunos. Também falando sobre a flexibilidade de horários, Ângela Preston expressa algo sobre o enrijecimento: “No curso a distância, até mesmo pela correria do nosso trabalho, utilizamos cada qual um momento diferente de estudo”.³¹ Uma vez mais, não se trata precisamente de indivíduos isolados, mas livres. Trata-se de indivíduos que se isolam justamente ao exercer certo tipo malicioso de liberdade. Aqui, o poder nos prende em células estanques que promovem o individualismo, o extremo dos mecanismos de separação. Os tais espaços onde são erguidas de paredes transparentes proporcionam a sensação de falsa liberdade e escondem onde se está, ao mesmo tempo em que coloca todos no “mesmo” lugar. Este é um sistema que diminui as possibilidades de articulação entre sujeitos.

Em um nível menos fundamental ou estrutural da arquitetura há certa articulação/relação com o modo de organização do conteúdo também. Os recursos e conteúdos são organizados de forma linear, conforme segue:

³⁰ Trecho de resposta da Dilma Exigeant à primeira pergunta do questionário anexo.

³¹ Trecho de resposta de Ângela Preston Imajo a primeira pergunta do questionário anexo.

Figura 10

Neste desenho, o aluno primeiro ouve, depois faz; primeiro estuda, depois responde; primeiro lê, depois verifica; recebe feedback, depois reflete. Não há sincronicidade de processos interpelativos, por exemplo. Pouco ou nenhum efeito de presença é produzido. O aluno não ocupa posição de locutor. Ou seja, ele não interpela, pede, autoriza, julga, sugere, nem propõe, por exemplo. Por sua vez, é como se o arranjo arquitetônico do ambiente constituísse uma articulação discursiva que, com certa frequência, interpelasse, pedisse, autorizasse, julgasse, sugerisse ou propusesse, com o aluno na posição de interlocutor. Não há presença exógena, apenas endógena. Os tipos de procedimentos de construção enunciativa são predominantemente locutivos. Ao mesmo tempo, não há sincronicidade nos atos de linguagem que envolvem esses procedimentos. Dilma Exigeant nota e aponta este tipo predominante de presença e de relação com o ambiente do curso:

eu senti falta do **contato pessoal**, de sanar dúvidas **imediatamente** e de poder **interagir** com outros alunos e professores. Acredito que seja uma **forma mais passiva** de aprendizado, no qual todo o conteúdo é passado através de vídeos ou textos.³²

Curiosamente, este tipo de presença está associado à “passividade” ou, minimamente, à percepção de menos interatividade. Em grande medida, levando em conta que Dilma Exigeant e os demais alunos são professores de inglês, tal associação ideológica é uma articulação típica de formações discursivas que também associam *listening* e *reading* à passividade, e *writing* e *speaking* a habilidades produtivas. Cientificamente, há algum tempo não é mais possível sustentar que a leitura, por exemplo, seja algo passivo. No entanto, parece-nos que o princípio de tal associação permanece na ordem do discurso. Sustentamos, mesmo sem evidência sistêmica e sob risco de precipitação, que é senso comum considerar que ler é menos interativo que conversar. O senso comum, mais uma vez, salienta associações que merecem ser investigadas. De fato, não há

³² Trecho de resposta de Dilma Exigeant a primeira pergunta do questionário anexo.

passividade na leitura, já que os sentidos são construções deste ato. Ler é interpretar dialogicamente. Por outro lado, o texto tradicional “não faz” nada com o leitor. Como coisa, ele não “reage”; não é dotado de irritabilidade, mesmo que artificial. O hipertexto tem alguma irritabilidade artificial, já que seus links respondem aos cliques do leitor, mas não vai muito além. Ou seja, no ato de leitura, há projeção de um interlocutor (mesmo que seja apenas pelo dialogismo constitutivo da linguagem), mas este não produz efeitos de presença em relação ao leitor. A presença é endógena. O leitor sente-se presente porque está implicado na ação, mas não espera que o texto reaja à sua ação “sobre” ele. Não há algo que o leitor possa fazer para que o texto faça algo em retorno. Nesse sentido, nos termos dos efeitos de presença, afirmar que a leitura é menos interativo que uma conversa face a face é uma imprecisão conceitual. O que ocorre é que o tipo de interatividade da conversa projeta corpos cujos efeitos de presença são percebidos mutuamente. Na leitura, a presença é no máximo plana, com visualidade, alguma responsividade e nenhuma sincronicidade entre interlocutores. Na conversa presencial, a presença é tridimensional.

Por detrás da “forma mais passiva” que Dilma Exigeant menciona, vemos um Ambiente Virtual de Aprendizagem que pouco permite presenças que possam ir além do plano. Consequentemente, é pouco eficaz na constituição de um não lugar para onde sujeitos e corpos possam se desdobrar. Na presença plana que o ambiente permite, o aluno está diante da tela do monitor (aqui) e o ambiente está diante dele (também aqui). Na presença tridimensional, o aluno estaria aqui e lá ao mesmo tempo e o ambiente constituiria uma espécie de não-lugar.

A condição arquitetônica do ambiente permite o “deslocamento” eficiente dos sujeitos-alunos, conforme ilustramos com as figuras 2 e 3. Não é, portanto, a falta desta condição de deslocamento que fixa os alunos ou que os prende à esfera do local. Conforme discutimos anteriormente, a condição de ser global não é o encurtamento da relação tempo-espço e a extensão da distância não necessariamente “varia dependendo da **velocidade** com a qual pode ser vencida” (BAUMAN, 1999: 19). Os alunos são fixos porque estão todos isolados em seus monitores, sem ou com pouca possibilidade de se desdobrarem para dentro de um espaço virtual comum. No ambiente, não podem se articular ou conflitar. Interação

pouco entre si, mas predominantemente apenas com o ambiente e com o tutor; não estabelecem relação de poder entre si, apenas com o ambiente:

Senti-me mais presente no curso na realização das provas, pois precisei rever algumas explicações e o desafio de responder às questões me motivou a interagir mais com as ferramentas oferecidas.³³ (Carmem Allen)

Como vemos, antes mesmo de qualquer um estabelecer conexão e “entrar” na página do curso, a arquitetura do ambiente prevê certo tipo de exercício de poder e o lugar dos sujeitos. Levando em conta a análise até aqui, é possível sustentar que existe uma forma de poder disciplinar latente nas estruturas do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Não uma latência estática e já constituída, o que refuta a ideia de haver uma essência a que possamos chamar de poder, mas uma latência que pede um devir, um processo criativo de resolução para sua manifestação.

De forma geral, o poder disciplinar é um tipo de poder que incide sobre os corpos dos indivíduos, através de mecanismos de controle e treinamento, ou seja, através de “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 1975/2008: 139). Este tipo de poder visa produzir comportamentos para que se possa produzir mais e melhor, construindo tipos de sujeitos (separados, classificados, objetivados) e determinados modos de organização social. Os dispositivos disciplinares, enfim, reduzem a força política do sujeito, diminuindo os efeitos de sua capacidade de luta e resistência, e potencializam a força econômica, aumentando o efeito do seu trabalho. Os mecanismos, dispositivos, as tecnologias do poder são desenvolvidos dentro de condições históricas de produção e é no nível das práticas que o poder acontece. Porém, há algo de inapreensível no poder que faz com que ele pré-exista a seu exercício. Tendo Deleuze como importante intercessor nesta instância, afirmamos que a materialidade, as práticas não **são** o poder, senão seu devir³⁴, uma resposta criativa à tensão da relação de forças.

A força nunca existe no singular, pertence à sua essência estar em relação com outras forças, de tal modo que qualquer força é já relação, ou seja, poder: a força só tem como objeto e como sujeito a força (...) e a violência [é]

³³ Trecho de resposta de Carmem Allen a segunda pergunta do questionário anexo.

³⁴ Uso o termo “devir” no sentido deleuzeano, o qual Lévy, em seu “O que é o virtual?”, retoma para discutir a natureza e as questões da virtualidade.

um **concomitante** ou um **consequente** da **força**, mas não um **constituente**. (DELEUZE, 1986/2005: 97)

Para Foucault, segundo Machado (1979), não há um objeto chamado poder ou uma unidade, essência, entidade ou coisa que possa definir-se como poder por características universais. No entanto, conforme alerta Deleuze (1988/2006), é um perigo colocar na categoria do que não existe aquilo cuja existência caracteriza-se justamente por um corpo problemático latente, cuja inscrição num tempo e espaço definidos constitui uma responsividade criativa. A mera referência às fronteiras e limites da (suposta) impossível construção foucaultiana de um objeto chamado poder responde apenas as demandas da oposição entre possível e real. “Cada vez que colocamos o problema quanto ao possível e ao real, somos forçados a conceber a existência como um surgimento bruto, ato puro, salto que se opera sempre atrás de nossas costas, submetido à lei do tudo ou nada” (DELEUZE, 1988/2006: 298). E como o possível recolhe para si toda e qualquer característica daquilo que é real, faltando-lhe apenas o traço da existência, a toda crise em sua ordem da seleção, responderá com formas menores na esperança de que, estas sim, possam ser objetos e para que estes possam, enfim, existir. Assim, alternativamente, argumentamos que existe poder mesmo quando os consequentes ou concomitantes de seu exercício não acontecem. Qualquer força é já relação, uma relação de afetação dialógica: “o poder de ser afetado é como que uma **matéria** da força, e o poder de afetar é como que uma **função** da força” (DELEUZE: 1986/2005: 99). A tensão de forças cria um campo problemático que pede resolução, devir, atualização. A existência do poder no Ambiente Virtual de Aprendizagem é problemática; aquela que aguarda e pede ansiosamente por sua inscrição na história. A presença dos sujeitos no ambiente não instala poder, mas apenas põe em funcionamento mecanismos que já se encontravam instalados.

O desenho arquitetônico constitui condição de produção de discurso ou dos atos de comunicação sócio-historicamente determinados. Mas não apenas isso. Ele significa. É como um signo linguístico e, portanto, ideológico; o qual funciona como campo de batalha para os sujeitos que ali se constituem. Ele atualiza traços ideológicos de formações discursivas que exaltam marotamente o individualismo, isolando sujeitos ao mesmo tempo em que cria ilusão de liberdade. A arquitetura do curso online amplia ao máximo o espaço individual, ao mesmo tempo em que o reduz ao extremo. Trata-se de um certo recorte de espaço ou disposição de paredes

que, por um lado, não impõe limites aos sujeitos e que, por outro lado, faz com que esse ilimitável seja individual.

Curiosamente, essa espécie de ordem de “faça o que quiser, no tempo que quiser, desde que faça sozinho” promovida pelo ambiente não é necessariamente produtiva. Consideremos o que dizem Ângela Preston:

a vez que eu mais senti outra pessoa presente no curso foi quando tive a oportunidade de conhecer pessoalmente alguém que participou do mesmo curso a distância e em poucos minutos estávamos conversando, compartilhando, sugerindo, trocando idéias... Enfim, a empolgação era tanta e parecia que estávamos iniciando o curso naquele momento! (E já fazia uns 2 ou 3 meses que havia terminado). Nos contatos e-mails, chat rooms... a empolgação, o entusiasmo e a presença não é a mesma de estar “ao vivo” com as pessoas.³⁵

Os trechos que mais nos chamam a atenção são “parecia que estávamos iniciando o curso naquele momento!” e “Nos contatos e-mails, chat rooms... a empolgação, o entusiasmo e a presença não é a mesma de estar “ao vivo” com as pessoas”. Talvez possamos concluir que o curso não havia começado antes daquele momento **porque** a presença não era a mesma. Mais uma vez, não argumentamos que o ambiente não oferecia possibilidades de interação ou interatividade, como prefere Silva (2000)³⁶. Ao contrário, analisamos várias dessas possibilidades. O ponto é que determinados tipos de interação produzem diferentes modos de estar aqui e lá, e de relações de poder, levando em conta que práticas sociais diversas têm efeitos diversos. Como instância geradora de efeitos como o indivíduo e a verdade, em escala muito menor e mais intimamente atrelado ao contexto imediato, o poder produz também o espaço da encenação discursiva. O jogo de antecipações/projeções na encenação discursiva³⁷ depende da forma de presença. Esse jogo é fundamentalmente baseado na percepção e na expectativa. Ora, são justamente os efeitos de presença que são percebidos e que têm elementos que podem promover esse tipo de expectativa. Ainda que “sabendo” que há outras pessoas fazendo o mesmo curso ao mesmo tempo, e ainda que haja eventuais

³⁵ Trecho de resposta de Ângela Preston Imajo a terceira pergunta do questionário anexo.

³⁶ Marco Silva argumenta em favor de uma distinção entre interação e interatividade, afirmando que, epistemologicamente, o termo interação não dá conta das particularidades conceituais que o termo interatividade assume na era da Internet (SILVA, 2000). Essa discussão, no entanto, não é essencial para este trabalho. Presumiremos apenas que há diferentes tipos de interação, envolvendo diferentes tipos de presença.

³⁷ “Como é que devo falar (ou escrever), levando em conta o que percebo do interlocutor, o que imagino que ele percebe e espera de mim, do saber que eu e ele temos em comum, e dos papéis que eu e ele devemos desempenhar”. (CHARAUDEAU, 2008: 75)

oportunidades de interação com essas outras pessoas, o espaço criado e a presença bidimensional produzem efeitos de solitude, privacidade ou encerramento. Os alunos são inscritos em um lugar que não corresponde àquele de um curso, na acepção mais comum da palavra, mas sim àquele de um estudo individual monitorado.

Finalmente, identificamos outros princípios de controle da presença, desta vez relacionados a seu caráter virtual. Há forças que não deixam o desdobramento dos corpos e subjetividades à deriva, ao acaso ou à “livre” vontade. Na cibercultura, o que ocupa uma posição “central” ou privilegiada não é mais aquele que está no meio e mais acima, mas sim aquele que pode desdobrar sua presença para ocupar posições privilegiadas em diversos locais de uma rede. Mobilidade, nessa acepção, é privilégio. O poder está sempre a conjurar os domínios da presença, regulando os princípios que favorecem ou não a virtualização da presença, funcionando como uma espécie de organização complexa de condições de produção da presença. Os mesmos princípios que controlam são os que criam a tensão de forças que pedem resolução criativa.

4. O discurso e a presença nos emails

Qualquer proposição sustentando que o uso do *email* em situações de ensino-aprendizagem vem se consolidando ao longo dos últimos tempos está muitos anos atrasada. Essa ferramenta de correio eletrônico é muito popular já há vários anos e em muitos meios, inclusive no educacional e, mais especificamente, no meio de ensino e aprendizagem de inglês como segunda língua ou língua estrangeira. Tal popularização motivou uma série de projetos a trabalharem com este recurso no ensino-aprendizagem da língua inglesa em ambiente digital. As pesquisas acadêmicas acompanharam este movimento e vários pesquisadores (CRYSTAL, 2001; MARCUSCHI, 2002; e RAMAL, 2001) se preocuparam em compreender o uso do email e, de forma geral, concordam que trata-se de um gênero emergente do pós-Internet. Quais são, então, os modos de presença nesse novo gênero?

Sabemos, a esta altura, que os modos de dizer têm importância nos tipos de efeitos de presença. Sabemos também que há uma esfera desses efeitos que não diz respeito diretamente aos modos de dizer, mas estão ligadas a outros aspectos da enunciação (contexto imediato e suporte material do texto, por sua influência sobre os eixos “visualidade”, “responsividade” e “sincronicidade”). Nesta parte da dissertação, alguns textos de email serão analisados levando-se em conta esses pontos. Em última instância, a análise mostra que certa articulação entre os modos de dizer e outros aspectos da enunciação tem importância na distribuição espacial de corpos mais ou menos visíveis e, portanto, em reconfigurações de relações de poder.

4.1. Um por todos e... onde estão todos?

Muito da análise nesta parte trabalha com o jogo de expectativas ou suposições sobre o que esperar dos contatos via email. Ainda assim, não é necessário identificar os propósitos comunicativos de algo que possa ser tomado como “o” gênero e-mail, ou apontar traços característicos de comunidades discursivas virtuais que se constituem nesse gênero. Neste caso, é suficiente tratar de certas regularidades de forma e propósito dos e-mails, e colocá-las em relação

com as propriedades arquitetônicas do espaço virtual. O objetivo desta parte da análise é identificar certa forma de controle da presença que, argumentamos, é mais eficiente em sociedades com organização hierárquica em rede.

Tipicamente, as tradicionais cartas guardam alguma semelhança com as mensagens de correio eletrônico, que é uma das formas mais usadas para o estabelecimento de comunicações por meio do computador. Nos dois casos, há geralmente três “seções” principais:

- Cabeçalho (header): Esta parte contém o destinatário e pode conter alguma saudação. Com frequência, a saudação dita o nível de formalidade da mensagem que segue.
- Corpo (body): Esta parte contém o texto da mensagem e é geralmente separada do cabeçalho por um espaço em branco.
- Assinatura: inclui o remetente e pode incluir também alguma forma de despedida. A assinatura acompanha ou enfatiza o nível de formalidade do texto.

No caso das cartas, tipicamente, o texto marca a distância entre os interlocutores. O tom narrativo-descritivo é predominante e ancoragens como “aqui”, “aí” são frequentes. Mesmo quando há interpelação, injunção ou interrogação, por exemplo, isso ocorre muito mais como forma de fazer com que o interlocutor se reconheça como alvo de apelo do que como forma de tentar **obrigá-lo** a implicar sua presença. Mais claramente, essa forma de perceber a presença e de se fazer presente responde a certas práticas sociais e modos de uso da linguagem associados a determinadas intenções. No entanto, entre os princípios de controle da presença, são as características do suporte material da linguagem que correm o risco de ser negligenciadas. É sobre essas características que nos debruçaremos com maior atenção para compreender a abertura de possibilidades para o olhar hierárquico.

Não é tarefa árdua sustentar que o texto é inseparável das características do suporte material ou que a comunicação não acontece de maneira idêntica em qualquer canal ou veículo. Nessa direção, argumenta-se (Marcuschi, 2002) que qualquer que seja a modalidade ou o meio de comunicação, sempre haverá essa

adequação ao suporte material. Contudo, não podemos seguir com a discussão do suporte material como uma mera referência ao modo como o texto é veiculado. Segundo Marcuschi (2002), a comunicação via email é normalmente assíncrona, podendo ser grupal ou individual.

Primeiro, falemos da questão da sincronicidade. Se nas análises anteriores já era possível entrever, aqui fica mais claro que a questão da sincronicidade depende mais do contrato de comunicação do que propriamente do tempo de intervalo entre turnos ou qualquer outro tipo de interação. Ao considerar a troca de emails abaixo, é possível sustentar que não há grau algum de sincronicidade? Marcuschi admite que “em certas circunstâncias [o *email*] pode apresentar uma defasagem mínima de tempo entre uma remessa e a resposta, dando a nítida sensação de turnos em andamento” (MARCUSCHI, 2000: 22). Mas sua afirmação está restritamente apoiada no referencial de intervalo entre uma “fala e outra”.

Tabela 16

From: ADM Mark Hofstadter
To: ped.araras@escoladeinglês.com.br
Sent: Thursday, November 26, 2009 3:17 PM
Subject: RES: How's the course going?

Great news!!!
Glad to hear that.

----- Original Message -----
De: Dilma Exigeant
Enviada em: quinta-feira, 26 de novembro de 2009 15:05
Para: Michel Descartes; jaime@escoladeinglês.com.br; Markhofstadter@escoladeinglês.com.br; analucia@escoladeinglês.com.br; sergio@escoladeinglês.com.br; daphne.walder@InstituiçãoEditora.com; ped.vivendasdobosque@escoladeinglês.com.br; ped.liberdade@escoladeinglês.com.br; ped.portovelho@escoladeinglês.com.br; ped.fonseca@escoladeinglês.com.br; ped.saojose@escoladeinglês.com.br
Assunto: Re: How's the course going?

Sorry, I got it now !

As marcas linguísticas do texto indicam que há alguma sincronicidade, apesar dos 12 minutos de intervalo entre uma mensagem e outra. O que salta aos olhos nessa troca de mensagens é a ausência de cabeçalho, de saudação, de despedida e de assinatura. É permitido que Dilma Exigeant diga simplesmente “*sorry, I got it now*”, sem se preocupar em apontar a quem se dirige ou em assinar seu texto. É possível que Dilma Exigeant tenha suposto que Mark Hofstadter

estivesse online e atento a seus *emails*, já que estava dentro do horário agendado para o *chat*. É possível ainda que os dois tenham conversado por telefone e que, nessa conversa, Dilma Exigeant pediu ajuda para algo que não estava conseguindo fazer. Qualquer que seja o caso, é pressuposto no contrato de comunicação que a mensagem enviada por Dilma Exigeant será lida imediatamente. A leitura da mensagem não implica apenas na percepção da “presença” de uma mensagem de uma dada pessoa, mas, ao menos em alguma medida, na percepção da presença da própria pessoa. A troca de mensagens revela que Dilma Exigeant e Mark Hofstadter estavam relativamente presentes em relação um ao outro.

Isso nos leva à segunda questão levantada, qual seja, a da mensagem ser grupal ou individual. Pelo contrato de comunicação na troca de mensagens acima, apesar da primeira ter sido dirigida a um conjunto de emails, é possível inferir que os interlocutores eram exclusivamente Dilma Exigeant e Mark Hofstadter. No contrato de comunicação um a um, seja no meio eletrônico ou não³⁸, há de se manter uma qualidade mínima de efeitos de presença. Ambos são mais ou menos presentes e visíveis em relação um ao outro, o que abre bastante espaço para a percepção universalista de valores e regras que são negociados e reconhecidos por todos (os dois) envolvidos. Neste caso, a hierarquia pode ser altamente desequilibrada e verticalizada, desbalanceando sensivelmente a negociação dos valores e regras. Basta que um dos interlocutores tenha posição privilegiada em relação ao outro.

No caso de uma mensagem de email³⁹ que é enviada para um grupo de pessoas, por um lado, cria-se o efeito de uma posição central na relação estabelecida e também há espaço considerável para percepção universalista de valores e regras. Por outro lado, as chances de a hierarquia ser altamente desequilibrada e verticalizada são menores, por que isso requereria um suporte institucional capaz de articular poder em escala equivalente ou maior do que o grupo articulado. O poder exercido por essa posição central deve superar o potencial de resistência do emaranhado instável que forma o “todos juntos”.

Já na comunicação em rede, não há uma posição central privilegiada. Os valores e regras são negociados e reconhecidos situadamente. Não há pontos de

³⁸ Neste ponto talvez seja possível uma generalização que abranja qualquer situação de comunicação e co-presença.

³⁹ Idem.

contato que liguem, necessariamente, qualquer um a todos os demais. O global torna-se local e o homogêneo torna-se heterogêneo. Neste caso, a hierarquia dificilmente pode ser altamente desequilibrada e verticalizada, desbalanceando drasticamente a negociação de valores e regras. Ainda que um dos interlocutores tenha posição privilegiada em relação a algum outro, há uma multiplicidade de outras posições privilegiadas que acaba por aterrar o desnivelamento hierárquico verticalizado percebido globalmente.

Vejamos as representações abaixo para estabelecer um quadro comparativo visual dos três padrões de envio de mensagens de email.

Figura 11

Conforme discutimos no capítulo, a arquitetura do ambiente online em análise não prevê o padrão C. Os recortes dos espaços e os recursos disponíveis favorecem tipos de relações mais próximas aos padrões A e B. Assim, são nestes dois padrões que nos concentraremos.

A mensagem da tabela corresponde ao padrão A. Entendendo as duas mensagens como constituintes de uma mesma construção enunciativa, tomemos Mark Hofstadter como locutor e como Dilma Exigeant interlocutora. Pela “subversão” ao gênero (a já mencionada ausência de assinatura, cabeçalho, etc.),

podemos inferir que, com seu enunciado “anterior”⁴⁰ a mensagem, o locutor estabelece uma ação a realizar. A interlocutora reconhece e responde à injunção, percebendo que, no contrato, qualquer recusa de execução poderia levar a algum grau de sanção. A palavra “sorry”, no enunciado “*Sorry, I got it now!*” também é evidência de que já há, de antemão, um contrato de comunicação no qual Dilma Exigeant se reconhece na obrigação de um fazer. Mais precisamente, a palavra “sorry” indica uma modalidade alocutiva proibitiva, como variante da injunção, já que estabelece uma ação a não realizar. Assim, há algo que Dilma Exigeant não pode não saber fazer. O contrato é reforçado pela instituição, na medida em que ela constitui o aspecto cominatório da injunção e atribui a Mark Hofstadter um estatuto de poder. A resistência à tal imposição, claro, é perfeitamente possível. Inclusive por confrontação. Na enunciação, Dilma Exigeant e Mark Hofstadter produzem efeitos de presença que os tornam relativamente visíveis (identificáveis) em relação um ao outro. Se os efeitos não são tridimensionais, ou seja, não produzem efeitos de corpos nítidos, localizáveis e irritáveis, são ao menos suficientes para a constituição de uma unidade (*ethos*) à qual se pode responder. Ou seja, a qualidade dos efeitos de presença é o que possibilita o estabelecimento do contrato de comunicação. Ao mesmo tempo, nesse padrão de mensagem, uma vez que o contrato de comunicação esteja estabelecido, é difícil manter-se invisível.

Para estudarmos o padrão B, consideremos a mensagem na tabela. A princípio, conforme argumentamos, neste email há efeito de uma posição central na relação estabelecida e também há espaço considerável para percepção universalista de valores e regras, que são imposições institucionais. Michel Descartes envia a mensagem e a assinatura deixa claro que se trata da voz da instituição franqueadora (“ADM ESCOLA Team”). Este é justamente o ponto ao qual devemos mais atenção, porque reside aí uma particularidade decisiva dos efeitos de presença via emails.

⁴⁰ No sentido de algo subentendido no contrato de comunicação, e não no sentido temporal.

Tabela 17

From: Michel Descartes

To: Michel@escoladeinglês.com.br ; jaime@escoladeinglês.com.br ; Markhofstadter@escoladeinglês.com.br; analucia@escoladeinglês.com.br ; sergio@escoladeinglês.com.br ; daphne.walder@InstituiçãoEditora.com; ped.vivendasdobosque@escoladeinglês.com.br; ped.araras@escoladeinglês.com.br; ped.liberdade@escoladeinglês.com.br; ped.portovelho@escoladeinglês.com.br; ped.fonseca@escoladeinglês.com.br; ped.saojose@escoladeinglês.com.br;

Sent: Monday, November 23, 2009 2:34 PM

Subject: TDI: How's the course going?

Hi all,

How's everyone? We're very glad because we've just checked and found out that most of you have already finished Lesson 1 of Fundamentals. Some of you have already written and submitted the first essay. (Those of you who have already written it. How did it go? Was it challenging? Did you manage to relate what you wrote to situations you have faced in your teaching practice? Those of you who haven't written it yet try and bear in mind these questions. They may help you and make the task more meaningful).

We recommend you do a little bit of the lesson everyday. Set a regular time to do it. Set the time you know you are sure you won't be disturbed, especially because in Lesson 2 there are some very interesting supplementary texts, there's nothing worse than having to stop in the middle of a good read.

We were wondering if we could get together in a chat this week. Do you think all of you could get in the chatroom some day this week in the afternoon for a couple of minutes? Say some time on Thursday between 15h00 to 16h00 (São Paulo local time) so that we can share our impressions and experiences? Let us know if you can.

Warmest regards

ADM ESCOLA Team

Fosse esta uma situação face a face, “*Hi all*” se referiria a certo grupo de corpos mais ou menos visíveis que o olhar conseguiria recortar em individualidades (conforme a figura 5). Há ainda um tom predominantemente injuntivo e interpelativo. Em cada parágrafo, há o estabelecimento de uma tarefa ou de uma ação qualquer a se fazer. No primeiro parágrafo, a ação a ser feita é a redação dissertativa, tomando certas perguntas como referência ou pontos de partida. No segundo parágrafo, a tarefa é o gerenciamento eficiente do tempo e o estabelecimento de uma rotina que acomode os afazeres do curso em uma base diária. No terceiro parágrafo, é o agendamento de um *chat*. Neste parágrafo, pode-se argumentar que se trata de uma proposta, dado o tom de parceria ou de co-realização. De qualquer forma, notemos que as marcas linguísticas sugerem um comportamento enunciativo alocutivo e indicam certa tensão na relação de forças entre locutor e interlocutor, na qual aquele propõe e este responde (resistindo ou

não, aceitando ou não). No entanto, a qualidade dos efeitos de presença não possibilita essa relação.

No caso do email, o olhar não recorta o grupo em individualidades quando a mensagem é enviada a vários remetentes. “*Hi all*”, neste caso, não se refere a um grupo de corpos. “*Hi all*” constitui **um** corpo. No entanto, este corpo não corresponde à materialidade de um sujeito identificável ou a uma instituição que possa ser representada por “alguém”. Ora, se a interpelação e a injunção pressupõem que o interlocutor **atribua a si** um estatuto que o obriga a significar sua presença ou reconhecer-se como alvo de um apelo ou cominação que o implica ou identifica, o efeito criado é o de padrão enunciativo **elocutivo**, no qual o locutor não se relaciona com o interlocutor, mas sim consigo mesmo. O que inicialmente poderia ser tido como uma interpelação, injunção, ou mesmo uma proposta se torna, na verdade, a expressão de um querer. O locutor continua a estabelecer ou propor ações a serem realizadas por um ou mais agentes diferentes dele mesmo. No entanto, na tentativa de implicar todos os demais agentes, o ato de enunciação não implica sequer um interlocutor, ao contrário do que sugerem as marcas linguísticas.

Além disso, se por um lado a assinatura “ADM ESCOLA Team” reforça a presença institucional, apaga a subjetividade do remetente. O apagamento só não é completo porque o campo “From” indica “Michel Descartes” e não algo como “team@adm-escola.com.br”. Segundo Marcuschi (2002), na comunicação por email o anonimato é raro, sob risco de constituir uma ruptura com as recorrências do gênero. O autor presume que, a não ser que se trate de *spam*⁴¹, a comunicação eletrônica se dá entre conhecidos, amigos ou profissionais. A premissa é precisa, mas não a conclusão. O que determina o anonimato ou o apagamento da subjetividade não é o conhecimento tácito sobre quem vai **receber** a mensagem, mas sim a não implicação de um interlocutor mais ou menos identificável no tempo e no espaço, no ato da enunciação. Quando um anônimo lê uma mensagem, ele não projeta a presença (propriamente dita) de seu locutor/interlocutor. Ele vislumbra o fóssil dessa presença. Em última instância, a análise mostra que não apenas as marcas discursivas verbais ou visuais, mas também a corporalidade discursiva e a

⁴¹ *Spam* é uma mensagem eletrônica enviada em massa para destinatários aleatórios ou selecionados por seu perfil de navegação na internet (como tentativa de inferir padrões de consumo), já que a mensagem geralmente tem fins publicitários. Os *spams* têm caráter apelativo e são comumente percebidos como incômodos e inconvenientes.

qualidade de efeitos de presença devem ser levadas em conta para a compreensão do tipo de relações de força sob análise.

A lógica “globalizante” de paradigmas pré-internet não funciona da mesma forma no meio eletrônico. Certos tipos de totalidades produzem justamente o efeito inverso: o de vazio, ou de ninguém. Paradoxalmente, muitas vezes “todos” equivale a “ninguém”. A análise e reflexão talvez se apliquem aos casos de instituições que conseguem criar efeito de onipresença e, quando conveniente, de ausência. Quantos podem já ter passado pela experiência de estar “diante” de instituições tão grandes e globais que pareciam ser acessíveis de qualquer lugar do mundo, mas que, ao ter a intenção de interpelá-la, pedir, requerer, ou reclamar de algo, percebem a impossibilidade de implicar um interlocutor que possa responder ao apelo? Ter o poder de controlar a qualidade mais global ou fixa dos efeitos de presença é ser o onipotente.

Pelo avesso de alguns de seus aspectos, o padrão B de mensagens de email deixa entrever ainda um padrão D: uma forma de enviar mensagens para múltiplos destinatários, porém de forma a conseguir individualizar. Comparemos as duas mensagens da tabela, sabendo que a mensagem 1 é um registro que compõe o corpus e a mensagem 2 é uma ficção elaborada para contrastar com a 1 em pontos-chave.

A mensagem 1 é de mesmo tipo que o padrão B, ou seja, trata-se de um envio de email por um remetente a vários destinatários. A mensagem 2, por sua vez, é endereçada a apenas um remetente, aproximando-se do padrão A. Essa variação foi possível com um mínimo ou nenhuma mudança na “estrutura” do texto. Nos dois casos, o texto inclui saudação, mensagem, despedida e assinatura. Quanto às escolhas lingüísticas, há poucas diferenças. A saudação e a assinatura nomeiam, respectivamente, destinatário e remetente, e algumas palavras são substituídas por outras: “we” por “I”, “our” por “my”, e “anyone” por “you”. Ainda assim, mesmo sendo poucas, essas diferenças levam a mudanças significativas. Na mensagem 1, a forma de implicação do interlocutor é similar, por exemplo, àquela típica de uma circular enviada por uma pessoa a um grupo de pessoas ou comunidade. Já na mensagem 2, as escolhas lingüísticas estão mais próximas daquelas tipicamente encontradas em cartas endereçadas de uma pessoa a outra. Pode-se afirmar que, em se tratando de uma mensagem mais próxima do padrão A, os interlocutores são mais visíveis em relação um ao outro.

Tabela 18

Mensagem 1	
<hr/>	
Hi, everybody. How's everything?	
<p>We're sorry to say we ran into an unexpected problem, and could not access the chat room. In case anyone had a similar problem, we've discovered that the chat won't work unless you have the latest version of the java application installed in your computer.</p> <p>We're already working on solving the problem with the help of our IT departament, and should be up to speed in no time. As soon as we have the chat up and runnig, we'll reschedule. In the meantime, we all have work to do. How are you doing with units 2 and 3? Were you able to discover what's your learning style while working on unit 2? We've already read some of your assignments, and they are really nice. We'll soon grade them and give you feedback. Don't forget that you can count on our support if you have any problem.</p>	
Best wishes,	
ADM ESCOLADEINGLÊS Team	
<hr/>	
Mensagem 2	
<hr/>	
Hi, Débora How's everything?	
<p>I'm sorry to say I ran into an unexpected problem, and could not access the chat room. In case you had a similar problem, I've discovered that the chat won't work unless you have the latest version of the java application installed in your computer.</p> <p>I'm already working on solving the problem with the help of our IT departament, and should be up to speed in no time. As soon as I have the chat up and runnig, we'll reschedule. In the meantime, we all have work to do. How are you doing with units 2 and 3? Were you able to discover what's your learning style while working on unit 2? I've already read some of your assignments, and they are really nice. I'll soon grade them and give you feedback. Don't forget that you can count on my support if you have any problem.</p>	
Best wishes,	
Mark Hofstadter	
<hr/>	

É importante notar que essas diferenças se sustentariam ainda que a mensagem fosse enviada a todo um grupo de pessoas. As escolhas linguísticas continuariam a implicar uma relação de um para um. A diferença seria que, neste caso, os dois interlocutores seriam visíveis, sem poder enxergar quem os vê. Independentemente do fato desses outros estarem ou não observando, o efeito criado pelo múltiplo endereçamento seria o de estarem sob olhar.

Alternativamente, em mais um exercício de contraste com a mensagem 1, consideremos que este mesmo texto seja enviado para múltiplos destinatários, porém a um de cada vez. Em cada mensagem, troca-se apenas o nome que

aparece junto à saudação. Com isso, algumas peculiaridades acontecem: (a) mantém-se a relação entre dois interlocutores mais ou menos visíveis em relação um ao outro; (b) as individualidades que formam o grupo de destinatários são recortadas; (c) as individualidades não produzem efeitos de presença entre si; e (d) o locutor está presente em relação a mais de um interlocutor ao mesmo tempo. A figura representa essa descrição.

Figura 12

Eis a lógica do grau máximo de certo tipo de exaltação da "liberdade" e do individualismo. Nessa lógica, o indivíduo é sempre único: ele é precisamente recortado e separado, e lhe é atribuído um lugar no qual ele se reconhece e do qual ele se apropria. Se isolarmos a relação que se estabelece em cada uma das mensagens, da perspectiva do interlocutor, é um padrão A que vemos desenhar-se. Como sabemos, neste caso há de se manter uma qualidade mínima de efeitos de presença, o que faz de ambos mais ou menos presentes e visíveis em relação um ao outro. Principalmente, essa relação abre bastante espaço para a percepção universalista de valores e regras que são negociados e reconhecidos por todos (os dois) envolvidos. Na relação **L-I** constroem-se ideias, valores e regras que **I** pode supor que são válidas para o todo, já que, de sua perspectiva, **L-I** constitui um todo. No entanto, levando em conta que as formações discursivas associadas à ideologia de certo tipo de exaltação da "liberdade" e do individualismo exercem grande

influência no modo de vida de várias áreas de nossa sociedade, é mais provável que **I** tome as conclusões de sua relação com **L** como algo que pertence a ele e particularmente a ele. Tais conclusões seriam resultado de investidas “individuais” ou, no máximo, da negociação **particular L-I**.

Essa segunda possibilidade é co-provocada por certas escolhas linguísticas. Quando o locutor interpela, determina, ou demanda implicando obrigatoriedade, mas o faz por uma linguagem costurada por modalizações que tornam sua abordagem pouco mais que uma sugestão, pode-se criar a sensação, da perspectiva de **I**, de que existem opções à sua disposição. Cria-se o efeito de que o interlocutor é autônomo e soberano de suas decisões. Suas opções estão todas na ordem do selecionável, daquilo que já é dado; mas a simples ação de “escolher” é percebida como exercício de liberdade. Paralelamente, o locutor estabelece o mesmo tipo de relação com outros interlocutores ao mesmo tempo, cabendo a ele e a instituição determinar aquilo que é dado. Ou seja, da perspectiva do locutor, ele desdobra sua presença para interpelar e presenciar mais de um interlocutor ao mesmo tempo, sendo o único a negociar sentidos e decisões em todos os espaços. O locutor se dota de total mobilidade ao fixar os interlocutores em suas células estanques.

Evidentemente, não apenas o mecanismo de projeção de presença, mas também certos modos de dizer contribuem para esta configuração. Na mensagem 2 da tabela há diversas marcas linguísticas que, em combinação com a distribuição dos indivíduos no espaço conforme descrevemos, produzem os **efeitos** dos tais traços ideológicos que elevam à potência o princípio da separação. Consideremos este trecho extraído da mensagem 2.

In the meantime, **we all have work to do**. **How are you doing with units 2 and 3?** Were you able to discover what's your learning style while working on unit 2? **we've already read** some of your **assignments**, and they are really nice. **We'll soon grade** them and **give you feedback**. (grifo nosso)

Com a mensagem 1, conforme indicam as partes em destaque, Mark Hofstadter estabelece ações a serem realizadas pelo seu interlocutor e sujeitas ao julgamento/avaliação da instituição. Em “*we all have work to do*”, “*we*” significa “*you*”, já que o trabalho mandatório é dos alunos. Por outro lado, as partes sublinhadas suavizariam a injunção quase que ao ponto de transformá-la em

proposta de mútuo compromisso. Em “*we all have work to do*”, “*we*” também significa que a instituição impõe obrigações a Mark Hofstadter. Algumas dessas obrigações estão marcadas no texto: ler os trabalhos entregues e comentá-los. Ocorre que, com a mensagem 2, a instituição é invisível: ela não assina o texto e não há marcas linguísticas de que é ela quem submete à injunção. Com isso, no nível das aparências, é como se a decisão sobre quando fazer as tarefas do curso estivesse na alçada da autonomia do aluno e coubesse a ele decidir. Esta é uma faceta da fixidez com vestes móveis ou flexíveis. Quando o olhar que submete não é identificável, escolhe-se aquilo que é dado possivelmente com a percepção de que a escolha é autônoma.

Nas respostas dos questionários, também é visível a sensação de flexibilidade e autonomia de escolha.

“podemos desenvolver as atividades quando for mais conveniente”
(Dilma).

“você pode determinar qual o melhor horário e dia para estudo”
(Vladimir)

“utilizamos cada qual um momento diferente de estudo”
(Ângela).

A tensão entre local (fixo) e global (móvel); entre a sensação de mobilidade e algum nível de consciência de sua condição fixa fica mais evidente se levarmos em conta o senso comum, de acordo com o qual é preciso “disciplina” para se fazer um curso online. Por um lado, cria-se a ilusão de que “escolher” é “criar”, no sentido de que o sujeito que escolhe é “origem” e responsável por sua escolha. Isso responde a formações discursivas segundo as quais ser livre é poder optar, de forma que a liberdade é proporcional ao número de opções que se **tem**. Por outro lado, reconhece-se que há uma série de requisitos e obrigatoriedades com relação à “assiduidade” do aluno. Ou seja, pode-se fazer a tarefa a qualquer tempo desde que seja dentro do que é estipulado como obrigatório. Pode-se fazer o que o que se quer, desde que corresponda às opções dadas e inclua aquilo que é obrigatório. Ao pesar o efeito desta relação na escala do “todo” do padrão D ilustrado na figura, entrevemos um sistema que incita a reprodutivismo coletiva com vestes de produção individual. Todos fazem ou dizem o mesmo com a sensação de que

dizem suas palavras sozinhos. Não se trata precisamente de um indivíduo isolado, mas livre. Trata-se de um indivíduo que se isola justamente ao exercer certo tipo de liberdade.

Em resumo, há determinadas articulações possíveis entre certos modos de presença e modos de dizer que podem constituir relações que se aproximam àquela representada pelo padrão B, mas que funciona conforme o padrão A. Nessa relação, o locutor tem o alcance que o padrão B lhe permite, sem que esse alcance dilua seu poder, de forma que a possibilidade de que a hierarquia possa ser altamente desequilibrada e verticalizada continue a ser alta. Sua posição privilegiada continua a ter um peso grande na relação com o outro. No caso de conflito, por exemplo, produzir efeitos de presença para indivíduos isolados ao mesmo tempo inverte a relação numérica de um contra muitos. Toda uma configuração de posições na relação de forças pode ser transformada pela articulação entre estratégias de uso de determinados recursos tecnológicos e determinadas escolhas linguísticas.

Não coincidentemente, essa articulação é comum em diversos meios da internet, inclusive em cursos online. Diversas plataformas de ensino à distância dispõem de dispositivo de envio **automático** de email a destinatários diversos, individualmente, nomeando-os na saudação. Em vários *sites*, principalmente nos de compra *online*, a página acessada identifica o número de IP do computador antes de ser carregada no navegador e, ao abrir, ela “recebe” o indivíduo pelo nome: algo como “olá, [Nome do Indivíduo].” No caso do curso online do qual extraímos o corpus, tal configuração não acontece nas trocas de mensagens via email. Mas é, ainda assim, a configuração fundamental do curso. A análise da arquitetura do curso, conforme figura 4, levanta evidências que corroboram essa afirmação. Dessa forma, o fato de as configurações recorrentes na troca de emails não estarem de acordo com a lógica arquitetural mostra ou uma possibilidade de subversão ou uma desarticulação da instituição.

Certamente, há outros padrões de relação possíveis. Tão certo quanto isso é o fato de que nenhuma análise pode esgotá-los. Assim, resta a esta análise evidenciar que há pontos de articulação entre modos de dizer e o aspecto qualitativo dos efeitos de presença na distribuição, separação e submissão de indivíduos. Dito de outra forma, evidenciamos como a corporalidade do discurso

constitui um fator importante a ser considerado para a compreensão das relações de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONTRIBUIÇÃO, CRÍTICA E POSSIBILIDADES

Explorando o pressuposto de que as relações de poder são práticas situadas e contingentes, este trabalho construiu a premissa de que seria preciso estudar os fatores específicos do meio onde ocorreu o curso online em análise. Desenvolvendo-se nessa direção, a hipótese afirmou que diferentes modos de presença podem indicar diferentes mecanismos disciplinares, nos quais a visibilidade dos corpos presentes constitui um fator estratégico de exercício e resistência. Assim, por implicação, nosso objetivo era compreender a articulação entre os efeitos de presença, a constituição de subjetividades e as relações de poder que se estabelecem no curso *online* para professores de inglês.

Já segundo capítulo, foi possível apontar importantes pontos de articulação entre os efeitos de presença, a constituição de subjetividades e as relações de poder. Nessa parte falamos sobre (a) a corporalidade do discurso; (b) a estreita relação entre o poder e o discurso; (c) a implicação de princípios de visibilidade e de materialidade para o exercício de poder e resistência; problemáticas da constituição do sujeito no ciberespaço e na cibercultura; e (e) o caráter contingente da presença. O ponto central dessa reflexão teórica é a conclusão de que as corporalidades e a disposição de indivíduos “presentes” no espaço são contingentes e “reais”, mas não necessariamente visíveis, sendo justamente este o

fator decisivo das relações de poder no curso *online*. As investidas para compreender as estratégias de exercício de poder disciplinar e a constituição dos sujeitos no curso *online* deveriam então voltar-se para o estudo e análise de princípios e mecanismos que regulam, não apenas os discursos, mas também os modos de presença.

Dedicando-se de forma mais incisiva a essas duas questões – compreender (a) as estratégias de exercício de poder disciplinar e (b) a constituição dos sujeitos no curso *online* –, o terceiro capítulo levanta alguns traços dos princípios e mecanismos que regulam a presença, por sua íntima relação com o poder. No desenvolvimento da análise e das reflexões, é possível apreender dois tipos de princípios de controle. Ao analisarmos o *chat* do curso *online*, identificamos o tipo de princípio que opera sobre o caráter manifesto da presença. Vimos como, apesar dos aparentes anonimatos e imaterialidades do meio, não se pode fazer e se fazer presente sem um jogo de forças que regulam as potencialidades do acaso. No caso do *chat* em análise, as posições dos indivíduos se constituem mutuamente, de forma que os efeitos de presença a partir de uma posição pressupõem outra(s) posição(ões). Nesse processo de mútua constituição, os mesmos princípios que regulam são aqueles que instituem espaço para criação. Ou seja, é possível responder de forma crítica-criativa a esse nó de tendências.

Ao analisarmos a arquitetura do ambiente do curso *online*, identificamos o tipo de princípio de controle que opera sobre o caráter virtual da presença. Vimos como um ambiente online e nem mesmo a Internet como um todo podem ser vistos como espaços livres e não regulados. Em grande medida, a arquitetura dos espaços é dada, mesmo que não tenha havido intenção de arquitetar. Ou seja, certas combinações entre composições de recursos e possibilidades de acesso são “anteriores” à presença e constituem um nó de coerções, ao qual a presença deve responder. Neste caso também, a presença não é livre, mas é possível responder às coerções de forma crítica-criativa.

Fazendo a análise de trocas de mensagens de *email*, compreendemos outros pontos de articulação entre os efeitos de presença, a constituição de subjetividades e as relações de poder. Identificamos como as presenças não convivem “pacificamente”, de forma que há sempre conflito na constituição de uma em relação à outra. A presença no espaço virtual “quer” se desdobrar indefinidamente, sem amarras que a prendam a uma localidade, a um espaço fixo.

Há uma tensão entre local e global, sendo que não há posições “superiores” ou mais centrais que as demais que seriam almejadas para se atualizar a presença. Mais precisamente, o que é almejado é a **condição** de se estar em mais de um lugar ao mesmo tempo. No ciberespaço, não é melhor estar no meio e acima. É melhor estar em todo e em nenhum lugar ao mesmo tempo.

Conforme supomos, na cibercultura o saber e o poder circulam de formas outras, de modo que velhas estratégias passam a ter efeitos outros, ou seja, há uma nova economia das relações de poder que cria e é criada por práticas sociais nesse período pós-Internet. Por uma série de razões (mercadológicas ou idealistas), a Internet passou a ser uma opção de espaço para educação. Este trabalho é uma contribuição para o entendimento, crítica e proposição de possibilidades a respeito desse “novo” espaço de educação, sobre o qual ainda sabemos pouco.

Como contribuição para o entendimento, levantamos alguns pontos especialmente importantes ao retomarmos as problemáticas da representação do corpo do enunciador e da corporalidade do discurso. Em se tratando dessas problemáticas, o corpo é frequentemente tido como algo que não é oferecido ao olhar. Entendido assim, como algo extralinguístico que pode ser imaginado a partir do texto, o corpo seria uma construção paralela ao discurso. No entanto, as reflexões e análises neste trabalho levantam indícios de que não há separação entre corpo e discurso. Em nossa reflexão sobre a presença, o corpo é entendido como materialidade de uma identidade ou de uma unidade de sentido que identifica uma individualidade. Apesar de sua característica tangível, real e recortável, a constituição e a presença do corpo são tão contingentes quanto a subjetividade que pode ser associada a ele. Na verdade, é justamente a presença do corpo que torna possível apreender o sujeito no discurso. Assim, a corporalidade é pressuposta no discurso. Argumentamos, enfim, que o corpo se faz mais ou menos plenamente presente produzindo seus efeitos de presença ao se atualizar no e pelo discurso. Tal entendimento é relevante para reflexões sobre o poder disciplinar no espaço virtual, já que os modos de constituição da presença da **corporalidade** estão diretamente ligados aos modos de controle do corpo. Tal é a articulação entre os efeitos de presença, a constituição de subjetividades, e as relações de poder.

Nesse sentido, ao refletir sobre o aspecto qualitativo dos efeitos de presença pudemos compreender especificidades sobre métodos e estratégias que

efetuem o controle do corpo. Refletindo e analisando algumas das estratégias de exercício de poder disciplinar no curso *online*, notamos que muitas vezes as estratégias e mecanismos de exercício de poder podem coincidir com estratégias e mecanismos de fazer e se fazer presente. Primeiramente, é possível ter certo grau de agência e domínio sobre como se fazer presente ou sobre como implicar a presença do outro, seja pela relação interlocutiva ou pela arquitetura do espaço onde se constituem os sujeitos. Nas discussões sobre como se constitui o sujeito no dado espaço virtual, levantamos evidências de que não se trata de um sujeito exclusivamente virtual e tampouco da extensão de um sujeito “real”. Evidenciamos que o sujeito pode se elevar à potência e se desdobrar, fazendo-se presente em mais de um lugar ao mesmo tempo. Não é o “mesmo”, nem outro “qualquer”. Esse sujeito desdobrado é “um” outro que se constitui como resposta criativa que responde ao “mesmo” complexo problemático de formação subjetiva. Não há “outra” alteridade ou diferentes outros, mas sim outra resposta à tensão eu/outro que nos constitui.

Em segundo lugar, porque toda uma configuração de posições na relação de forças pode ser transformada pela articulação entre estratégias de uso de determinados recursos tecnológicos e determinadas escolhas linguísticas. Essa articulação é um jogo de olhares que às vezes pretendem observar sem serem observados e que outras vezes procuram se desdobrar e elevar sua presença à potência para ocupar espaços privilegiados e menos fixos. Por exemplo, é preciso tornar-se onipresente para manter a presença virtual e o corpo à sombra dos olhares; ou tornar-se presente em mais de um lugar ao mesmo tempo para virtualizar-se e atualizar-se multiplamente; ou ainda pode-se restringir as possibilidades de desdobramento de outras presenças, caso haja uma disposição de individualidades favorável. Em todos os casos, é possível “manipular” a presença através de modos de dizer e de usar os recursos tecnológicos em um dado ambiente virtual.

Em terceiro lugar, podemos afirmar que, em última instância, é a presença que coloca em funcionamento os mecanismos disciplinares. As reflexões e análises sustentam a afirmação porque evidenciam que (a) a presença do é pressuposta nas relações de poder; e que (b) os mecanismos constituem uma latência de poder que “pedem” para acontecer, o que apenas se efetiva quando a presença se atualiza.

Finalmente, analisar o aspecto qualitativo da presença nos permite compreender a disposição dos corpos no espaço e os mecanismos que se ocupam de separar, classificar e submeter as individualidades no ciberespaço. Analisar discursivamente os textos, na tentativa de compreender relações de forças no espaço virtual, sem levar em conta a qualidade dos efeitos de presença é analisar o discurso sem levar em conta sua corporalidade.

Com relação à contribuição para a crítica do “novo” espaço para educação, as reflexões e análises apontam que, ao contrário do que possa sugerir expressões como “hierarquia horizontal” ou “modernidade líquida”, não vivemos tempos em que não há fronteiras ou “centros”, já que estes são móveis, fluidos e globais. Ao contrário, testemunhamos que as fronteiras são ainda mais espessas quando são invisíveis e que o centro global (desterritorializado) é ainda “mais central” porque pode produzir efeitos de presença multiplamente e quase que sem restrições, exercendo sua posição de influência em escala global. Uma instituição global, por exemplo, pode estabelecer relações situadas, sem ser implicada de fato em alguma condição fixa, ao passo que aqueles com quem ela se relaciona são de fato fixos e estancados pelo caráter situado de sua presença. Frequentemente, não se pode vê-los ou “tocá-los”, mas sofremos os efeitos de sua atuação. O centro é uma ficção local. Mas seus efeitos são reais, materiais e sensíveis. Nesse sentido, esse “novo” espaço onde esta “fluidez” é mais aparente, não é apenas um espaço de possibilidades, mas também de luta. Os mesmos instrumentos que abrem possibilidades também implicam mecanismos de separação e controle. Toda posição ou lugar que ocupamos necessariamente nos inclui e exclui de certas coisas. É importante ocupar, transformar, ou mudar de lugar/posição criticamente, mesmo quando diante da sensação perigosa de que se pode ocupar **qualquer** lugar/posição. A ideia de que o ambiente virtual é mais livre ou menos controlado que o fora das redes é inocente e acrítica. Como vimos, a presença é um acontecimento; algo que se atualiza no tempo e no espaço e que está submetida a contingências sócio-históricas e, portanto, ideológicas. A presença é contingente e está sujeita a princípios de controle.

Sobre a contribuição para o levantamento de possibilidades para o “novo” espaço de educação, consideremos os traços tipicamente vistos como vantagens e desvantagens. É senso comum, e isto inclusive é citado em um dos questionários anexos, que uma das principais vantagens desse espaço é a possibilidade de

vencer barreiras geográficas de acesso. Paradoxalmente, o principal problema dos cursos *online* é a “distância” ou o distanciamento entre os alunos. Mais precisamente, principalmente em contexto de educação formal (como no caso de cursos universitários à distância), dois grandes problemas ainda são crônicos, quais sejam: o alto índice de desistência; e falhas na promoção de oportunidades para relações e produção não mediadas. A pesquisa não aborda esses problemas, mas o processo reflexivo e as análises de padrões de discurso, de veículos de comunicação e de arquitetura virtual sob uma perspectiva discursiva e etnográfica, (principalmente ao desenvolver a noção de efeitos de presença) abrem possibilidades para explicar a percepção de maior ou menor interação/participação de alunos em cursos online. A manipulação dos efeitos de presença em ambiente favorável faz com que os alunos construam representações do “corpo” do outro com quem interagem (mesmo que apenas verbalmente), constituindo um *ethos* mais visível, tangível e “real”, com quem podem se relacionar. Em última instância, pode-se entrever que a compreensão e manipulação de certos fatores discursivos e tecnológicos e dos efeitos de presença podem ser decisivos para um *design* mais eficiente do espaço virtual e contribuir para a criação de laços afetivos e estabelecimento de relações favoráveis à produção colaborativa. Ao mesmo tempo, esse conhecimento permite também arquitetar espaços virtuais que funcionam como mecanismos ou tecnologias disciplinares, a fim de evitar a dispersão e o trabalho pouco produtivo para o curso. Ao compreender os princípios de projeção de corporalidades e de produção de efeitos de presença das subjetividades no ciberespaço, torna-se possível também planejar a arquitetura dos recortes do espaço virtual para o controle dos modos e do aspecto qualitativo dos efeitos de presença. É possível elaborar cursos à distância com mecanismos mais eficientes de produção acadêmica e de manutenção de alunos por fatores de relacionamento.

Enfim, esta dissertação contribui para o entendimento, crítica e proposição de possibilidades a respeito desse “novo” espaço de educação. Apesar de sabermos pouco sobre esse espaço, por ele ser relativamente recente historicamente, há muitos conceitos, ideias, opiniões e, principalmente projetos que giram em torno dele. Alguns são mais fóbicos, outros mais idealísticos. Em todo caso, há ainda muitas áreas não sujeitas à análise e reflexão científica; áreas tomadas pelo senso comum. Dada a dinâmica típica da cibercultura, enquanto tentamos entender certas relações, outras surgem e aquelas são esquecidas,

deixadas, “descontinuadas”. Nesse sentido, também sustentamos que esta dissertação não descarta o senso comum por sua pressuposta oposição ao discurso científico. Ao contrário, partimos dele, problematizando suas verdades e contradições, e aí encontramos campo fértil para elaboração teórica e para pensar possibilidades de análise. A maior parte da contribuição desta dissertação não advém exatamente da tentativa de compreensão do “novo”, daí usarmos essa palavra entre aspas. A maior parte da contribuição é produzida ao colocar sob análise aquilo que era estranhamente familiar, despindo nosso olhar de dicotomias, como aquela que diferencia o que é *online* e aquilo que é “presencial”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. (1973) **Marxism and the philosophy of language**. London: Seminar press.
- BAUMAN, Zygmunt. (1999) **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BAUMAN, Zygmunt. (2001) **A Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BAUMAN, Zygmunt. (2005) **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. (2004) **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Unicamp.
- BRASIL. (2006) Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: MEC/SEB.
- CARÁ JR., Jaime. (2006) **Relações de poder em chats temáticos com professores de inglês como língua estrangeira**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Língua Inglesa e Literaturas Inglesa e Norte Americana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. Orientadora: Anna Maria Grammatico Carmagnani. Trabalho não publicado.
- CARMAGNANI, Anna Maria Grammatico. (2004) Técnicas de vigilância e punição: o discurso da mídia sobre o professor e a escola. In: **Verso e reverso: revista da comunicação**. Ano XVIII - 2004/2 - Número 39. Último acesso em: 14/07/2011. http://www.unisinos.br/_diversos/revistas/versoereverso/index.php
- CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. (2004/2008) **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Editora Contexto.
- CHARAUDEAU, Patrick. (2008) **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Editora Contexto.
- CRYSTAL, David. (2001) **Language and the Internet**. Cambridge: Cambridge University Press.
- DaMATTA, Roberto. (1978). O ofício do etnólogo ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. (1980/2000) **Mil platôs** (volume I). São Paulo: Editora 34.

- DELEUZE, Gilles. (1972/2004) **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Lisboa: Assírio & Alvim.
- DELEUZE, Gilles. (1986/2005) **Foucault**. Lisboa: Edições 70.
- DELEUZE, Gilles. (1988/2006) **Diferença e repetição**. São Paulo: Graal.
- DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. (1982) **Michel Foucault**. Chicago: The University of Chicago Press.
- DUCROT, Oswald. (1987) **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes.
- DUFOUR, Daniel-Robert. (2005) **A Arte de Reduzir as Cabeças**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- FAIRCLOUGH, Norman (1989) **Language and Power**. London: Longman.
- FAIRCLOUGH, Norman (1992) **Discourse and Social Change**. Cambridge: Polity Press.
- FAIRCLOUGH, Norman (2000) Multi-literacies and language: orders of discourse and intertextuality. In: **Multi-literacies: literacy learning and the design of social futures**. London: Routledge.
- FECHINE, Yvana. (2006) **Uma proposta de abordagem do sensível na TV**. Trabalho apresentado ao grupo de trabalho “Produção de Sentido nas Mídias” do XV encontro da COMPÓS, na UNESP, Bauru/SP, em jun/2006.
<http://www.unicap.br/gtpsmid/pdf06/yvana-fechine.pdf>. Último acesso em: jul/2011.
- FLEISCHER, Eric. (2009) Caos/Complexidade na interação humana. In: PAIVA e NASCIMENTO (orgs.). **Sistemas adaptativos complexos: linguagem e aprendizagem**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras UFMG, 2009.
- FONCECA, M. A. (2003) **Michel Foucault e a Constituição do Sujeito**. São Paulo: Educ.
- FONTANILLE, J. & ZILBERBERG, C. (2001). **Tensão e Significação**. São Paulo: Humanitas.
- FOUCAULT, Michel. (1979/2008) **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, Michel. (1975/2008) **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes.
- FOUCAULT, Michel. (1971/2008) **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola.

- FOUCAULT, Michel. (1971/2003) **Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.
- FOUCAULT, Michel. (1966) **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, Michel. (1969/2004) **Arqueologia do Saber**. São Paulo: Forense Universitária.
- HALL, Stuart. (2006) **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A.
- HINE, Christine. (1998) Virtual Ethnography. **International Conference**, Bristol, UK, 25-27 march. Disponível: www.sosig.ac.uk/iriss/papers/paper16.htm. Último acesso em: jul/2011.
- HORTON. (2000) **Designing Web-based Training**. USA & Canada: John Wiley Consumer.
- KELLNER, D. (2004) Technological transformation, multiple literacies, and the re-visioning of education. **E-learning, volume 1**. Los Angeles.
<http://www.gseis.ucla.edu/faculty/kellner/essays/technologicaltransformation.pdf>, capturado em 02/08/2007.
- LACAN, Jacques. (1998) A Instância da Letra no Inconsciente. In **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- LARAIA, Roque de Barros. (1986) **Cultura: um conceito antropológico**. São Paulo, Jorge Zahar.
- LÉVY, Pierre. (1996) **O que é o virtual**. São Paulo: Ed. 34.
- LÉVY, Pierre. (1999) **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34.
- MACHADO, Roberto. (1979/2008) Introdução: Por uma Genealogia do Poder. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1987/2005) *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth. (1987/2005). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1989) **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes & Editora da Unicamp.

- MALDIDIER, Denise. (2003) **Inquietação do Discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes Editores.
- MALINOWSKI, Bronislaw. (1997). Argonautas do pacífico ocidental. In **Ethnologia**, n. s. No 6-8, pp 17-37.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. (2002). Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. Texto da Conferência pronunciada na **50ª Reunião do GEL – Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo**, USP, São Paulo, 23-25 de maio de 2002.
- MAZIÈRE, Francine. (2007) **Análise do Discurso: história e práticas**. São Paulo: Parábola Editorial.
- NUNAN, David. (1992) An introduction to research methods and traditions. In: **Research Methods in Language Learning**. Cambridge: Cambridge University Press. Pag 1-23.
- ORLANDI, Eni P. (1999) **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes Editores.
- PERRENOUD, Phillip. (2002) Dez desafios para os formadores de professores. In: **A Prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Porto Alegre: ArtMed.
- RAMAL, Andrea Cecilia. (2000) Avaliar na Ciberultura. **Revista Pátio**. Porto Alegre: Artmed, edição de fevereiro.
- RAMAL, Andrea Cecília. (2001) **Educação na Ciberultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed.
- SILVA, Marco. (2000/2006) **Sala de Aula Interativa**. Rio de Janeiro: Quartet.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. (2007) A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes.
- THOMSEN, Steven R., STRAUBHAAR, Joseph D. & BOLYARD, Drew M. (1998) "Ethnomethodology and the study of online communities: exploring the cyber streets". In: **Information Research**. Vol 4. No 1. Available at: <http://informationr.net/ir/4-1/paper50.html>.
- VELHO, Gilberto. (1978). Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

WILD, M. (1996) Technology refusal: Rationalising the failure of student and beginning teachers to use computers. **British Journal of Educational Technology**, 27(2).

WOODWARD, Kathryn. (2007) Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes.

ANEXOS

Anexo I: Chats

Logs de Bate-papo de quinta-feira, 26 de novembro de 2009

#	Log	Text
1	09:57:10 AM	1: Dalva Welles: hi there, anyone here or celebrating thanksgiving?
2	15:47:10 AM	Dilma Exigeant: Hi Fiona... I am from Araras, SP
3	15:47:39 AM	Dilma Exigeant: Just now I figured how to chat to you...
4	15:47:47 AM	Dilma Exigeant: sorry for taking so long
5	15:48:16 AM	Dilma Exigeant: hope you're still there
6	15:58:16 AM	1: Dalva Welles: hi all, still there?
7	15:59:21 AM	1: Dalva Welles: i believe we're still waiting for more people?
8	16:00:41 AM	Fiona Fisher: yes, i've been here waiting for an hour....
9	16:01:09 AM	1: Dalva Welles: in the meantime we can exchange some info...
10	16:01:17 AM	1: Dalva Welles: how are you two doing in the course?
11	16:01:51 AM	Fiona Fisher: well, for me i had some problems going over the units, but i'm almost done on unit 1
12	16:02:38 AM	Fiona Fisher: i really liked the way content is explored. it is not tiring and it is objective. Also liked the video classes, very interesting...
13	16:03:41 AM	Fiona Fisher: for me, most of the content in unit 1 was studied in my grad and post grad courses, but usually they are presented in an uninteresting way

14	16:04:20 AM	Fiona Fisher: so it is really nice to review them in this course. i guess it is going to add up for my coordination with teachers.
15	16:05:27 AM	Dilma Exigeant: Where´s everybody?
16	16:05:36 AM	Fiona Fisher: it is a pity not everyone is getting to chat, i think it would be worthwhile to exchange some ideas...
17	16:06:14 AM	Fiona Fisher: well Dilma, i guess it is just the 3 of us....
18	16:07:58 AM	Dilma Exigeant: let´s do it then!
19	16:10:21 AM	Fiona Fisher: how are you doing in the course?
20	16:12:32 AM	Dilma Exigeant: well, I am still doing unit 3
21	16:12:45 AM	Dilma Exigeant: in the beginning of it, actually
22	16:13:10 AM	Dilma Exigeant: but i found really useful information
23	16:13:18 AM	Dilma Exigeant: and u guys?
24	16:16:36 AM	1: Dalva Welles: i´m about to take the quiz of lesson 1
25	16:16:49 AM	Fiona Fisher: well i had some problems going over the units and i´m rushing to reach you guys
26	16:16:50 AM	1: Dalva Welles: when you say unit 3, do you mean lessso 3?
27	16:17:12 AM	Fiona Fisher: ooops, sorry it´s unit 1
28	16:17:19 AM	1: Dalva Welles: well, i don´t think you need to rush!
29	16:17:37 AM	1: Dalva Welles: that´s the beauty of online instruction: each one at your own pace
30	16:17:51 AM	1: Dalva Welles: whenever we can!
31	16:18:23 AM	Fiona Fisher: yes, it´s just because i felt so dumb about it... i was going through the units of the tutorial and thought i was doing the right thing
32	16:18:42 AM	1: Dalva Welles: what do you mean, Fiona?

33	16:18:44 AM	Fiona Fisher: then marcos called me and we figured out i was not on the right way...
34	16:19:21 AM	1: Dalva Welles: oh, you mean the link before the Fundamentals of ELT
35	16:19:28 AM	1: Dalva Welles: yeah, it's sometimes confusing...
36	16:19:46 AM	Fiona Fisher: the first week i was told to learn about the tool, how it works and so on... but i didn't check the other topic which is the Fundamentals
37	16:20:15 AM	Fiona Fisher: but it's ok now, and i'm already enjoying the lessons of unit 1.
38	16:21:06 AM	Dilma Exigeant: It was pretty confusing to me at first, too
39	16:21:13 AM	Dilma Exigeant: still is sometimes
40	16:21:14 AM	Dilma Exigeant: hehe
41	16:21:29 AM	Dilma Exigeant: like, to get to chat to u guys, it took me a while
42	16:21:51 AM	Fiona Fisher: yes... and i sent an email to marcos to make sure i was going the right way, but he did not receive it
43	16:22:33 AM	Fiona Fisher: yes, the tool is pretty new to us, so it takes some time to get used
44	16:22:52 AM	Fiona Fisher: so Dilma you are a coordinator at [escola de inglês] Araras right?
45	16:23:23 AM	1: Dalva Welles: there's always a learning period in any tool.
46	16:23:25 AM	Dilma Exigeant: exactly
47	16:23:43 AM	1: Dalva Welles: i think we just don't remember the times when Word was new
48	16:23:46 AM	1: Dalva Welles: email was new
49	16:23:52 AM	1: Dalva Welles: internet was new....
50	16:24:24 AM	Fiona Fisher: after learning we seem to forget the difficulties...

51	16:24:42 AM	Fiona Fisher: it goes automatically, like driving a car
52	16:26:20 AM	Fiona Fisher: so Dalva, if i`m in the middle of a lesson and for some reason need to stop is it ok? can i get to it later?
53	16:26:44 AM	1: Dalva Welles: yep!
54	16:27:01 AM	1: Dalva Welles: you can do it again if you want, go back to review
55	16:27:17 AM	Fiona Fisher: ok
56	16:27:18 AM	1: Dalva Welles: the only thinf you cannot do again iare thq izzes.
57	16:27:26 AM	Fiona Fisher: right
58	16:27:27 AM	1: Dalva Welles: sorry, quizzes
59	16:27:56 AM	1: Dalva Welles: i think you can stop in the middle, but can` t go back and retake it
60	16:28:42 AM	1: Dalva Welles: well, in fact you can, IF your instructor resets your grades
61	16:28:52 AM	1: Dalva Welles: but then you loose all your work
62	16:29:09 AM	1: Dalva Welles: but it` s that` s a decision for the isntructors.....
63	16:29:25 AM	Fiona Fisher: Dilma, if you want to meet me, i`m in the book that this institution publishes. I hope we meet at the Teachers Conference in January and talk about this online course
64	16:29:35 AM	Fiona Fisher: ok got it Dalva
65	16:32:06 AM	Dilma Exigeant: that` de great
66	16:33:24 AM	Dilma Exigeant: There was supposed to be a lot more people here, right?
67	16:39:18 AM	Fiona Fisher: sure, specially the people of adm

Anexo II: Emails

Sequência de emails 1

Linha de assunto: TDI : How's the course going?

De: ped.araras@escoladeinglês.com.br
Enviada em: quinta-feira, 26 de novembro de 2009 17:17
Para: ADM Mark Hofstadter
Assunto: Re: How's the course going?

I managed to join it, eventually. There were only 3 people.
Hope it all gets fixed...

----- Original Message -----

From: ADM Mark Hofstadter
To: ped.araras@escoladeinglês.com.br
Sent: Thursday, November 26, 2009 4:16 PM
Subject: RES: How's the course going?

We're also having problems with the chat, Dilma.
Just a another glitch, I guess.
But that's what pilot groups are for...
As soon as we get it fixed, we'll reschedule.

----- Original Message -----

De: ped.araras@escoladeinglês.com.br
Enviada em: quinta-feira, 26 de novembro de 2009 15:38
Para: ADM Mark Hofstadter
Assunto: Re: How's the course going?

Mark, I actually FOUND it, but can't make it work. I mean, I see the people who are in the chat, but I can't write! I type the letters but nothing happens... and this time... YES, I tried in a different machine!!! =(

----- Original Message -----

From: ADM Mark Hofstadter
To: ped.araras@escoladeinglês.com.br
Sent: Thursday, November 26, 2009 3:17 PM
Subject: RES: How's the course going?

Great news!!!
Glad to hear that.

----- Original Message -----

De: ped.araras@escoladeinglês.com.br

Enviada em: quinta-feira, 26 de novembro de 2009 15:05

Para: Michel Descartes; jaime@escoladeinglês.com.br; markhofstadter@escoladeinglês.com.br; analaura@escoladeinglês.com.br; samuel@escoladeinglês.com.br; dalva.welles@InstituiçãoEditora.com; ped.vivendasdobosque@escoladeinglês.com.br; ped.liberdade@escoladeinglês.com.br; ped.portovelho@escoladeinglês.com.br; ped.fonseca@escoladeinglês.com.br; ped.saojose@escoladeinglês.com.br

Assunto: Re: How's the course going?

Sorry, I got it now !

----- Original Message -----

From: Michel Descartes

To: Michel@escoladeinglês.com.br ; jaime@escoladeinglês.com.br ; Markhofstadter@escoladeinglês.com.br; analaura@escoladeinglês.com.br ; samuel@escoladeinglês.com.br ; dalva.welles@InstituiçãoEditora.com; ped.vivendasdobosque@escoladeinglês.com.br; ped.araras@escoladeinglês.com.br; ped.liberdade@escoladeinglês.com.br; ped.portovelho@escoladeinglês.com.br; ped.fonseca@escoladeinglês.com.br; ped.saojose@escoladeinglês.com.br;

Sent: Monday, November 23, 2009 2:34 PM

Subject: TDI: How's the course going?

Hi all,

How's everyone? We're very glad because we've just checked and found out that most of you have already finished Lesson 1 of Fundamentals. Some of you have already written and submitted the first essay. (Those of you who have already written it. How did it go? Was it challenging? Did you manage to relate what you wrote to situations you have faced in your teaching practice? Those of you who haven't written it yet try and bear in mind these questions. They may help you and make the task more meaningful).

We recommend you do a little bit of the lesson everyday. Set a regular time to do it. Set the time you know you are sure you won't be disturbed, especially because in Lesson 2 there are some very interesting supplementary texts, there's nothing worse than having to stop in the middle of a good read.

We were wondering if we could get together in a chat this week. Do you think all of you could get in the chatroom some day this week in the afternoon for a couple of minutes? Say some time on Thursday between 15h00 to 16h00 (São Paulo local time) so that we can share our impressions and experiences? Let us know if you can.

Warmest regards

ADM ESCOLADEINGLÊS Team

Sequência de emails 2

Linha de assunto: Re: How's everything?

De: ped.vivendasdobosque@escoladeinglês.com.br
Enviada em: quinta-feira, 26 de novembro de 2009 15:16
Para: Mark Hofstadter
Assunto: Re: How's everything?

hi mark

It's 15:13 here in Campo Grande, one hour behind São Paulo. I wonder what happened to TDI chat. I've been waiting to chat but there are only two more people: Dilma from ESCOLADEINGLÊS Araras and Dalva Welles. Unfortunately chat did not develop as expected. Let me know if there was any change.
P.S. Just to let you know I'm already studying unit 1 and enjoying it so far.

Thanks,
Fiona

----- Original Message -----

From: Mark Hofstadter
To: ped.vivendasdobosque@escoladeinglês.com.br
Cc: samuel@escoladeinglês.com.br ; Mark Hofstadter
Sent: Tuesday, November 24, 2009 6:47 PM
Subject: TDI : How's everything?

Hi, Fiona.

How's everything?

We couldn't help but notice that all your grades are gone from the system. And it goes without saying that we have no idea where you are in the course. Our guess is that this is some "bug" in the system. Did you re-start the activities on your own?

Can you see your own grades when you access the study plan?

We look forward to hearing from you.

Best Wishes

ADM ESCOLADEINGLÊS Team

Sequência de emails 3

Linha de assunto: TDI : Problem with chat

De: Mark Hofstadter

Enviada em: quinta-feira, 26 de novembro de 2009 15:51

Para: jaime@escoladeinglês.com.br; markhofstadter@escoladeinglês.com.br;
analaurea@escoladeinglês.com.br; samuel@escoladeinglês.com.br;
dalva.welles@InstituiçãoEditora.com; ped.vivendasdobosque@escoladeinglês.com.br;
ped.araras@escoladeinglês.com.br; ped.liberdade@escoladeinglês.com.br;
ped.portovelho@escoladeinglês.com.br; ped.fonseca@escoladeinglês.com.br;
ped.saojose@escoladeinglês.com.br;

Assunto: TDI : Problem with chat

Hi, everybody.
How's everything?

We're sorry to say we ran into an unexpected problem, and could not access the chat room.

In case anyone had a similar problem, we've discovered that the chat won't work unless you have the latest version of the java application installed in your computer. We're already working on solving the problem with the help of our IT departament, and should be up to speed in no time. As soon as we have the chat up and runnig, we'll reschedule.

In the meantime, we all have work to do. How are you doing with units 2 and 3?

Were you able to discover what's your learning style while working on unit 2? We've already read some of your assignments, and they are really nice. We'll soon grade them and give you feedback.

Don't forget that you can count on our support if you have any problem.

Best wishes,

ADM ESCOLADEINGLÊS Team,

Anexo III: Questionários

Ângela Preston

1. Qual é a principal diferença entre um curso presencial e um curso a distância?

A principal diferença é a troca de experiências e o contato que podemos ter com todos os participantes quando o curso é presencial. No curso a distância, até mesmo pela correria do nosso trabalho, utilizamos cada qual um momento diferente de estudo e quando temos os chat rooms o tempo passa muito rápido, nem sempre temos esta grande oportunidade de compartilhar, dividir (share) todas as idéias.

2. No curso que você fez, como foi a vez em que você mais se sentiu presente no curso? Explique.

Todos os momentos foram muito importante para mim, até mesmo porque sempre fui um pouco resistente (cursos a distância). Mas eu realmente me senti presente e cobrei de mim mesma mais dedicação ainda, quando o meu Professor me chamou a atenção com relação ao “assignment” que eu fiz (mas não com tanto empenho e dedicação) e ele me retornou indicando as correções que eu deveria fazer. Neste momento percebi que mesmo distante, o meu Professor estava me acompanhando, já havia corrigido outros assignments e sabia que eu poderia fazer melhor. Confesso que me senti um pouco “irresponsável/envergonhada” e foi o incentivo e motivação maior para que eu continuasse me dedicando sempre com seriedade.

3. No curso que você fez, como foi a vez em que você mais sentiu outra pessoa presente no curso? Explique.

Acredito que não faço parte do mundo virtual porque a vez que eu mais senti outra pessoa presente no curso foi quando tive a oportunidade de conhecer pessoalmente alguém que participou do mesmo curso a distância e em poucos minutos estávamos conversando, partilhando, sugerindo, trocando idéias... Enfim, a empolgação era tanta e parecia que estávamos iniciando o curso naquele momento! (E já fazia uns 2 ou 3 meses que havia terminado). Nos contatos e-mails, chat rooms... a empolgação, o entusiasmo e a presença não é a mesma de estar “ao vivo” com as pessoas. Mas, FOI SEM DÚVIDA UMA EXPERIÊNCIA MARAVILHOSA!

Carmem Allen

1. Qual é a principal diferença entre um curso presencial e um curso a distância?

A principal diferença está na prontidão em solucionar dúvidas, se o professor está presente, a motivação para sanar pequenas dúvidas é maior. Em um curso a distância, prefiro selecionar as dúvidas mais expressivas para encaminhar ao meu professor.

2. No curso que você fez, como foi a vez em que você mais se sentiu presente no curso? Explique.

Senti-me mais presente no curso na realização das provas, pois precisei rever algumas explicações e o desafio de responder às questões me motivou a interagir mais com as ferramentas oferecidas.

3. No curso que você fez, como foi a vez em que você mais sentiu outra pessoa presente no curso? Explique.

Senti outra pessoa presente nos fóruns, quando havia interação.

Dilma Exigeant

1. Qual é a principal diferença entre um curso presencial e um curso a distância?

Principalmente a flexibilidade de horários, já que podemos desenvolver as atividades quando for mais conveniente. Porém eu senti falta do contato pessoal, de sanar dúvidas imediatamente e de poder interagir com outros alunos e professores. Acredito que seja uma forma mais passiva de aprendizado, no qual todo o conteúdo é passado através de vídeos ou textos.

Senti muito a falta de uma apostila. É como se todo o conteúdo ensinado houvesse se perdido no espaço virtual. Hoje, por exemplo, não tenho mais nenhuma referência do material estudado. O mesmo não ocorreria em um curso presencial, no qual teríamos um material impresso e anotações.

2. No curso que você fez, como foi a vez em que você mais se sentiu presente no curso? Explique.

Quando assisti às aulas demonstrativas, com atividades da vida real, e também quando respondia aos questionários.

3. No curso que você fez, como foi a vez em que você mais sentiu outra pessoa presente no curso? Explique.

Algumas vezes durante as apresentações. Porém não foram realizados chats, e isso dificultou a interação dos alunos e professores.

Fiona Fisher

1. Qual é a principal diferença entre um curso presencial e um curso a distância?

Em um curso presencial, alunos e professores se encontram periodicamente para o estudo e discussão de um determinado conteúdo. No curso a distância, isso se dá através de veículos de comunicação, como a Internet, por exemplo, e esse encontro acontece de maneira virtual.

2. No curso que você fez, como foi a vez em que você mais se sentiu presente no curso? Explique.

Nos momentos de realização das atividades e mini testes, bem como nos feedbacks que encaminhamos aos nossos tutores.

3. No curso que você fez, como foi a vez em que você mais sentiu outra pessoa presente no curso? Explique.

Quando realizamos o chat com os participantes do curso e com os tutores. Senti que todos também estavam vivenciando o mesmo que eu. Essa experiência provou que eu não estava sozinha no curso.

Vladimir Vasquez

1. Qual é a principal diferença entre um curso presencial e um curso a distância?

Tempo. Em um curso à distância, você pode determinar qual o melhor horário e dia para estudo e não há a obrigatoriedade de locomoção até a instituição de ensino, poupando assim precioso tempo.

2. No curso que você fez, como foi a vez em que você mais se sentiu presente no curso? Explique.

Após as primeiras horas, pois levou um tempo curto para adaptação com os tipos de exercícios, o tempo necessário para fazê-los.

3. No curso que você fez, como foi a vez em que você mais sentiu outra pessoa presente no curso? Explique.

Foi na troca de experiências nos chats, que apesar de terem ocorridos alguns problemas de comunicação, acho que é uma ferramenta excelente para troca de experiências.